



DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 002 | Edição 006 | Julho a Dezembro 2014



O Apoio da Inteligência
Estratégica na Prevenção
e no Combate ao Terrorismo

A Crimeia e o Poder

Prevendo a Guerra do Futuro

O Centro de Excelência de Fogos

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
General de Exército Adhemar da Costa Machado

3º SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO/
CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Divisão José Luiz Dias Freitas

ASSISTENTE DO CHEFE DO CENTRO
DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Coronel Antonio José Torres de Melo Santiago

CONSELHO EDITORIAL
General de Divisão José Luiz Dias Freitas
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel Antonio José Torres de Melo **Santiago**

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
Coronel José Herculano Azambuja Junior

REDAÇÃO E REVISÃO
Capitão Risalva Bernardino Neves

PROJETO GRÁFICO
1º Tenente **Karla** Roberta Holanda Gomes Moreira
1º Tenente Osmar **Leão** Rodrigues
2º Tenente **Katucha** Teixeira de Sousa
2º Tenente **Fabio** de Melo **Rocha** Santos
Soldado Igor Henrique Kukulka de Mendonça

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
Gráfica e Editora Meridional Ltda
Quadra 11, Lt 07 St Central Gama - DF
CEP 72405-110
Tel. (61) 3484-1001/3484-1002
edmeridional@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEEx)

PERIODICIDADE
Semestral

TIRAGEM
2.000 exemplares
(Circulação dirigida no país e no exterior)

ADMINISTRADOR DO PORTAL DO C DOUT EX
E VERSÃO ELETRÔNICA
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
www.cdoutex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco A – 1º andar
CEP 70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415.5239 / (61) 3415.5888 (RITEX 860)
carneiroha@hotmail.com ou
portal.cdoutex@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

O APOIO DA INTELIGÊNCIA
ESTRATÉGICA NA
PREVENÇÃO E NO COMBATE
AO TERRORISMO
TC Jonas

6

O 2º BATALHÃO DE
INFANTARIA DE SELVA EM
AÇÕES SUBSIDIÁRIAS NA
AMAZÔNIA ORIENTAL
TC Evangelista

22

A CRIMEIA E O PODER
Gen Ex Castro

32

O CENTRO DE EXCELÊNCIA
DE FOGOS DO EXÉRCITO
DOS ESTADOS UNIDOS: UMA
IDEIA PARA O EXÉRCITO
BRASILEIRO
Maj Brandão

40

AMPLIO ESPECTRO
INTERNACIONAL: PROPOSTA
DE PARTICIPAÇÃO DA
BRIGADA DE INFANTARIA
PARAQUEDISTA NA
OPERAÇÃO COLIBRI
TC Harryson

50



Foto de Capa: Arquivo CCOMSEEx
Descrição: A inteligência na prevenção e no combate ao terrorismo.

A ARTILHARIA DE CAMPANHA
DA BRIGADA DE INFANTARIA
MECANIZADA: UM ESTUDO SOBRE
SEU OBUSEIRO
Maj de Paula

58

PREVENDO A GUERRA DO FUTURO
Dr. Johnson

68



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do C Dout Ex, do EME e do Comando do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais são, dentre outras, atribuições inalienáveis do Exército Brasileiro, instituição nacional e permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, conforme previsto no artigo 142 da atual Carta Constitucional.

O Exército Brasileiro, por intermédio do Centro de Doutrina – 3^a Subchefia do Estado-Maior do Exército, desenvolveu e implementou a revista Doutrina Militar Terrestre. Essa publicação, destinada a todos que se relacionam com a atividade-fim – preparo e emprego – propõe-se a divulgar informações de cunho profissional-militar, cujo conhecimento e abordagem são essenciais.

Hoje, já na sexta publicação, as sucessivas edições desse periódico vêm transformando-o em referência sobre assuntos militares, por tratar de temas abrangentes e disponibilizar conhecimentos com abordagens que transcendem as fronteiras físicas, seja no que diz respeito a novos materiais e técnicas, seja nos aspectos ligados a novos procedimentos doutrinários.

O Comando de Operações Terrestres (COTER) tem por missão orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as diretrizes do Comandante e do Estado-Maior do Exército. Além disso, é elo existente no sistema de doutrina da Força, responsável por colher, catalogar, documentar e implementar modificações pertinentes às lições aprendidas, quer sejam as tomadas em experiências locais quer de conhecimentos originados no exterior, por observação ou prática.

Atualmente, inserido nas estratégias de dissuasão e de presença, o Exército Brasileiro desenvolve o processo de transformação, cujas premissas se apoiam em planejamentos de longo prazo, que visam a desenvolver novas capacidades de emprego à Força Terrestre, no sentido

de capacitá-la para atuar em qualquer cenário de conflito, na paz ou na guerra, simétrico ou assimétrico. Nesse contexto, a doutrina surge como um importante vetor de transformação, com capilaridade capaz de influenciar todo o programa por ela estabelecido.

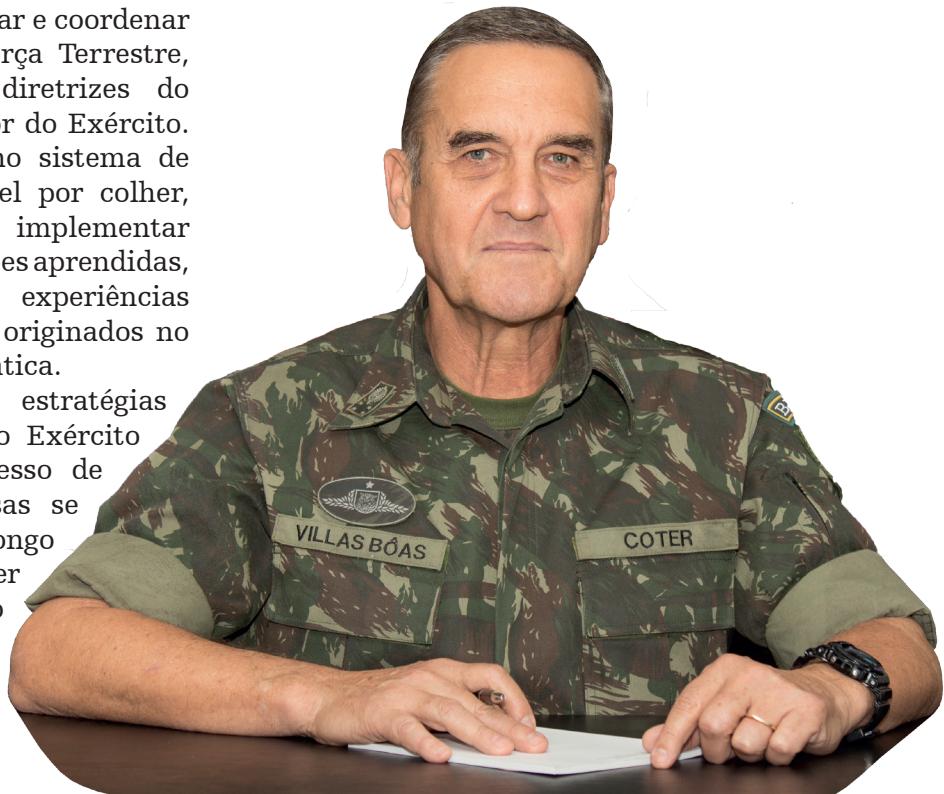
Essa revista militar, com temas prioritariamente profissionais, consagra-se como uma iniciativa essencial para que o Exército continue ampliando suas capacidades e se consolide a estatura de Força Terrestre de elite no concerto internacional.

Assim sendo, é com grande satisfação que estendo essas palavras aos leitores de mais uma magnífica edição da revista Doutrina Militar Terrestre. Incentivo-os, ainda, a participarem com contribuições de modo a construirmos o Exército que queremos.

Boa leitura!



Gen Ex Eduardo Dias da Costa **Villas Bôas**
Comandante de Operações Terrestres



Editorial



A equipe da revista “Doutrina Militar Terrestre em Revista”, produzida pelo Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), sente-se honrada em levar aos seus leitores a sexta edição deste periódico de assuntos de natureza militar.

Abrindo esta edição, o Tenente-Coronel Jonas aborda o apoio da inteligência estratégica na prevenção e no combate ao terrorismo, enfatizando que o território brasileiro, por sediar grandes eventos com participação de representações estrangeiras, não pode ser ignorado como possível palco de ações terroristas, as quais não são fenômenos exclusivos dos nossos dias. Para combatê-las é necessário o posicionamento de toda a comunidade internacional, valendo-se do apoio da inteligência estratégica na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional. Isso traz significativos reflexos para o Brasil.

Em seguida, são apresentadas as ações subsidiárias na Amazônia Oriental apoiadas pelo Comando Militar do Norte, por intermédio do 2º Batalhão de Infantaria de Selva. No contexto das operações no amplo espectro, a Força Terrestre realiza ações subsidiárias, em apoio à sociedade e de preservação do meio ambiente. Exemplos disso foram as Operações Hileia Pátria e Awá Guajá, para, respectivamente, combater o desmatamento ilegal em áreas federais e remover pessoas de terras indígenas. Foram prestados o apoio logístico, o apoio de comunicações e o apoio de instrução para os integrantes das agências governamentais encarregados dessas operações. Encerrando seu artigo, o Tenente-Coronel Evangelista, comandante do batalhão, relata os principais ensinamentos colhidos nas operações.

O próximo artigo, de autoria do General de Exército Castro, trata da crise criada pela Rússia na Crimeia, decorrente do agravamento do conflito na Ucrânia, evidenciando que as relações internacionais são relações de poder e a Organização das Nações Unidas (ONU) é a expressão jurídica de uma vitória militar. Os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais, a despeito dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos, de outros estados e organismos internacionais. No entanto, o poder impôs-se ao direito.

No que diz respeito à função de combate fogos,

o Major Brandão, valendo-se das experiências do Exército dos Estados Unidos, estuda a criação de um Centro de Excelência de Fogos para o Exército Brasileiro, mediante a reunião de meios de artilharia de campanha, antiaérea e organizações de ensino. Também são estudadas pelo Major De Paula as diversas características dos obuseiros para selecionar aquele que melhor atenda às necessidades dos grupos da Brigada de Infantaria Mecanizada, mantendo a mesma mobilidade de seus elementos de manobra. A artilharia continuará sendo a ultima ratio regis.

A seguir, o artigo de autoria do Tenente-Coronel Harryson enfatiza que a Brigada de Infantaria Paraquedista representa para a Força Terrestre do Brasil uma tropa altamente operacional e em condições de ser empregada a qualquer momento em qualquer parte do território nacional e fora do país. Sua aproximação com paraquedistas de exércitos de nações amigas é, sem dúvida, uma necessidade nesse momento de transformações face às ameaças do século XXI, com ênfase nas operações no amplo espectro.

Encerrando a presente edição, o Dr Johnson, em seu artigo “Prevendo a Guerra do Futuro”, pontua que ao longo da história, tem sido difícil identificar as mudanças no caráter da guerra, particularmente durante longos períodos de paz. Apesar de algumas tendências e princípios de estratégia e relações internacionais serem duradouros, é o caráter mutável das condições, das formas de aplicação da tecnologia, da adaptação e da dinâmica do conflito que torna desafiador o exercício de prever e de planejar. Todavia, isso não tem impedido o surgimento de assertivas ousadas.

Espera-se que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser de nosso trabalho, e sugestões sejam encaminhadas ao C Dout Ex ou diretamente aos autores, cujo e-mail está disponibilizado no início de cada artigo.

A equipe da DMT em Revista sente-se orgulhosa do elevado padrão dos artigos produzidos e agradece a valorosa colaboração de todos os articulistas, esperando que essa participação seja ainda maior nas edições vindouras, pois o sucesso do desenvolvimento doutrinário é fruto da conjugação de esforços de todos.



O APOIO DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE AO TERRORISMO E À VIOLENCIA EXTREMISTA TRANSNACIONAL: REFLEXOS PARA O BRASIL

Tenente-Coronel Jonas de Oliveira Santos Filho

O Tenente-Coronel de Infantaria Jonas serve no Estado-Maior do Exército como analista de operações especiais da Divisão de Doutrina e Pesquisa do Centro de Doutrina do Exército. Foi declarado aspirante-a-oficial em 1992, tendo concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2000 e o Curso de Comando e Estado-Maior em 2008. É operador de forças especiais, foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras e oficial de Estado-Maior da Brigada de Operações Especiais (atual Comando de Operações Especiais) do Exército Brasileiro. Realizou o Curso Superior de Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra em 2014. Foi nomeado Comandante do 32º Batalhão de Infantaria Leve (BIL), sediado em Petrópolis, RJ. (capjonasfesp@uol.com.br).



“O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

(Thomas Jefferson)

O terrorismo não é fenômeno exclusivo dos dias atuais. Sua história é secular, com numerosas variações de ideologia, estilo, escopo, violência e proporções. Como se não bastasse os confrontos armados ao longo da convivência entre nações, a história de nossa civilização ainda foi obrigada a assistir a outras explosões de barbárie no convívio dos povos, nutridas pelo fanatismo político, religioso ou étnico.

O que antes não passava de focos localizados dessas manifestações radicais convertem-se hoje numa ameaça global e interligada, desconhecendo fronteiras

políticas e quaisquer outras limitações previsíveis pela mente humana. O terrorismo, aliado à violência extremista transnacional, assume a condição de principal ameaça à paz mundial e por isso mobiliza atenções e preocupações de todos os países envolvidos na causa comum da segurança internacional. Como analisa Pinheiro, “o terrorismo transnacional contemporâneo é, indiscutivelmente, a maior ameaça à paz e à segurança internacional no século XXI, não existindo mais lugar imune a esta ameaça em qualquer nação do planeta.”

As organizações terroristas dos dias atuais operacionalizaram seu potencial destrutivo em larga escala e, segundo previsões de alguns especialistas, estariam a um passo do acesso a artefatos nucleares, além de armas químicas e biológicas, ou seja, próximos de possuírem armas de destruição em massa.

“Isso vai além do que vimos antes”, disse há poucas semanas o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Chuck Hagel, referindo-se ao Estado Islâmico (EI), anteriormente conhecido como Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Isis, na sigla em inglês). Segundo Hagel, o EI não seria um grupo terrorista, mas um projeto de Estado com armas sofisticadas, uma ideologia totalitária e recursos abundantes obtidos por meio de financiamento externo, o que permitiria ao grupo continuar sua ofensiva e lançar as bases de seu califado (AGUIRRE, 2014).



Execuções do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS).

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) já expressou sua preocupação a respeito em termos muito severos, lançando ao mundo um alerta contundente sobre a probabilidade de atentados catastróficos. Tal procedimento se justificou plenamente, particularmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), para não falar de outros atos de violência de menor escala e nos homens e mulheres-bomba, que passaram a ser utilizados como reação de última instância aos métodos de ação de forças adversárias.

Nesse contexto, no permanente monitoramento do ambiente externo ao País, a inteligência estratégica constitui os “olhos” e os “ouvidos” do Estado, atuando diretamente na defesa dos interesses da nação. Tendo a nobre tarefa de identificar as fontes de potenciais ameaças [1] aos interesses nacionais, cuja origem possa situar-se no conflito de interesses com outros Estados, oponentes, grupos hostis ou potenciais adversários, a inteligência estratégica torna-se valioso instrumento de assessoria para as decisões de nível estratégico, em particular, na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional, objeto do presente

artigo.

O AMBIENTE GEOESTRATÉGICO

A evolução no ambiente geoestratégico global vem alterando gradativamente a relação de poder entre os Estados. Como resultado, provoca instabilidades e incertezas, gera conflitos locais e regionais com características distintas do passado e insere novos atores no contexto dos conflitos, inclusive não estatais. Na caracterização do atual ambiente

CENÁRIO INTERNACIONAL

GUERRA FRIA



- Bipolaridade
- Zonas de influência: ascensão ao poder via apoio das potências
- Possibilidade de conflito entre as superpotências - fator de retração de conflitos em nível regional
- **Predominância do Terrorismo revolucionário**
- Manifestações de guerrilha urbana e rural

Motivação para confrontações: ideológica

PÓS-GUERRA FRIA

- Nova conformação da ordem mundial
- Presença de novos atores
- Novas ameaças: crime organizado, terrorismo, espionagem industrial
- Sociedade da informação
- **Predominância do Terrorismo islâmico**
- Novas formas de terrorismo: Nuclear, radiológico, químico, biológico e cibernético
- Motivação para confrontações: Política, religiosa, econômica, conflitos étnicos, movimentos separatistas**

Fonte: Palestra do Gen Álvaro, proferida ao CSIE/2014.

operacional, um dos principais componentes a ser considerado no nível estratégico tem sido a assimetria, associada a um elevado grau de imprevisibilidade das ameaças, o que torna cada vez mais difícil a correta identificação, caracterização e localização das ameaças e riscos. A crescente proeminência de agentes causadores de instabilidade, especialmente grupos transnacionais ou insurgentes, com ou sem apoio político e material de outros atores globais, ampliou o caráter difuso das ameaças a serem enfrentadas com o emprego de forças investidas de responsabilidades na área de segurança e defesa.

O conceito de segurança é fundamentalmente contestado, para o qual existem diversas interpretações. Alguns autores a definem como a ausência de ameaça a recursos vitais. Outros, como uma condição da exclusiva responsabilidade dos órgãos de soberania de um Estado, acerca da qual não é possível afirmar, com certeza absoluta, se existe ou não, mas apenas existe em níveis relativos. Outros, ainda, como uma função primordial do Estado ou como uma noção central da conjuntura internacional fundamentalmente anárquica.

Apesar da pluralidade de explicações que têm sido evidenciadas, a concepção de segurança que tem sido mais frequentemente referenciada em estudos, no passado recente, é a explorada pela ONU, usualmente mencionada em estudos elaborados internacionalmente. A ONU, segundo seu então Secretário-Geral em 2005, Kofi Annan, observa que, na idade contemporânea, qualquer análise do termo segurança deve ser fundamentada em dois fatores a seguir descritos.

Por um lado, a aceitação de que sentimentos de segurança ou insegurança estão intimamente associados à natureza das ameaças [2] enfrentadas por um indivíduo, nação ou comunidade de Estados. Sendo as ameaças enfrentadas pelos diferentes países na conjuntura internacional amplamente díspares, é difícil assegurar a cooperação

entre os Estados na resolução de crises de segurança.

Por outro, o reconhecimento de que, embora sejam diferentes, as ameaças que hoje caracterizam a comunidade internacional estão profundamente interligadas, por isso sua resolução exige um esforço coletivo e coordenado de todas as nações no sentido de aumentar a segurança global.

À semelhança da segurança, defesa é também um conceito contestado que tem originado um número diverso de interpretações. Para alguns autores, é a capacidade de um Estado ou de uma aliança de países de reduzir as probabilidades de um ataque à sua integridade territorial por meio da promoção de medidas que dissuadem outros Estados ou alianças de adotarem tal tipo de comportamento. Para outros, é a capacidade de resistir a ataques, sendo a função primordial do Estado, assumindo uma importância ainda mais acentuada em situações de crise.

Como aconteceu ao conceito de segurança, é problemático tentar conciliar as diferentes interpretações para o termo defesa. Contudo, alguns especialistas, como Cardoso (1981, p. 23) interpretam que defesa é a manutenção de um estado de segurança, isto é, o conjunto de meios e medidas disponíveis para a proteção dos recursos considerados vitais para a integridade e estabilidade de um indivíduo, grupo, Estado ou grupo de Estados, sejam esses recursos de caráter militar, político, econômico, social ou cultural. Quando interpretado desse modo, o conceito de segurança está estreitamente associado a duas noções distintas:

- natureza da ameaça, isto é, se o perigo gerado para os recursos vitais é de origem natural, como, por exemplo, calamidades ecológicas, ou de origem humana, como, por exemplo, proliferação nuclear; e

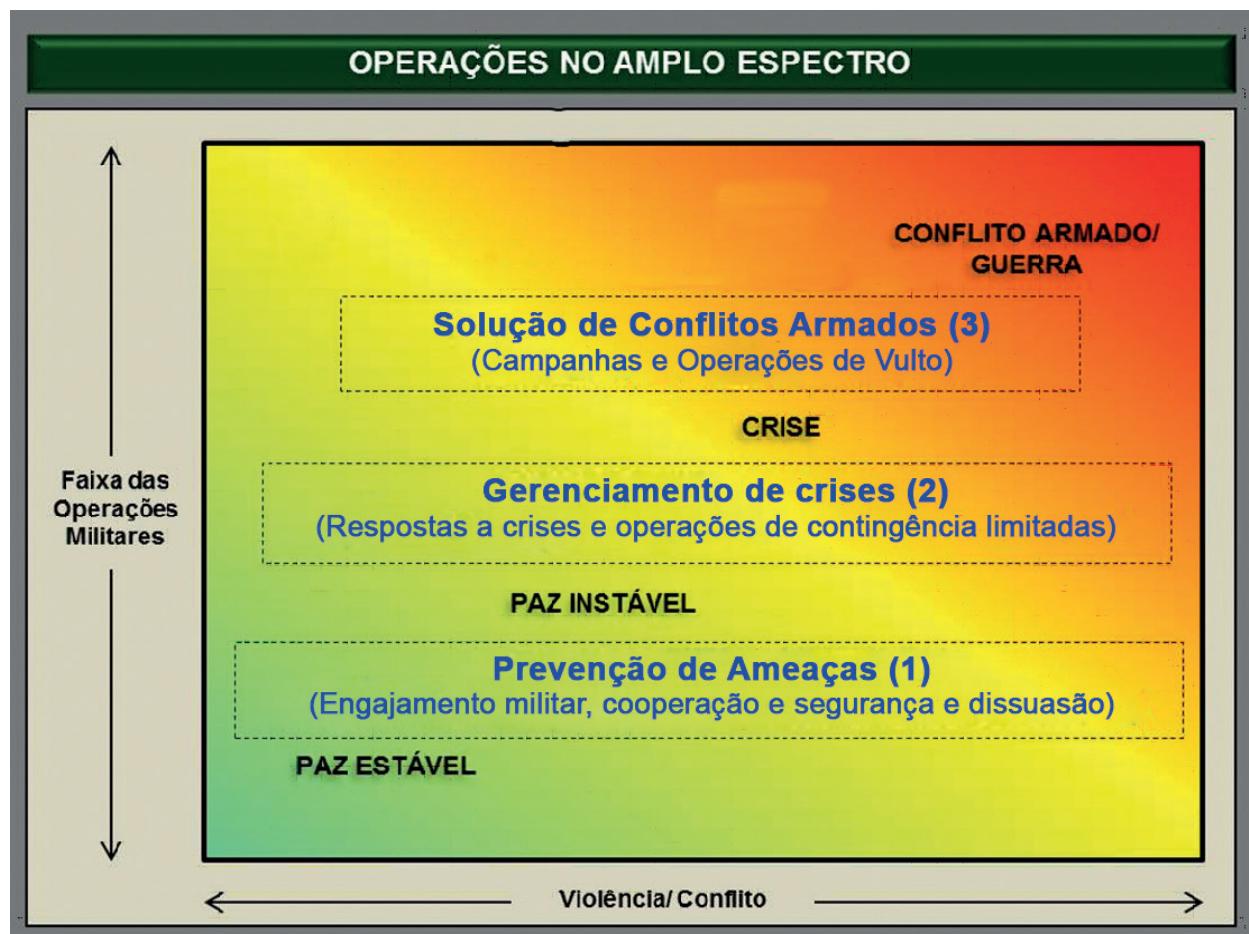
- avaliação de capacidades [3], isto é, a percepção, pelos atores políticos, da sua capacidade de proteger os recursos considerados vitais relativamente à

capacidade da ameaça enfrentada causar danos nesses mesmos recursos.

Para efeito da Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil, são adotados os seguintes conceitos:

I – segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; e

II – defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Portanto, o contexto estratégico contemporâneo exige que os Estados estejam preparados para empregar uma diversificada combinação de vetores militares e civis na prevenção de ameaças (1), no gerenciamento de crises (2) e/ou na solução de conflitos armados (3).



Fonte: Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 OPERAÇÕES.

Da análise do ambiente contemporâneo, no qual forças convencionais e irregulares, combatentes e população civil, destruição física e guerra de informação estão cerradamente interligados, é possível delinear o contexto estratégico no qual ocorre a prevenção e o combate ao terrorismo e à violência extremista

transnacional. De um modo geral, os principais desafios são os seguintes: instabilidade dos Estados; desrespeito a normas internacionais; existência de redes extremistas transnacionais, organizadas e violentas; e proliferação de armas de destruição em massa e de avançadas tecnologias.

A PREVENÇÃO E O COMBATE AO TERRORISMO E À VIOLÊNCIA EXTREMISTA TRANSNACIONAL: REFLEXOS NO BRASIL

Na história recente, as formas de se contrapor às ameaças têm-se diversificado consideravelmente. Como praxe, os instrumentos do Poder Nacional, em particular a expressão militar, orientava sua articulação e preparo para combater ameaças identificadas por um possível Estado agressor. As mudanças experimentadas pelas sociedades, com reflexos na forma de fazer política e o surgimento de nova configuração geopolítica, conduzem a horizontes mais incertos e complexos para planejar a segurança e a defesa.

Essas mudanças vêm alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas e suscitando o aparecimento de conflitos locais e regionais e a inserção, no contexto dos conflitos, de novos atores, estatais e não estatais, particularmente aqueles que se engajam na violência armada.

Cada vez mais, conflitos exigem soluções complexas, adquirem dimensão internacional e envolvem atores com interesses diversos. Assim, além das ameaças potenciais que demandam tropas aptas às operações de alta intensidade, descortinam-se ameaças concretas que exigem dos Estados a geração de capacidades para o combate ao terrorismo e ao narcotráfico, proteção das sociedades contra proliferação de armas e agentes de destruição em massa, a participação em missões de manutenção e/ou imposição da paz sob a égide de organismos internacionais e o controle de contingentes populacionais ou de recursos escassos (energia, água ou alimentos). Relacionados a esses aspectos, estão conjugadas as tecnologias da informação e comunicações (TIC), a degradação ambiental e a migração populacional massiva, que induzem o surgimento de novas formas de violência.

Os significativos atentados terroristas

ocorridos nos últimos anos alteraram profundamente o desenho da almejada tranquilidade global. Está comprovado que o terrorismo saltou dos rincões longínquos do Oriente Médio para ser um vetor decisório do futuro da Humanidade. Expressivas lideranças, de diferentes matizes ideológicas, clamam em favor de uma cruzada internacional contra o terror, com o objetivo de somar novas forças de poder.

Para tratar do tema terrorismo, inicialmente torna-se necessário definí-lo. Entretanto, diante das variáveis que envolvem o tema, tais como a natureza do alvo, se combatente ou civil; autoria da ação, se estatal ou não estatal; objetivos da ação, se religioso, político ou diverso, na comunidade internacional, o alcance de uma definição unânime tem sido uma das maiores dificuldades.

“O choque dos ataques de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas em Nova York e o Pentágono em Washington D.C., nos EUA, colocou na ordem do dia os problemas relativos à ambiguidade da noção de terrorismo”. (PELLET, 2003, p.9).

O impacto da ação terrorista de setembro de 2001 provocou na comunidade internacional uma ambígua sensação de perplexidade, insegurança, medo e revolta. A força das imagens revelou o inacreditável. O mundo ligado em rede assistiu chocado ao despertar sombrio de um novo século cuja violência passou a ter autor desconhecido e alvo difuso. Dentro desta lógica perversa, o sucesso de uma guerra é diretamente proporcional ao dano civil, ao espetáculo e à morte de inocentes.

(BRANT, 2003, p. 1)

E, de fato, ainda não há um consenso acerca da definição do termo nem mesmo na ONU, não havendo nenhuma convenção internacional definindo o termo. Considera-se difícil chegar a uma definição consensual acerca dessa concepção, uma vez que são

envolvidos conceitos políticos, ideológicos, militares e religiosos.

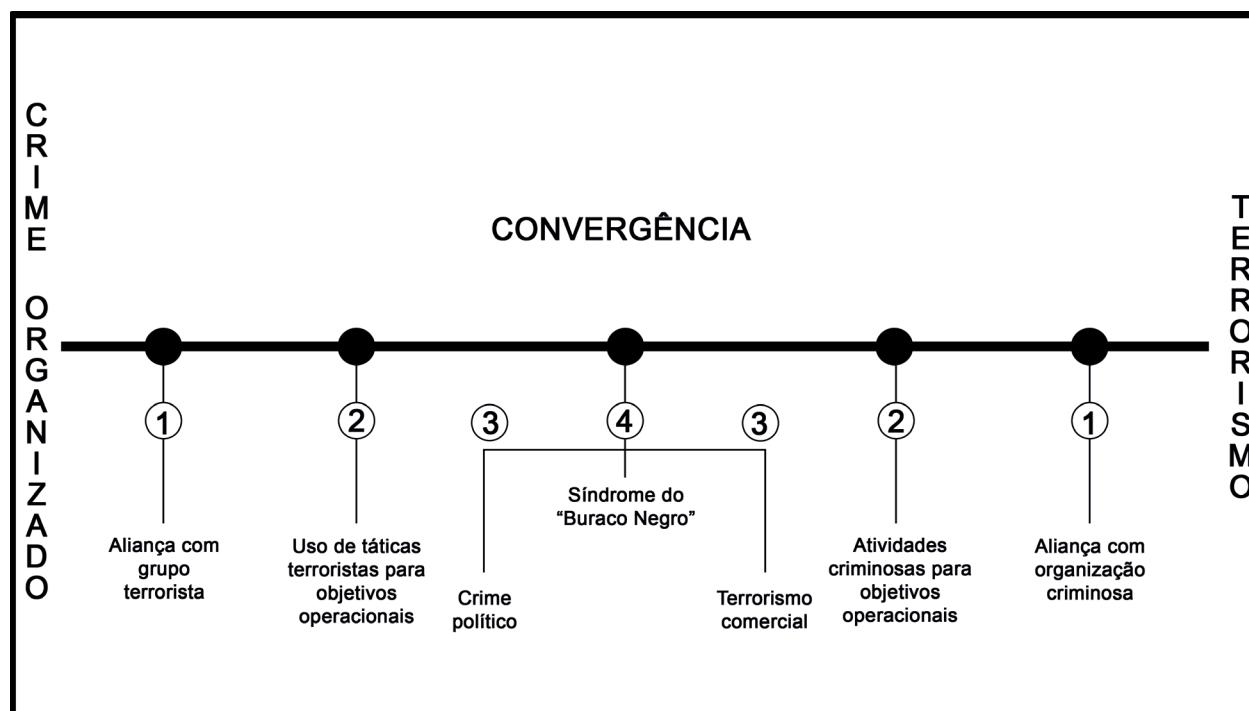
Durante anos, a ONU vem tentando definir quem seria terrorista e o que representa um ato de terror, controvérsias essas que têm postergado a adoção de uma nova convenção sobre terrorismo que incorporaria elementos-chave de instrumentos legais já existentes, permitindo que as nações busquem um tratado internacional que vise a lutar contra este.

A tarefa de definição que, necessariamente, envolve a transformação do “terrorismo” em termo analítico útil em vez de ferramenta polêmica, tem de ser considerada à luz da relação entre linguagem e política (WHITAKER, 2005).

Como o terrorismo tem efetividade política quando o resultado da ação se difunde, a comunicação exerce o papel de criar, na opinião pública nacional

e internacional, a sensação de pavor generalizado, de impotência de vítima indefesa e de perplexidade diante da insegurança. Assim, a publicidade oxigena a disseminação do horror e, simultaneamente, mobiliza mentes em apoio à causa dos terroristas. Em quaisquer circunstâncias, não se deve perder de vista a natureza criminosa da atividade que se baseia em apoio logístico suprido por contrabando de armas e de munições, financiado por fluxo financeiro ilegal, conhecido como “lavagem de dinheiro”.

Outro aspecto bem marcante do terrorismo é sua frequente ligação com o crime organizado. Como exemplos desta tendência, há os vínculos entre a *Al Qaeda* e o tráfico internacional de ópio de origem afegã, entre os separatistas chechenos e a máfia russa, entre forças guerrilheiras e os cartéis de drogas da Colômbia ou entre o crime organizado de outros países latino-americanos com esses mesmos cartéis.



Convergência entre o crime organizado e o terrorismo.
Fonte: Makarenko (2004).

Os grupos terroristas estão se associando ao crime organizado e ambos os atores aproveitam-se das estruturas individuais e passam a atuar conjuntamente, buscando

países onde a estrutura político-social encontra-se instável, conseguindo dessa maneira se infiltrar nesses estados e, por meio de uma simbiose, se fortalecer.

A emergência do chamado "novo terrorismo internacional", caracterizado pela maior imprevisibilidade e violência, e as medidas de segurança adotadas pelos países diretamente atingidos pelo fenômeno têm produzido importantes modificações na cena internacional e nas relações entre países, com marcantes reflexos para o Brasil.

O Brasil, hoje, como potência reconhecidamente emergente, tem a sua estatura político-estratégica no cenário internacional incrementada a cada dia, inclusive, com explícita candidatura à ocupação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em função de uma possível reforma na Carta Magna desse organismo internacional.

O Brasil possui características que, à primeira vista, o colocam distante das motivações favoráveis ao interesse dos grupos terroristas. O país é tolerante frente à grande diversidade racial, cultural e religiosa presente em seu território; possui como política a não intervenção em assuntos de outros Estados; defende e exerce a política de solução pacífica de controvérsias; e está afastado geograficamente dos focos de tensão, origem da causa terrorista.

Entretanto, diante da disposição dos grupos radicais em produzir atentados indiscriminados e atacar seus inimigos onde quer que se encontrem, o território nacional, por abrigar alvos preferenciais e sediar grandes eventos com participação de representações estrangeiras, não pode ser ignorado como provável palco de ações terroristas. Soma-se a essa condição o fato de os países considerados como alvos preferenciais adotarem medidas rigorosas de segurança, o que dificulta a atuação dos grupos terroristas, que passariam a espreitar

como alternativa outros locais cujo nível de segurança permita o alcance de seus objetivos.

A percepção de que o terrorismo é – e que permanecerá sendo – um fator exótico ao quadro nacional soa ingênuo e equivocada, não sobrevivendo a um exame mais acurado. A lógica – se é que há alguma – do "novo terrorismo", produzido por pequenas células, com vínculos associativos pouco convencionais e de difícil detecção, demonstra que nenhum país está livre de sua presença e ação destruidora.

A Política Nacional de Defesa (PND) destaca que o Brasil considera que o terrorismo internacional constitui risco à

paz e à segurança mundiais. Condena enfaticamente suas ações e implementa as resoluções pertinentes da ONU, reconhecendo a necessidade de que as nações trabalhem em conjunto no sentido de prevenir e combater as ameaças terroristas. O Estado brasileiro tem enfrentado o problema, orientando suas ações pelos

O território brasileiro, por abrigar alvos preferenciais e sediar grandes eventos com participação de representações estrangeiras, não pode ser ignorado como provável palco de ações terroristas.

princípios abaixo:

- repúdio a todas as formas e manifestações de terrorismo (Art. 4º da Constituição Federal/88);
- solidariedade aos Estados afetados e as vítimas desse crime;
- participação nos esforços da comunidade internacional para combatê-lo;
- uso de meios compatíveis com a Carta da ONU e normas do Direito Internacional (direitos humanos, humanitário e dos refugiados);
- estrito respeito ao devido processo legal;
- eliminação das causas profundas do mal (desequilíbrios e injustiças globais);
- promoção do desenvolvimento econômico e social, dos valores democráticos,

da tolerância religiosa e do diálogo entre civilizações;

- incremento da assistência jurídica recíproca e da cooperação em matéria de inteligência (policial, militar, estratégica e financeira);

- inexistência de vínculos automáticos e necessários entre terrorismo e crime organizado transnacional; e

- oposição a qualquer tentativa de relacionar terrorismo com fluxos migratórios.

Segundo Buzanelli (2010, p. 27), ao se considerar um potencial atentado terrorista no Brasil, embora se julgue relativamente baixa a probabilidade de ocorrência, toda ação de prevenção aconselha a possibilidade de sua real materialização. Nesse sentido, Buzanelli (2010, p. 44 – 49) elencou situações, no território nacional, de interesse do presente trabalho, que poderiam envolver o Brasil na questão do terrorismo:

- atentado contra alvos tradicionais do terrorismo;

- atentado por ocasião de grandes eventos;

- atentado contra autoridades estrangeiras em visita;

- atentado contra autoridades nacionais, no caso da busca pelo autor de notoriedade súbita;

- atentado ou sabotagem contra infraestrutura crítica e recursos essenciais, incluído o terrorismo cibernético;

- atentado contra instalações e meios de transporte, abastecimento ou lazer;

- utilização do território nacional como área de homizio, trânsito, recrutamento e captação de recursos; e

- reflexos das medidas antiterroristas adotadas pelos países centrais.

Além dessas possibilidades, prossegue o autor, há ainda características no Brasil que favorecem a opção por atentados no território nacional.

Um estudo de situação, mesmo sumário, indica que existem facilidades para atuação do terrorismo no Brasil: território amplo; rios de penetração; fronteiras permeáveis; dificuldades para o exercício de fiscalização e controle; ausência de antecedentes

históricos; falta de compreensão do fenômeno terrorista; e dificuldade de percebê-lo como uma ameaça real, mesmo dentro do próprio Estado (BUZANELLI 2010, p. 49).

Apesar de não termos um conceito unificado em relação ao terrorismo, existe um consenso global de que as ações de prevenção e o combate ao terrorismo são desenvolvidas em ambiente interagências, em três níveis (estratégico, operacional e tático) e nas vertentes: apoio de inteligência [4], antiterrorismo [5], contraterrorismo [6] e administração de consequências [7].

A política de combate ao terrorismo deve integrar medidas em todas as expressões do Poder Nacional e pode ser concebida segundo duas vertentes: antiterrorismo (medidas defensivas de caráter preventivo) e contraterrorismo (medidas ofensivas de caráter repressivo). Normalmente, envolve ações para gerenciar e/ou neutralizar os quatro vetores que conduzem às ações terroristas: motivação, *momentum*, liderança e finanças, sendo os dois últimos os mais vulneráveis e acessíveis.

Alguns teóricos defendem que o combate ao terrorismo, para ser eficiente, tem que ser realizado a partir de ações militares. *Caleb Carr* afirma que, hoje, existe a necessidade de uma ação militar constante e que esta atitude é a única opção para se combater o terrorismo. Segundo esse escritor norte-americano:

A resposta bem-sucedida à ameaça terrorista, portanto, não está em repetidas análises dos movimentos terroristas contemporâneos tomados individualmente, nem em tentativas legalistas de condenar seu comportamento em tribunais internacionais, nem em políticas e medidas reacionárias que punem as populações civis tanto quanto os terroristas que operam em seu meio. Em vez disso, está na formulação de uma estratégia abrangente e progressiva que possa tratar todas as ameaças terroristas com as únicas medidas coercitivas capazes de afetar ou moderar o comportamento terrorista: ofensivas militares preventivas destinadas a fazer com que não só terroristas, mas também Estados que abrigam, proveem e de alguma forma ajudam esses indivíduos experimentem a mesma insegurança constante que tentam impor a suas vítimas. (CARR, 2002, p. 25).

Porém, a visão mais aceita e, provavelmente, a mais coerente com a premissa da necessidade do respeito aos Direitos Humanos no cenário internacional é a expressa pela ONU. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, de 30 de agosto de 2002, no debate sobre a necessidade de se reforçar a prevenção contra o terrorismo, foi exposto que este somente pode ser erradicado por meio da participação de todos os membros da comunidade internacional em um esforço compreendido globalmente, sob os auspícios das Nações Unidas, uma vez que a luta contra tais atos ilegais se tornou uma questão de grande prioridade desde os ataques desferidos contra os EUA em 11 de setembro de 2001.

Afirmo-se, também, que não se pode associar o fenômeno do terrorismo a qualquer religião, nacionalidade ou etnia. Para o seu combate é necessário que haja o posicionamento de toda a comunidade internacional de forma a não ser aceita qualquer justificativa para a retirada da vida de civis.

Em recente relatório anual sobre o terrorismo global, o governo norte-americano expõe que as perdas na cúpula da *Al Qaeda* no Paquistão e no Afeganistão "aceleraram" a descentralização da rede, a partir de 2013. Isso resultou no surgimento de grupos autônomos e afiliados mais agressivos, principalmente no Iêmen, na Síria, no Iraque, no noroeste da África e na Somália.

Em 2013, de acordo com as conclusões do referido relatório, os países latino-americanos apresentaram melhoria modesta em sua estrutura antiterrorista e na segurança de suas fronteiras. As organizações criminosas transnacionais continuam a impor ameaça mais significativa à região do que o terrorismo com base em várias nações. A maior parte dos

países fez esforços para investigar possíveis conexões com organizações terroristas.

Ainda, segundo o relatório, a influência do Irã no hemisfério ocidental continua sendo uma preocupação para o governo norte-americano. No entanto, em razão de fortes restrições impostas ao país tanto pelos EUA como pela União Europeia (UE), Teerã não conseguiu expandir seus laços econômicos e políticos na América Latina. A Tríplice Fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai, continua um importante eixo regional de armas, narcóticos, tráfico humano, falsificação, bens pirateados e lavagem de dinheiro

– potenciais fontes de financiamento para organizações terroristas.

Em nível mundial, há pelo menos uma década, particularmente após os fatídicos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, que se comprehende que a interação e coordenação interagências são essenciais para o êxito na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e na solução de conflitos, em particular na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional.

Segundo Rapoport (2004), os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 o tornaram o dia mais destrutivo na sangrenta história do terrorismo, um acontecimento sem precedentes, que iniciou uma segunda guerra ao terror pelos norte-americanos, após 100 anos do assassinato do seu Presidente McKinley por um anarquista.

Essa interação vai além da simples associação ou combinação de vetores militares e civis. Trata-se de reconhecer o que são, de fato, os ganhos de escala e escopo das especializações e capacidades de cada um deles para a implementação de diversificadas tarefas. Esse reconhecimento é que permitiria saber como integrar suas ações num todo sistêmico bem maior que as partes.

Não se pode associar o fenômeno do terrorismo a qualquer religião, nacionalidade ou etnia. Para o seu combate é necessário que haja o posicionamento de toda a comunidade internacional de forma a não ser aceita qualquer justificativa para a retirada da vida de civis.

No Brasil, as organizações que possuem atribuições legais para enfrentar as ameaças e riscos, com repercussão nos campos da segurança e defesa, têm demonstrado limitações de gerar de forma satisfatória as capacidades requeridas pelos desafios que se apresentam no amplo espectro dos conflitos. No tocante às ameaças relacionadas ao terrorismo e à ameaça extremista transnacional, há evidente necessidade de desenvolvimento e conjugação de esforços, a fim de que, quando determinado, em estreita colaboração interagências, essas organizações participem de operações antiterrorismo e contraterrorismo, a fim de mitigar tais ameaças no território nacional.

O APOIO DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE AO TERRORISMO E À VIOLÊNCIA EXTREMISTA TRANSNACIONAL

Se a política externa é o escudo da república, como disse Walter Lippmann, as informações estratégicas são aquilo que coloca o escudo na hora e no lugar exatos. São também aquilo que está sempre pronto para orientar a espada. (KENT, 1967).

Uma das atribuições do Estado é prover a segurança e a defesa necessárias para que a sociedade possa alcançar os seus objetivos. Cabe ao Estado garantir condições para que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, dedicar-se ao próprio desenvolvimento e ao progresso (Livro Branco de Defesa, 2012, p. 22).

Sendo uma atividade de responsabilidade exclusiva do Estado, a inteligência estratégica tem como característica o desenvolvimento de ações especializadas e complexas. O principal objetivo dessas ações é identificar, coletar, analisar e interpretar dados e informações nas mais variadas áreas do conhecimento e dos assuntos de interesses do Estado que a desenvolve. Esse tipo de inteligência é classificada como estratégica devido ao fato

de servir como suporte direto e fundamental nas decisões políticas e estratégicas de mais alto nível do Estado.

Na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional, deve-se ter a ideia de que a informação é um “ativo estratégico”, pois, além de servir como importante vetor operacional e tático, é uma poderosa alavancas capaz de alterar decisões de alto nível por parte do oponente. É a chamada “estratégia do conhecimento” que prioriza a exploração de quatro funções-chave no que diz respeito ao conhecimento: adquirir, processar, distribuir e proteger informações.

Devido à crescente intangibilidade do ambiente contemporâneo, o apoio de inteligência estratégica na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional deve priorizar a valorização das “fontes abertas” e um monitoramento dos “fatores de conhecimento”, tais como: opiniões religiosas do oponente, sua cultura, nível de instrução e treinamento, fontes de informações, dentre outros. Deve-se, ainda, atribuir ênfase ao emprego de fontes humanas, armadas com sofisticadas tecnologias (inclusive cibernética) e à utilização de analistas *experts* – especialistas regionais, linguistas e outros. Segundo Lowenthal (2006), “o primeiro e mais importante objetivo de qualquer comunidade de inteligência é rastrear ameaças, forças, eventos e desenvolvimentos que coloquem em risco a existência da nação.”

Outra relevante característica que a inteligência estratégica contemporânea deve observar na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional é a importância da conectividade, uma vez que os dados, após processados, tornando-se informações e, desde que analisadas tornando-se conhecimento, de nada valem nas mãos erradas e no momento inóportuno.

Há necessidade de maneiras de distribuir dados e/ou informações de acordo com as exigências, uma vez que a natureza das redes de comunicações pressupõe hipóteses estratégicas, muitas vezes, mantidas em segredo e que a capacidade de trocar informações pela rede permite que especialistas possam relacionar todos os conhecimentos. Diversos analistas que estudaram o 11 de setembro relatam que a falta de comunicação entre as diversas agências americanas teria sido a principal falha de segurança que permitiu o sucesso do ataque às Torres Gêmeas pela *Al-Qaeda*. A necessidade de integração foi um dos grandes aprendizados americanos com a tragédia que vitimou milhares de pessoas de várias nacionalidades.

Deve-se atentar para a exatidão na busca de dados negados devendo concentrar-se, prioritariamente, na qualidade das informações – extremamente precisas (separando o “trigo” do “joio”) – e abranger, dentre outros, aspectos militares, políticos, psicossociais, científico-tecnológicos, econômicos, diplomáticos, utilizando-se de avançadas técnicas computadorizadas para obtê-las.

A inteligência estratégica deve valorizar a possibilidade de que o oponente ou potenciais adversários podem utilizar informações enganosas, a desinformação, a propaganda, a verdade (quando atende aos seus interesses) e uma poderosa imagem nos meios de divulgação, conhecimento junto de anticonhecimento.

Nesse contexto, torna-se fundamental a atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, que seja capaz de informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes ou potenciais adversários, ao mesmo tempo protegendo o nosso – é a busca pela superioridade de informações.

O apoio de inteligência estratégica

pode contribuir significativamente para evitar o terrorismo e a violência extremista transnacional dentro do território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da bipolaridade, as mudanças experimentadas pelas sociedades, com reflexos na forma de fazer política, e o surgimento de nova configuração geopolítica conduzem a tarefa de planejar segurança e defesa a horizontes mais incertos e complexos.

Essas mudanças vêm alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas e suscitando o aparecimento de confrontos locais e regionais com a inserção de novos atores – estatais e não estatais – no contexto dos conflitos. Além disso, os aspectos não militares passaram a assumir, em algumas situações, proeminência na solução da maioria dos conflitos e apontaram para a necessidade de geração de novas capacidades.

Considerando a análise do presente artigo, é complexo argumentar que os conceitos segurança e defesa não constituem um único domínio, ou, pelo menos, estão muito intimamente associados. Embora possam existir diferenças entre as noções em nível teórico, em termos práticos a cumplicidade que se verifica entre a construção de um estado de segurança e a sua manutenção por meio dos mecanismos disponíveis às nações é tão íntima e inegável que compromete qualquer tentativa de separação dos conceitos.

Sumariamente, do mesmo modo que é impossível conceber uma estratégia de defesa que não tenha como objetivo fundamental a criação ou manutenção de condições de segurança, é problemático imaginar um estado de segurança sem os meios e medidas de defesa para preservá-lo.

A expressão militar não é mais capaz, por si só, de restaurar ou manter a paz estável. É responsável, entretanto, por proporcionar um ambiente seguro para que as demais expressões (política, econômica, psicossocial e

científico-tecnológica) possam ser aplicadas, ressaltando a relevância da integração das forças militares com os vetores civis. Assim, as operações em ambiente interagências parecem surgir como a pedra angular do novo cenário de segurança e defesa, permitindo às forças militares e às agências civis compartilharem metas e congregar esforços, de forma sinérgica, em ações que abrangem impositivamente todas as expressões do Poder Nacional.

Não há dúvida de que o terrorismo e a ameaça extremista, esse horror sem

fronteiras, precisam ser enfrentados, detidos e rechaçados em cada espaço do planeta. Essas ameaças são a negação da civilização e do humanismo e também a imolação indiscriminada e cruel de inocentes. Há quem afirme, ainda, ser a massificação de assassinatos a regressão do homem aos seus instintos mais primitivos e ferozes.

Os dramáticos e sangrentos efeitos dos atentados de 11 de setembro de 2001, de fato, conseguiram inibir o julgamento crítico de outras ameaças, ficando nítido que se tem muito a aprimorar nas respostas



ao terrorismo. Multiplicaram-se as iniciativas de retaliação, principalmente por parte dos EUA e dos países da Comunidade Europeia: endurecimento da legislação, reforço da cooperação internacional antiterrorista, ações ostensivas ou encobertas, dentre outras.

Nesse contexto, o preço da capacidade de influência no cenário internacional é a ação, mas não apenas qualquer ação. Fica evidente que participar da comunidade mundial não pode ser apenas usufruir do que ela pode aportar de benefícios. Exige que se saiba contribuir. Isso determina, em larga margem, tanto a medida da ambição possível quanto suas formas.

O Brasil, mesmo distanciado do epicentro físico e ideológico do problema, não pode deixar de se prevenir diante do terrorismo. O Estado brasileiro deve assumir compromissos efetivos diante dessa ameaça potencial. Como argumenta Domício Proença Jr:

O tempo em que o Brasil podia tratar o exterior como uma externalidade já vinha se esvaindo, como areia numa ampulheta, há algum tempo. Os atentados de 11 de Setembro de 2001 e o que se seguiu a esta data determinou como que a anulação dos últimos grãos de vida que esta postura ainda podia esperar ter. Não é coincidência que uma parte ponderável daqueles que defendem tanto esta postura quanto a alienação brasileira em assuntos bélicos tenham tido seu período formativo no início e no auge da Guerra Fria. *Tempus fugit*: vive-se a guerra, a nova cruzada americana: é preciso seguir adiante da encruzilhada brasileira.

Embora o Brasil tenha a posição privilegiada de ser um dos poucos Estados que têm diante de si a possibilidade de ações concretas, isso não as faz obrigatórias. Existem outras formas de agir, a serem

identificadas em função das decisões que se tome à luz dos interesses que se queira privilegiar. Mas a questão principal, para além da ação que se venha a empreender, é a percepção de adesão à luta contra o terrorismo, que a maior potência do planeta expressa como sendo o elemento essencial de seu juízo sobre os demais Estados.

O primeiro requisito da ação é a construção da expressão adequadamente íntegra e plena dos interesses nacionais. Isto exige a constituição dos meios de negociação em termos plenos, multidimensionais e simultâneos, de qualidade e em quantidade adequadas. Dar conta do desafio instrumental dos estudos estratégicos é uma tarefa crucial deste processo, mas não é a única. Não é uma tarefa nem simples, nem fácil, nem natural: demanda competência, trabalho e continuidade.

No caso do Brasil, simultaneamente à tipificação do terrorismo, precisa-se dedicar maior apreço à viabilidade dessa previsão e suas consequências. Se o objetivo da lei é, antes de simplesmente punir a conduta, impedir que ela ocorra, é necessário entender o que motiva um terrorista, por mais difícil que isso possa provar ser, para daí agir adequadamente.

O entendimento e o conhecimento das motivações e capacitações de uma organização terrorista possibilitam uma sólida fundamentação na conduta de operações contraterrorismo bem-sucedidas, bem como o emprego de aproximações ativas, tanto direta quanto indireta, na confrontação com a ameaça. (Joint Publication JP 3-26, *COUNTERTERRORISM*, 13 November 2009, US Joint Chiefs of Staff).

Nesse contexto, as autoridades governamentais de mais alto nível decisório do País, sobretudo aquelas investidas de responsabilidades na área de segurança e defesa, não podem alienar-se com relação aos complexos problemas que envolvem a prevenção e o combate ao terrorismo e à

violência extremista transnacional.

Em razão do contexto internacional tão complexo, a inteligência estratégica passa a desempenhar um importante papel no que diz respeito à redução do nível de incertezas, possibilitando o acompanhamento regular e permanente de cenários e a antecipação na obtenção e processamento de dados, na análise de informações e na produção de conhecimentos relacionados à prevenção e ao combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional que, por sua natureza, indiquem a necessidade de emprego do Poder Nacional.

[...] as informações são constituídas de informes avaliados. São produzidas a fim de que os planejadores e formuladores da política possam tomar decisões efetivamente acertadas. Em sua maior parte, as informações estratégicas - o tipo de informações exigidas para ser usada em nível nacional e internacional - são utilizadas na elaboração de planejamento estratégico. CLAUSER & WEIR (1975, p. 34-35)

A capacidade de perceber, identificar, coletar, analisar e interpretar os dados e as informações existentes, transformando-as, com oportunidade, em conhecimentos úteis à tomada das decisões políticas e estratégicas constitui a essência da inteligência estratégica.

Assim, o poder de o Estado antecipar decisões complexas, obtendo vantagens comparativas frente a oponentes, grupos hostis ou potenciais adversários, relacionados ao terrorismo ou à ameaça extremista transnacional, significa a garantia da manutenção da soberania e dos interesses nacionais. Esta capacidade somente será viável se a nação mantiver os olhos e os ouvidos em condições saudáveis e em plenas condições de funcionamento, e isso é o que significa a existência de uma efetiva estrutura de inteligência estratégica.

Para alcançar efetividade na prevenção e no combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional, é imprescindível que o País estabeleça uma política nacional

que oriente os esforços e que possibilite a integração dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Esse sistema tem de ser capaz de conceber o exercício permanente de ações especializadas orientadas para a obtenção de dados, produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento de autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atuação, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas de Estado, ao mesmo tempo em que deve salvaguardar dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da sociedade e do Estado.

Fica evidente que o esforço pela maior efetividade no monitoramento e nas ações de pronta resposta aos ilícitos transnacionais e domésticos deve ser aprimorado, o que, provavelmente, reforçaria a capacidade das organizações em cooperar na prevenção e no combate à ameaça do terrorismo e da violência extremista transnacional.

Portanto, após analisar a legislação, as estruturas e os mecanismos que conferem às organizações responsáveis pela segurança e defesa a capacidade de contribuir para a prevenção e o combate ao terrorismo e à violência extremista transnacional, duas palavras traduzem o significado final do estudo: interação e integração. A interação, que proporcionaria o conhecimento mútuo e das possibilidades e limitações dos vetores (militares e civis), e a integração, que pode oferecer complementaridade e qualidade do produto, que é a manutenção da soberania e da paz social.

Recomenda-se, ainda, o estímulo à necessária interação e integração interagências, por meio da criação, em curto prazo, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), de um Centro Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo, com a participação ativa de representantes dos Ministérios da Defesa e da Justiça, das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e

dos demais entes federais pertinentes.

Por fim, para prevenir e combater efetivamente o terrorismo e a violência extremista transnacional, o Estado brasileiro deveria conceber instrumentos legais, elaborar políticas, dispor de uma eficiente e eficaz inteligência estratégica e estabelecer

estruturas (antiterroristas e contraterroristas) ágeis, com recursos compatíveis e dotadas de modernos equipamentos, mantendo em elevado nível as capacitações das Forças de Operações Especiais (FOpEsp) das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) federais e estaduais.

NOTAS/REFERÊNCIAS

ANNAN, Koffi. **In Larger Freedom**, Report of the Secretary-General of the United Nations for decision by Heads of State and Government, 2005. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/pastevents/in_larger_freedom.shtml>. Acesso em: 1nov. 2014.

AGUIRRE, Mariano. **De onde vem o dinheiro que financia o Estado Islâmico?** Norwegian Peacebuilding Resource Centre (NOREF), 2014. Disponível em: <www.peacebuilding.no>. Acesso em: 26 ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.103 OPERAÇÕES**, 4ª Edição, 2014.

BRIGAGÃO, Clóvis, Domício Proença Júnior, Ademar Seabra da Cruz, Alfredo Valladao e Gabrielle Guimarães. **Paz e Terrorismo**. Textos do Seminário Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas. Editora Hucitec, 2004.

BUZANELLI, Márcio Paulo. Palestra inaugural e debate. In: **WORKSHOP PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL**, 2010, Brasília, DF. [Trabalhos apresentados ...]. Brasília, DF: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2010. p. 21 – 68.

CARDOSO, Leonel. **Algumas reflexões sobre conceitos de Defesa**. Disponível em http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/3480/1/NeD25_LeonelCardoso.pdf.

CARR, Caleb. **A assustadora história do terrorismo**. São Paulo: Ediouro, 2002. p. 25

GOMES, Francisco Manuel. **Segurança e Defesa: Um Único Domínio?** Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/>.

CLAUSER, Jerome K.; WEIR, Sandra M. **Metodologia de Pesquisa em Informações**. Washington, D.C.: Defense Intelligence School, 1975.

Jr, Joseph S. Nye. **O Futuro do Poder**. 1ª Edição, 2012. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Benvirá.

KENT, Sherman. **Informações Estratégicas**. Biblioteca do Exército Editora, 1967.

LOWENTHAL, MARK M. **Intelligence – From Secrets To Policy**. Third Edition, 2006.

MAKARENKO, Tamara. **The Crime–Terror Continuum: Tracing the Interplay between Transnational Organised Crime and Terrorism**, (2004), Global Crime: p. 131.

O Novo Relatório da CIA: como será o mundo amanhã/ The National Intelligence Council's; introdução de Heróaldo Barbeiro; tradução e notas adicionais Cláudio Blanc: Geração Editorial, 2009. Título original: Global trends 2025: a transformed world.

PELLET, Sarah. **O Desafio da Comunidade Internacional frente ao Terrorismo: a ambiguidade da noção de terrorismo**. In: **Terrorismo e Direito: os impactos do terrorismo na Comunidade Internacional e no Brasil: as perspectivas político-jurídicas**. Coordenador, Leonardo Nemer Caldeira

Brant. 1^a Edição Rio de Janeiro: Forense, 2003. p.9.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. **A Prevenção e o Combate ao Terrorismo no Século XXI**. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. **Operacionalizando o comando e controle no combate ao terrorismo onze anos após o 9/11; reflexos no Brasil**. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/>. Acesso em: 21 maio. 2014.

PLATT, Washington. **A Produção de Informações Estratégicas**. Tradução: Maj Álvaro Galvão Perreira e Cap Heitor Aquino Ferreira. Biblioteca do Exército: Livraria AGIR Editora. Rio de Janeiro, 1967.

RAPOPORT, D.C. **The four waves of Modern Terrorism**. In A.K. Cronin and J.M. Ludes (eds) *Attacking Terrorist Elements of a grand strategy*, Georgetown University Press. Washington, 2004.

SHULSKY, Abram N. e SCHIMITT, Gary J. **Silent Warfare – Understanding the World of Intelligence**. 3^a Edição, 2002.

TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Anti-Guerra – Sobrevivência na Aurora do Terceiro Milênio**. Biblioteca do Exército Editora. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro, 1995.

USA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication JP 3-26, Counterterrorism**, Washington, DC, November 2009.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo – Um Retrato**. Tradução: Joubert de Oliveira Brízida. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2005.

[1] Ameaças – são ações contrárias à pessoa, às instituições ou aos bens essenciais, existentes ou pretendidos. ESG – Vol I (BRASIL, 2013).

[2] Ameaça: é qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de por intermédio da exploração de deficiências, causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Também podem ocorrer sob a forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo ser humano) – Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 OPERAÇÕES (4^a Edição/2014)

[3] Entende-se como capacidade a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI. A geração de capacidades exige o atendimento de todos os fatores determinantes (Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, 2013, Pg 21).

[4] Apoio de inteligência: cabe ao sistema de inteligência proceder à “análise da ameaça terrorista”, estudo permanentemente atualizado que consiste num processo de exame e avaliação contínua de todas as informações disponíveis, concernentes a potenciais atividades de grupos ou indivíduos que possam afetar os interesses nacionais.

[5] Antiterrorismo: conjunto de atividade que engloba as medidas defensivas de caráter preventivo, a fim de minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e das propriedades, impedindo e dissuadindo os atentados terroristas.

[6] Contraterrorismo: conjunto de atividades que engloba medidas ofensivas de caráter repressivo, a fim de impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas. Enquanto que o “antiterrorismo” se fundamenta na ação de proteção caracterizada pela presença ostensiva, de caráter eminentemente preventivo, o “contraterrorismo” demanda a execução de ações diretas de contato, eminentemente repressivas/relatiatórias, com as organizações terroristas em presença.

[7] Administração de consequências: constitui-se em uma série de ações de resposta, visando a restaurar a capacitação antiterrorista. Inclui a preparação para minimizar as consequências de um atentado, inclusive com emprego de agentes QBRN. Consiste, ainda, na emissão de alertas e diretrizes à população, planejamento do atendimento a catástrofes, saúde pública, vigilância sanitária e outras medidas preparatórias.

O 2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM AÇÕES SUBSIDIÁRIAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Tenente-Coronel Jucenílio Evangelista da Silva

O Tenente-Coronel de Infantaria Evangelista é o Comandante do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), sediado em Belém, PA. Foi declarado aspirante-a-oficial em 1991, tendo concluído o curso de Comando e Estado-Maior em 2008. Especializado em operações na selva, possui mais de dez anos de experiência em operações na região da Amazônia Oriental e comandou a execução das Operações Hileia Pátria e Awá Guajá. Apresentou propostas de planejamento, gestão e execução de operações em ambiente interagências, possui inúmeros artigos e trabalhos no contexto de operações na Região Amazônica. Serviu como observador das Nações Unidas no Timor Leste. Está classificado no Comando de Operações Terrestres. (evangelista91@bol.com.br).



O Exército Brasileiro (EB), de acordo com a Constituição Federal e outros diplomas legais, tem como missão básica defender a Pátria, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Como instituição permanente, apoia ações de assistência humanitária conduzidas por diversos órgãos civis em casos de desastres, colabora em inúmeras ações sociais, constrói estradas e realiza outras obras de engenharia.

Desde a regulamentação do emprego e preparo das Forças Armadas (FA), por intermédio da Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999 (LC 97/99), alterada pela Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 (LC 117/04), verificou-se um aumento significativo da participação das FA, em particular do Exército, no apoio à sociedade brasileira, no contexto das ações subsidiárias.

Na estrutura do EB, o Comando de Operações Terrestres (COTER) é o Órgão de Direção Setorial (ODS) com a missão de orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre (F Ter), em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército, sendo, portanto, encarregado dessas ações subsidiárias. O comando militar de área (C Mil A) é o responsável pela condução das operações dessa natureza, delegando a missão de execução para seus elementos subordinados.

Dentro dessa estrutura, o Comando Militar do Norte (CMN), o mais novo C Mil A do EB, tem atribuído missões, relacionadas às ações subsidiárias, para o 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), nos estados do Pará, Maranhão e Amapá.

No presente artigo, serão apresentadas duas operações no contexto das ações subsidiárias executadas pelo 2º BIS, sediado em Belém-PA, analisando-as nos aspectos de apoio à sociedade e de preservação do meio ambiente.

OPERAÇÃO HILEIA PÁTRIA

Dentro das estratégias traçadas pelo Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) de 2013, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) executou a Operação Hileia Pátria, cujo objetivo foi combater o desmatamento ilegal em áreas federais protegidas da Amazônia Brasileira, localizadas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O 2º BIS recebeu a missão de prestar o apoio logístico, o apoio de comunicações e o

apoio de instrução para os agentes do IBAMA que participaram da operação. A área de atuação abrangeu a região do Gurupi, as terras indígenas do Alto Rio Guamá e Alto Rio Turiaçu, localizadas no Maranhão e no Pará, abrangendo os municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Cachoeira do Piriá. Para prestar o apoio logístico, o 2º BIS montou uma base de apoio, atendendo as necessidades de hospedagem e alimentação dos agentes, assim como apoio médico, de

comunicações e coordenação do transporte de madeira e dos meios apreendidos. A atividade teve a duração de sessenta e quatro dias, com a apreensão de mais de 3.000 m³ (três mil metros cúbicos) de toras de madeira. Os recursos alocados para a operação permitiram o transporte de apenas 644 m³ (seiscentos e quarenta e quatro metros cúbicos) desse total, o que exigiu uma logística complexa, devido à contratação de caminhões e à coordenação de comboios.



Retirada da madeira apreendida.

A manobra de retirada do material apreendido foi atribuída ao EB, sendo importante destacar dois aspectos:

- a coordenação de atividade administrativa com fins logísticos, que é comum nas operações militares; e

- a exposição pouco desejável da imagem da F Ter, uma vez que os militares estavam

investidos de tarefas não pertinentes, sob o ponto de vista dos que participam da cadeia produtiva de exploração de madeira, seja ela legal ou ilegal.

OPERAÇÃO AWÁ GUAJÁ

Com base na decisão do processo da Justiça Federal nº 95.0000353-8, a Presidência

da República, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Social, determinou a remoção de todas as pessoas e o desfazimento das propriedades do interior das Terras Indígenas Awá Guajá, no Estado do Maranhão, dentre outras medidas.

Inserido na operação, o 2º BIS recebeu a missão de cooperar com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGe/PR) e outros órgãos e agências do Governo Federal, no que se refere ao apoio logístico, especificamente nas seguintes atividades: comunicações, alojamento, alimentação, postos de abastecimento de viaturas e apoio de saúde.

Deve-se destacar que essa operação, iniciada em 1º de janeiro de 2014, foi bastante complexa. Houve a inconveniência da descentralização tardia de recursos, em 27 de dezembro de 2013, ao término do exercício financeiro, gerando os problemas administrativos decorrentes de gestão orçamentária, pois esses recursos foram incluídos em restos a pagar.

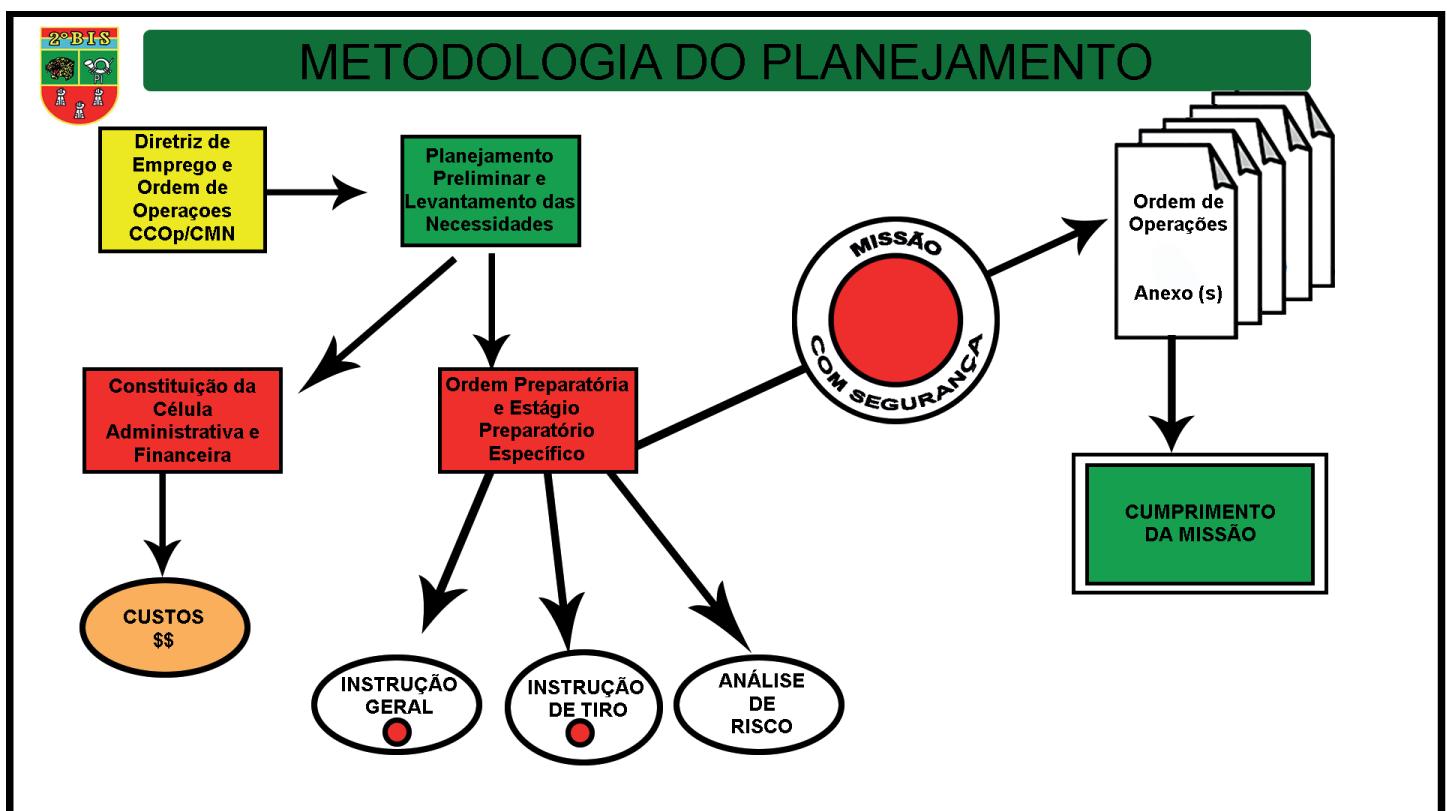
A operação foi muito sensível, inclusive

pela repercussão internacional, em decorrência da aventureira possibilidade de extinção da etnia indígena Awá Guajá, devido à ação extrativista dos madeireiros e grileiros na reserva delimitada. O fato foi amplamente coberto por diferentes equipes da mídia e acompanhado por organizações não governamentais.

Nessa ação da SGe/PR e demais órgãos governamentais, foram deslocadas 350 (trezentas e cinquenta) famílias, totalizando 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, aproximadamente. Grupos de fazendeiros e posseiros foram afetados e a possibilidade de confronto foi uma das maiores preocupações do Comando do 2ºBIS, pois a situação poderia evoluir rapidamente de ação subsidiária para garantia da lei e da ordem.

A SISTEMÁTICA DO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES

O planejamento para o cumprimento das citadas missões seguiu o quadro abaixo, embasado em uma sequência lógica, que orientou a execução da tarefa de forma



sistemática.

O recebimento da diretriz de emprego do CMN, ainda que verbal, antecedendo à emissão da ordem de operações, favoreceu o início dos planejamentos do escalão executante, cuja providência imediata foi o levantando das necessidades e dos custos da operação.

Foi criada uma célula administrativa e financeira, com profissionais destinados exclusivamente para auxiliar a fiscalização administrativa na elaboração dos empenhos, no acionamento dos fornecedores e na coordenação com o almoxarifado para o recebimento do material e posterior liquidação.

Paralelamente às medidas administrativas, a 3^a Seção da Unidade montou um estágio de preparação específico para o contingente encarregado do apoio logístico. Nesse estágio foram ministradas instruções peculiares ao tipo da atividade a ser realizada, noções da legislação em vigor, normas de conduta e emprego de tropa e a realização de tiro, tudo isso de acordo com o Projeto de Gestão de Segurança do CMN, denominado "Missão com Segurança" e representado por um círculo vermelho envolvido por esse dístico.

O estado-maior da unidade levantou os principais pontos e momentos críticos da operação, propondo medidas para minimizar os riscos. Nesse criterioso trabalho, foram considerados aspectos inseridos na ordem de operações e foram estabelecidos os procedimentos a serem ministrados no estágio de preparação específico, tais como: conduta com a mídia, procedimentos com civis, contato com indígenas, normas de conduta, emprego de tropa, operações aeromóveis, prevenção de acidentes motorizados, dentre outros.

Nesse planejamento, o tempo foi o fator decisivo, o qual interferiu sobremaneira

na execução da missão. Os recursos foram descentralizados tarde e os meios adquiridos foram recebidos após a partida para o cumprimento da missão.

PECULIARIDADES DAS MISSÕES DE APOIO AO COMBATE AOS DELITOS AMBIENTAIS

A preservação do meio ambiente é uma megatendência universal e altamente desejada pela sociedade. Em geral, as ações com base nesse fundamento são bem aceitas, mas podem afetar diretamente algumas classes sociais, por exemplo, aquelas que por anos sobrevivem das atividades decorrentes do extrativismo, particularmente a extração ilegal da madeira e o garimpo. Qualquer ação inibidora desse tipo de atividade econômica gera antagonismos, podendo colocar os agentes governamentais em situações de enfrentamento não desejáveis diante das reações daqueles que se sintam prejudicados.

A LC 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo, não cabendo às FA agir diretamente sobre os delitos nem prover a segurança dos agentes, uma tarefa crítica que não foi ainda devidamente regulamentada. É comum que os órgãos governamentais busquem uma atuação do Exército mais ampla, entretanto não há amparo legal, o que limita o EB às atividades de apoio.

ATUAÇÃO DA TROPA EM ÁREAS INDÍGENAS

No trato com etnias indígenas, é fundamental a participação e o acompanhamento de funcionários da FUNAI.

Na situação vivenciada, a etnia Awá Guajá era considerada de difícil contato, sendo recomendado que a tropa não se aproximasse

dos indígenas para evitar possíveis contaminações por doenças típicas do homem civilizado.



A distância entre os indígenas e os agentes pode ser observada na foto acima.

A ATUAÇÃO EM UM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS

As operações interagências são essenciais para o sucesso das ações subsidiárias. Na Operação Pátria, atuaram as seguintes agências governamentais: o IBAMA, o Instituto Chico Mendes, a Polícia Militar Ambiental, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura e a Justiça Federal.

A coordenação dos trabalhos foi fundamental para alcançar os resultados almejados, pois o êxito é diretamente proporcional à integração das ações de cada agência governamental. Nas operações

interagências os princípios de guerra nem sempre são plenamente obedecidos, o que pode gerar resultados indesejados. A inobservância do princípio da unidade de comando dificultou as ações, uma vez que a relação foi de cooperação e as tarefas foram descentralizadas e independentes.

O chefe militar tem a tendência de assumir a coordenação das atividades, mas a atuação do Exército nas ações subsidiárias é de apoio, ou seja, de um elemento coadjuvante que presta um serviço em benefício do órgão federal encarregado da ação principal. É necessária uma significativa adaptabilidade, em uma vez que os elementos da F Ter jamais ficarem subordinados às agências civis.

Para o melhor entendimento do ambiente

interagências, o autor Willian J. Davis Jr resumiu o cumprimento da missão no mnemônico “6C”: compreender, coordenar, cooperar, concessões (fazer), consenso (buscar o) e comunicar-se, segundo seu artigo publicado na edição americana da *Military Review*, jan/fev 2011.

Na Op Hileia Pátria, a coordenação das atividades ficou a cargo do IBAMA e na Awá Guajá, a cargo do Coordenador Geral dos Movimentos de Campo da SGe/PR, que possuía larga experiência em atividades do gênero, o que facilitou a execução dos trabalhos.

O RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

As ações subsidiárias estão geralmente relacionadas à atuação em benefício da sociedade, para atender a uma necessidade da população ou para aumentar a efetividade de órgãos governamentais que afetam diretamente o interesse da comunidade. Assim sendo, a imprensa estará presente para cobrir o evento.

A preparação dos comandantes para o relacionamento com a mídia cresce de importância. A coordenação deve ser realizada no mais alto escalão, nível C Mil A, com a centralização das entrevistas pela autoridade competente. Devem ser produzidas imagens que retratem a atuação do Exército, mostrando o apoio prestado e enfatizando o trabalho do soldado brasileiro no cumprimento de sua missão em benefício da população local, cooperando também com a preservação ambiental. A seriedade, a honestidade, o profissionalismo e a dedicação de cada militar evidenciam o comprometimento da tropa com os valores institucionais.

Para tanto, os locais onde as atividades logísticas estão sendo executadas devem ser abertos à visitação, permitindo que todos vejam *in loco* o que está sendo feito.

O comportamento exemplar de cada participante da operação é o melhor instrumento da comunicação social.

A real atuação da tropa deve ser divulgada por meio de nota à imprensa, informativos à comunidade e adequada conduta da tropa executante.

O chefe militar deve sair do foco das atenções, concedendo entrevistas curtas, deixando a maior parte do tempo para o órgão responsável pela condução das ações.

AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS E APOIO À POPULAÇÃO

As ações cívico-sociais (ACISO) são atividades realizadas para prover assistência e auxílio a comunidades, para desenvolver o espírito cívico e comunitário dos cidadãos e para resolver problemas imediatos e prementes. Normalmente, a capacidade para executar ACISO fica limitada às FA, que por meio de seu aparato logístico têm condições de desdobrar meios suficientes para ofertar a “mão amiga” à população. Nas Op Hileia Pátria e Awá Guajá, essas ações foram de grande valia para obter o apoio da população,



Ação Cívico-Social (ACISO).

que conseguiu identificar a atitude amigável da tropa.

Na Op Awá Guajá a doação de trezentas cestas básicas de alimento, providenciadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e entregues pela tropa, permitiram uma subsistência por trinta dias às famílias deslocadas. Embora não tenha solucionado o problema dos afetados, essa ação amenizou a relação deles com os agentes da desintrusão [1].

A ESTRUTURA DO APOIO

A estrutura do apoio dependeu das particularidades de cada missão. Na

Op Awá Guajá a estrutura montada foi complexa em razão das diferentes atividades logísticas relacionadas. O local de emprego distava 520 km (quinhentos e vinte quilômetros) da sede da Unidade, sendo 180 km (cento e oitenta quilômetros) em estrada sem revestimento asfáltico.

O deslocamento diurno era realizado em dez horas, tornando-se um complicador que estendia o apoio logístico ao seu limite máximo.

A missão de alojar exigiu a montagem de um acampamento com trinta e quatro barracas, com locais de hospedagem separados para homens e mulheres, atendendo a efetivos variáveis, que chegaram a cento e cinquenta agentes. As condições de conforto foram as melhores possíveis, por se tratarem de civis que permaneceriam alojados durante longo período de tempo.

Para a alimentação dos agentes e da

tropa de apoio foram disponibilizadas quatro refeições diárias, com a montagem de cozinha e padaria de campanha. Uma das maiores dificuldades foi a aquisição dos gêneros relativos ao quantitativo de subsistência (QS) pela própria unidade, de forma diferente da convencional, quando esses gêneros são distribuídos pela cadeia logística. Durante os 111 (cento e onze) dias da operação, foram transportadas 85 ton (oitenta e cinco toneladas) de alimentos e 3.000 l (três mil litros) de água potável, exclusivamente por via terrestre, empregando semanalmente três viaturas de 5 toneladas.

A Lei Complementar 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo.

suprimentos em diferentes locais onde os agentes atuavam.

A ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

A atuação das agências governamentais transcorreu de acordo com a particularidade de cada uma, dentro das suas esferas de atribuições e de acordo com a lei. O maior desafio consistiu em trabalhar integradamente, de forma a atender todos os anseios e sem inibir ações. Sem dúvida, a maior dificuldade esteve na coordenação. Algumas

vezes, o Exército foi instado a assumir esse papel, ainda que não lhe coubesse.

Como elemento apoiador, deve-se entender que as ações principais estão destinadas às agências governamentais, mas o modo de elas agirem repercute diretamente na imagem institucional do EB. Dessa forma, torna-se fundamental acompanhar os planejamentos e intervir

quando necessário.

Quando os órgãos governamentais são envolvidos para implementar as ações sociais, os resultados são normalmente mais expressivos. Assim, nas Op Hileia Pátria e Awá Guajá, a participação ativa do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social, dentre outros órgãos, foi fundamental para



Agências Governamentais.

de evitar que ocorressem apenas as ações repressivas

Na Op Awá Guajá, a disponibilização de áreas destinadas à reforma agrária,

mediante a cessão de loteamentos e acesso a benefícios sociais, contribuiu para os acordos necessários, impedindo confrontos entre os órgãos de segurança pública e os indivíduos mais afetados na desintrusão.

LIÇÕES APRENDIDAS

As Op Hileia Pátria e Awá Guajá foram dois exemplos de ações subsidiárias de extrema sensibilidade em que o 2º BIS esteve envolvido nos anos de 2013 e 2014, servindo para a unidade demonstrar sua capacidade de prontidão e gestão em ambiente interagências. Dessas duas operações, pode-se resumir as seguintes lições aprendidas mais importantes:

- o estudo meticuloso da missão, valendo-se da análise de risco do emprego da tropa, com repercussão para a imagem institucional da F Ter, é fundamental para minimizar ou eliminar esse risco;

- o levantamento minucioso das necessidades logísticas, o lapso temporal entre a descentralização de recursos e o início das operações e a eficiência na gestão orçamentária são essenciais para a qualidade do apoio prestado;

- a constituição de uma célula administrativa e financeira exclusiva para gerenciar os recursos da operação e controlar o recebimento dos meios adquiridos, foi um fator relevante de sucesso;

- a compreensão do ambiente interagências e a capacidade de nele inserir-se eficazmente são desafios a serem alcançados;

- o relacionamento com a mídia, utilizando-a como aliada para divulgar o real papel da tropa, é fator de sucesso;

- uma rápida sistemática de trabalho

de estado-maior, com base no processo de planejamento e condução das operações militares, com as necessárias adequações de gestão, é imprescindível para atingir os objetivos propostos;

- um detalhado estágio de preparação específico possibilitou que a tropa tivesse a prontidão necessária para enfrentar as diversas situações surgidas;

- a adoção das medidas de prevenção de acidentes, fundamentadas em um programa de segurança, evitou a queda no moral que poderia ter sido causada por fatalidades.

Conclui-se,

destacando o grau de confiabilidade junto à população brasileira alcançado pelas FA, em particular pelo EB, devido à sua presença nacional, capacidade logística e facilidade de inserção nas diferentes camadas sociais. Isso confere o protagonismo à F Ter nas mais sensíveis

A Lei Complementar 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo.

ações do Governo Federal. As experiências obtidas pelo 2º BIS, ao participar dessas duas sensíveis operações de ações subsidiárias na Amazônia Oriental, seguindo os preceitos mencionados neste artigo, permitiram ao escalão superior, o recém-criado Comando Militar do Norte, atingir os objetivos almejados. A cooperação da F Ter foi de fundamental importância para que as agências governamentais pudessem cumprir suas atribuições, mantendo o alto valor de confiabilidade creditada pela população ao Exército Brasileiro.

NOTA

[1] A desinrusão é uma medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo. É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas. Página <http://www.maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desinrus%C3%A3o>, acessada em 22 dez. 2014.



A CRIMEIA E O PODER

General de Exército Paulo Cesar de Castro

O General de Exército Castro é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras, na arma de Artilharia. É pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pela Escola de Guerra Naval (EGN) e pela Escola Superior de Guerra do Exército Argentino. Comandou, como coronel, o 21º Grupo de Artilharia de Campanha; como Gen Bda, a ECEME; como Gen Div, a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Exército. Como Gen Ex foi Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército até 11 de maio de 2009, quando foi transferido para a reserva. Atuou nas operações Rio-92, Rio, Minas Gerais e Ouro Preto. É doutor em Ciências Militares pela ECEME e em Ciências Navais pela EGN (paulocesarcastro@terra.com.br).



Relações internacionais são relações de poder e a Organização das Nações Unidas (ONU) é a expressão jurídica de uma vitória militar, ensinava meu professor de Direito Internacional dos Conflitos Armados [1], na Escola Superior de Guerra Tenente-General Luís Maria Campos, do Exército Argentino.

A crise [2] criada pela Rússia na Crimeia, decorrente do agravamento do conflito, inicialmente interno, na Ucrânia [3], evidenciou a atualidade daquelas lições. Os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais, a despeito dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos, de outros estados e organismos internacionais.

A CRIMEIA [4]

Até então território da Ucrânia, a Crimeia é uma península de 26.200 km² [5] ligada ao continente pelo istmo de Perokop – 5 a 7 km de largura – e banhada pelos mares Negro e de Azov. Sua costa é pródiga em baías e portos que abrigavam, ao tempo da extinta

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Frota do Mar Negro.

Essa esquadra, em 1992, foi dividida entre a Rússia e a nascente Marinha da Ucrânia. É fácil, pois, inferir a importância estratégica da península para instalação e manutenção de bases navais de ambos os estados. Para os russos surgira um complicador, a saída de sua força naval para mares quentes via Mediterrâneo, evidente interesse vital, passara ao controle de outra potência. As tensões decorrentes começaram a diminuir em maio de 1997, após a ratificação do Tratado de Amizade, Cooperação e Associação, firmado entre a Federação Russa e a Ucrânia.

Os 2.033.736 habitantes [6] da Crimeia são majoritariamente russos (58,3 %), seguindo-se ucranianos (24,3 %), tárarovs da Crimeia (13%), bielorrussos, tárarovs, armênios, judeus e outros grupos. Nessa população não se inclui a de Sebastopol, 379.200 habitantes [7], considerada pela Rússia uma cidade federada, a exemplo de Moscou e São Petersburgo.

Após a implosão da URSS, a península passou a integrar a recém-independente Ucrânia com o nome de República da Crimeia (fevereiro de 1992), posteriormente alterado para República Autônoma da Crimeia, status que lhe permitia executivo e parlamento próprios.

Salta aos olhos que a Crimeia fazia parte da Ucrânia somente do ponto de vista jurídico e formal. Bastaria à Rússia empregar seu poder para reintegrá-la à Federação, retomar o controle absoluto sobre a península e, portanto, assegurar interesse vital no Mar Negro. Assim foi feito.



A RÚSSIA E O PODER

O Manual C 124-1, Estratégia, publicado pelo Estado-Maior do Exército, afirma que o poder é a capacidade de impor a vontade para atingir os objetivos fixados pela política [8]. Na mesma fonte, em linguagem mais elegante, lê-se que política e estratégia sem poder “não passam de palavras ao vento”.

A escalada do conflito interno ucraniano ofereceu à Rússia, no primeiro trimestre de 2014, a oportunidade de anexar a Crimeia, a qual foi eficazmente aproveitada pela aplicação do poder nacional o que permitiu impor sua vontade, a despeito do clamor da comunidade internacional. Estava em jogo um interesse vital e, em 21 de março, o presidente Vladimir Putin promulgou o acordo de adesão da Crimeia e da cidade de Sebastopol à Federação Russa.

O emprego do poder pela Rússia entra para a história como campo fértil para

estudosos de política, estratégia e relações internacionais, fenômeno que este artigo se propõe a identificar.

-Expressão Militar

O poder militar russo começou a ser aplicado em 26 de fevereiro de 2014, quando tiveram início manobras a fim de “testar a prontidão de unidades do 2º Exército da circunscrição militar do centro e dos comandos da Força Aérea, Forças Aerotransportadas, Aviação Estratégica e de Transporte” [9]. Para bom entendedor, demonstração de força para dissuadir. E como já se sabe o fim deste filme, contra aquela força não houve argumento.

Desde então, a Rússia empregou eficazmente seu poder militar [10], apesar da contraofensiva diplomática e política da comunidade internacional. As iniciativas militares russas podem assim ser resumidas:

- 28 de fevereiro: foram ocupados os aeroportos da capital, *Sinferopol*, e de Sebastopol. A tropa, muito bem uniformizada, equipada e armada, não ostentava qualquer identificação.

No mesmo dia ocorreram o anúncio

oficial de manobras antiterror para proteger a base da Frota do Mar Negro, sobrevoos da área por helicópteros russos e denúncia, por fontes militares ucranianas, da chegada de 13 aeronaves transportando dois mil militares russos.



- 1 de março: a Câmara Alta do parlamento russo autorizou o envio de "contingente limitado" de tropas à Ucrânia, dita missão de estabilização (sic) para resguardar a segurança de cidadãos etnicamente russos. Simultaneamente, o governo da Ucrânia denunciou a presença de quase 15 mil soldados, carros de combate e outros blindados na Crimeia. No mar, belonaves russas assediaram navios da Guarda Costeira ucraniana, próximo a *Sebastopol*.

- 3 de março: a Frota do Mar Negro

cercou a sede da Marinha da Ucrânia. Ainda na Crimeia, a Base Aérea de *Balbek*, equipada com 45 aeronaves de caça, rendeu-se e fuzileiros navais foram cercados em *Feodosia*.

- 5 de março: segundo estimativas de Kiev, pelo menos dezesseis mil soldados russos estariam ocupando a Crimeia.

- 6 de março: em seu discurso oficial, a Rússia insistia em afirmar que não mantinha militares na península. Acrescentava que as tropas empregadas na Crimeia não passavam de forças de autodefesa.

- 7 de março: o governo de Kiev estimava o efetivo russo na península em trinta mil homens.

- 13 de março: a três dias do referendo popular sobre o destino da Crimeia, a Rússia aumentou a pressão, dando início a novos exercícios militares em quatro regiões próximas à fronteira com a Ucrânia e na Bielorrússia, aliada de Moscou.

- 19 de março: sem resistência, foram invadidas e tomadas as bases das forças armadas ucranianas, na Crimeia. Em *Sebastopol*, o comandante da força naval russa chegou ao prédio da base naval da Ucrânia, na qual foi hasteada a bandeira da Federação Russa.

Nenhum tiro havia sido disparado. A dissuasão e o emprego do poder militar tinham obtido êxito e aos ucranianos restava lamber as feridas. Passaram-se os dias e...

.... 17 de abril [11]: em entrevista, o Presidente Putin admitiu, pela primeira vez, a presença de tropas russas na Crimeia. O mandatário disse que "Por trás das forças de autodefesa da Crimeia certamente estavam nossos militares. Comportaram-se de forma muito correta. Era necessário proteger as pessoas".

- Expressão Psicossocial [12]

As pessoas são protagonistas relevantes desta expressão do poder. O censo de 2001 revelou que 58,3 % dos habitantes da Crimeia eram russos e que os demais 41,7 % dividiam-se entre outros grupos étnicos. Essa maioria falava russo, um dos idiomas oficiais daquela que, já em 1921, intitulava-se República

Socialista Soviética Autônoma da Crimeia. Com que país essa maioria das pessoas se identifica, a Rússia ou a Ucrânia, recém-independente? Qual a cultura predominante?

Os ucranianos, na Crimeia, resumiam-se a 24,3 % e falavam outro idioma oficial, o ucraniano. É fácil entender que ucranianos e russos não formavam uma nação. Terceiro idioma oficial, o tártaro da Crimeia é falado por 13 % dos habitantes da península. A história dessa última minoria ratifica a diversidade da população e sua não identificação com o governo de Kiev.

A deposição do presidente da Ucrânia, em 22 de fevereiro de 2014, o banho de sangue em Kiev e a vulnerabilidade decorrente

facilitaram, na própria Crimeia, iniciativas para futura anexação. Seu parlamento marcou para 25 de maio um referendo a fim de que a população se manifestasse sobre anexação à Rússia ou permanência integrada à Ucrânia, ainda que com maior autonomia.

Moscou, que já havia sido acusado de conceder passaporte aos russos da península, não perdeu o bonde da

A população crimeana manifestara-se "democraticamente" em consulta popular, sob a proteção de tropas de autodefesa (sic). Assim, num passe de mágica, a Crimeia e *Sebastopol* passaram a integrar a Federação Russa ... *consummatum est!*

história: maioria da população da Crimeia com executivo e legislativo próprios. Bandeiras russas passaram a ser exibidas em *Sinferopol* e em outras cidades. Simultaneamente, o parlamento elegeu, a portas fechadas, um novo primeiro-ministro, *Serguey Aksyonov*, não por acaso favorável à anexação.

Sem perda de tempo, o mandatário antecipou a consulta popular de maio para 16 de março. No dia seguinte ao referendo, foi divulgado que a opção "Você apoia a reunião da Crimeia com a Rússia, na qualidade de membro da Federação Russa?" obtivera 95,5

% dos votos. O parlamento, por unanimidade, aprovou o referendo, declarou, oficialmente, a independência da Ucrânia e oficializou pedido de anexação à Rússia, concretizada, em Moscou, em 21 de março.

A população crimeana manifestara-se “democraticamente” em consulta popular, sob a proteção de tropas de autodefesa (sic). Assim, num passe de mágica, a Crimeia e Sebastopol passaram a integrar a Federação Russa ... *consummatum est!*

- Expressão Econômica

A Rússia provê cerca de um quarto da demanda europeia de gás natural. Um terço das exportações realiza-se através da Ucrânia em cujo território estão localizados importantes depósitos do gás. Salta aos olhos, em verdadeira grandeza, o elevado grau de dependência da União Europeia e dos países europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte em relação aos russos [13], no que respeita ao fornecimento de gás natural. A condenação firme dos Estados Unidos da



América (EUA) às ações militares na fronteira com a Ucrânia e na Crimeia não poderia, pois, ser plenamente acompanhada por seus aliados transatlânticos. A par da mencionada dependência do gás há, por exemplo, empresas da Alemanha que investem bilhões na Rússia e, no Reino Unido, o setor bancário fatura alto com investimentos naquele país. Por outro lado, não deve ser desprezado que eventual

interrupção de fornecimento de gás à União Europeia afetaria significativamente a economia da Rússia, que passa por momentos de desaceleração.

A Ucrânia, por seu turno, é o quinto maior parceiro comercial da Rússia. A economia russa está ligada à ucraniana por investimentos de empresas nas áreas de energia, agricultura, defesa e setor

financeiro...A Rússia será a grande perdedora da crise na Ucrânia, afirmou o economista-chefe de mercados emergentes no *Standard Bank, Timothy Ash*" [14].

A Rússia apostou na queda de braço e ameaçou a Ucrânia com corte no fornecimento de gás. O presidente da estatal Gazprom declarou que, caso os ucranianos não pagassem uma dívida de US \$ 1,9 bilhões pelo fornecimento de gás, os dutos seriam fechados. O alarme ecoou forte nos países dependentes dos gasodutos que cruzam o território da Ucrânia.

O preço pela anexação da Crimeia tem sido elevado para Moscou: os líderes das principais economias ocidentais (G7) suspenderam a reunião do G8 agendada para *Sochi*, na Rússia; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) congelou as negociações para a entrada russa no grupo; e o presidente dos EUA autorizou o bloqueio, nos EUA, de bens pertencentes a altos funcionários, parlamentares e empresas russas que tenham contribuído para minar a democracia ucraniana, ameaçar sua paz, segurança e soberania.

Por outro lado, o mercado de ações na Rússia reagiu bem, tendo subido 3,7 % e o rublo se recuperado das perdas iniciais. O término pacífico do referendo na Crimeia trouxe alívio ao mercado europeu cujas ações na Europa também fecharam em alta [15].

A Rússia ganhou a queda de braço pela Crimeia, inclusive no campo econômico...pelo menos até hoje [16].

- Expressão Política [17]

Os organismos internacionais, os estados

soberanos, a diplomacia e as lideranças destacam-se em verdeira grandeza durante as crises, como ratificado na Crimeia.

A ONU agiu sem demora. O Conselho de Segurança reuniu-se em 28 de fevereiro, quando das primeiras notícias sobre o emprego de "forças de autodefesa" na península. O representante da Rússia apresentou ao Conselho carta do presidente deposto da Ucrânia pedindo providências para salvar seu país de uma guerra civil (03 março).

Em 5 de março, um enviado especial da ONU foi ameaçado por homens armados e não fardados ao visitar uma base militar em *Sinferopol*. Alguns dias depois, foi submetida ao Conselho uma resolução de ilegalidade sobre o referendo na Crimeia. A Rússia, obviamente, vetou-a, o que comprovou a máxima: "a ONU é a expressão jurídica de uma vitória militar". O poder se impusera ao direito.

A Alemanha, no contexto da União Europeia (UE), propôs levar a crise à mediação da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). Em

6 de março, observadores desse organismo tiveram a entrada na Crimeia barrada por militares sem identificação nos uniformes. A exemplo do Conselho de Segurança, o caminho seguido pela OSCE foi obstruído pela Rússia.

É importante lembrar que o Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, assinado em 1994 por EUA, Rússia, Reino Unido e Ucrânia, assegurou a devolução aos russos de milhares de ogivas nucleares soviéticas. Pelo pactuado, o país recém independente recebeu garantias de que EUA e Rússia não usariam a força ou o ameaçariam com ações militares. Em março deste ano, os

Foi submetida ao Conselho uma resolução de ilegalidade sobre o referendo na Crimeia. A Rússia, obviamente, vetou-a, o que comprovou a máxima: "a ONU é a expressão jurídica de uma vitória militar". O poder se impusera ao direito.

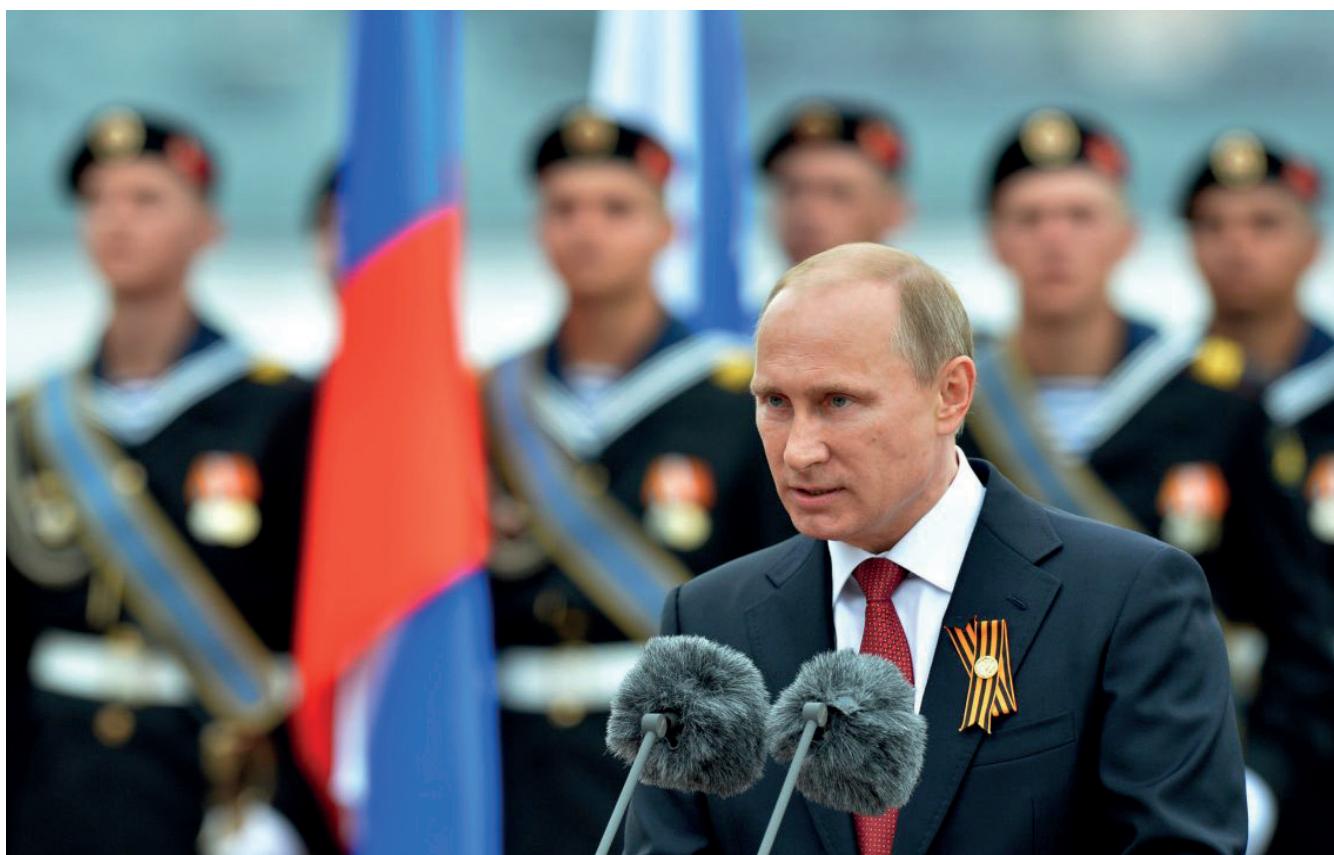
signatários marcaram reunião em Budapeste à qual o chanceler russo não compareceu. Esta possível via de solução para a crise mostrou-se infrutífera, até porque, não sendo um tratado, o Memorando não prevê mecanismo de supervisão nem penas em caso de seu descumprimento. Outra tentativa revelara-se ineficiente e ineficaz.

A diplomacia foi exercitada exaustivamente pelas partes envolvidas, Ucrânia, Rússia, EUA, UE e demais estados da Europa Ocidental. Ameaças de medidas punitivas, reuniões, contatos pessoais e telefônicos marcaram o dia a dia dos líderes e de seus auxiliares mais imediatos. Os canais

para negociação permaneceram abertos e foram intensamente explorados sem êxito, exceto para a Rússia.

O 8 de maio, "Dia da Vitória", foi politicamente explorado pelo presidente russo. O mandatário visitou a Crimeia, onde foi muito bem recebido pela população. Cercado de veteranos da Segunda Guerra Mundial, Putin assistiu a um desfile militar, enquanto as potências ocidentais protestavam por sua iniciativa, taxando-a de provocativa e desnecessária [13].

A Crimeia permaneceu sob duas bandeiras, a sua própria e a russa, substituta da ucraniana.



O mundo testemunhou, de fins de fevereiro até março, o exercício do poder por um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em prol da reconquista de região que é de seu interesse vital. O poder militar foi aplicado eficazmente, malgrado o

clamor mundial. A população foi consultada em referendo assaz antecipado. Ameaças de sanções econômicas foram ignoradas. Os organismos internacionais foram acionados sem êxito, o poder de voto exercido, os canais diplomáticos mantidos abertos e os líderes

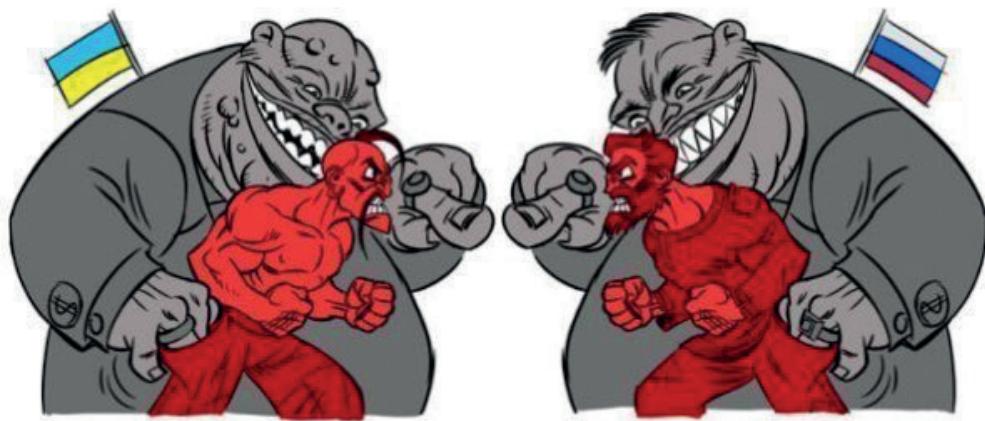
conversaram longamente, inúmeras vezes.

O poder se abateu sobre a Ucrânia, estado soberano que ficou de pés e mãos atados ante a Rússia. Para o mundo, perplexo, sublinhou-se

a lição de que, mesmo na segunda década do terceiro milênio, relações internacionais são relações de poder e a ONU permanece sendo a expressão jurídica de uma vitória militar.

NOTAS/REFERÊNCIAS

- [1] À época (1985 e 1986), na Argentina, a disciplina chamava-se Direito Internacional de Guerra. Excelente professor, o General de Brigada Cerdá integrava o quadro de auditores, oficiais de carreira formados em Direito. Esse quadro não tem similar nas forças armadas brasileiras.
- [2] BRASIL, Estado-Maior do Exército, C 124-1, Estratégia, 3^a Ed., 2001, pag. 2-3 e 2-4. BRASÍLIA: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001.
- [3] Iniciado em 21 de novembro de 2013. Em janeiro/fevereiro de 2014, Kiev assistiu a violento banho de sangue. O conflito interno evoluiu, rapidamente, para uma crise. Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Euromaidan>. Acessado em 4 de maio de 2014.
- [4] Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimeia>. Acesso em 4 de maio de 2014.
- [5] Pouco menor que o estado de Alagoas (27 778,506 km²).
- [6] Censo de 2001.
- [7] Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastopol>. Acesso em 4 de maio de 2014.
- [8] BRASIL, Estado-Maior do Exército, C 124-1, Estratégia, 3^a Ed., 2001, pag. 1-3. BRASÍLIA: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001.
- [9] Disponível em: <http://www.correiodamanhacanada.com/manobras-militares-russas-provocam-alerta-na-ucrania/>. Acesso em 4 de maio de 2014.
- [10] O GLOBO. RIO DE JANEIRO, RJ: edições de 1 a 20 de março de 2014.
- [11] Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/vladimir-putin-admite-presenca-de-tropas-russas-na-crimeia>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- [12] Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimeia>. Acesso em 8 de maio de 2014
- [13] O GLOBO. 2^a Ed. Pag. 26. RIO DE JANEIRO, RJ: edição de 06 de março de 2014. E REUTERS. Gas Infrastructure Europe. Reuters, dados industriais, publicado em 03 de março de 2014.
- [14] O GLOBO. 2^a Ed. Pag. 26. RIO DE JANEIRO, RJ: edição de 06 de março de 2014.
- [15] O GLOBO. Pag. 23. RIO DE JANEIRO, RJ: edição de 18 de março de 2014.
- [16] 9 de maio de 2014.
- [17] Idem, referência "[10]".
- [18] O GLOBO. Pag. 34. RIO DE JANEIRO, RJ: edição de 10 de maio de 2014



O CENTRO DE EXCELÊNCIA DE FOGOS DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS: UMA IDÉIA PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Rodrigo Brandão da Mota

O autor registra a importante colaboração na elaboração deste artigo do Coronel Valério Luiz Lange, supervisor do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020, que comandou o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, sediado em Formosa, GO.

O Major de Artilharia é Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Foi declarado aspirante-a-oficial em 2000. Possui os cursos de Aperfeiçoamento (EsAO), Básico Paraquedista, de Mestre de Salto, de Instrutor de Educação Física e de Escalador Militar/Básico de Montanha. No Exército dos Estados Unidos da América, realizou o Curso Avançado de Artilharia - *Field Artillery Captains Career Course* (FACCC), sediado no *Fort Sill*, Estado de *Oklahoma*, em 2012 (brandaopqd@gmail.com)



O Exército Brasileiro (EB), ao ser empregado de forma progressiva das crises aos conflitos armados, deve ser constituído por meios tecnológicos modernos e por efetivos muito bem adestrados conforme prescreve a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008. Ela afirma que o Exército não terá dentro de si uma vanguarda: o Exército, como um todo, será a vanguarda. Nesse sentido, entende-se o emprego da Força Terrestre (F Ter) Brasileira de maneira eficaz e eficiente, indicando assim a necessidade da realização da transformação ora em curso no EB.

Dentro desse contexto, há muito se discute sobre a evolução da função de combate fogos. Não obstante, já foram

realizados fóruns, seminários e simpósios neste sentido, tais como: o fórum sobre apoio de fogo desenvolvido pela Assessoria de Doutrina do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), o simpósio de artilharia de campanha (Art Cmp), conduzido pelo Comando Militar do Sul (CMS) em 2011 com o tema "o futuro da artilharia no processo de transformação da F Ter", bem como os simpósios sobre artilharia patrocinados recentemente pelo Estado-Maior do Exército (EME) em Brasília, DF, em 2012 e 2013.

Ao seu turno, a função de combate fogos reúne as atividades, tarefas e sistemas interrelacionados que permitem o emprego coletivo e coordenado de fogos cinéticos e e meios não cinéticos, orgânicos da Força ou conjuntos, integrados pelos processos de planejamento e coordenação de fogos.

Em considerável parcela dos eventos supracitados, discutiu-se sobre a possível criação de um Centro de Instrução de Apoio de Fogo do Exército (CIAFE), onde fosse possível condensar ensinamentos técnicos de armamentos ou equipamentos de artilharia, de forma a atender as necessidades de preparo da F Ter; operacionalizar estudos desenvolvidos em sala de aula, de forma a adequar a doutrina

militar atual à realidade brasileira e do combate moderno; bem como adestrar parcela dos efetivos das unidades de Art Cmp.

Além disto, as condicionantes das diretrizes do Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA) para a concepção estratégica indicam a racionalização das estruturas existentes.

A série de eventos relacionada anteriormente, assim como as constantes discussões entre profissionais militares proporcionaram questionamentos que inquietaram grande parte dos debatedores, em especial os militares oriundos da arma de artilharia. Surgiu, como uma das mais abrangentes, a seguinte questão: "Quais as implicações da criação de um Centro de Excelência de Fogos (CEF) para o EB, considerando-se as consequências e reflexos que trariam à F Ter ao longo do seu processo de transformação?"

A busca de respostas a tal questionamento permitirá trazer sugestões acerca dos melhores caminhos a serem percorridos pelos fogos do EB no seu caminho evolutivo.

O presente artigo busca promover uma reflexão sobre este tema extremamente relevante para o desenvolvimento da função de combate fogos e considerado fundamental para a evolução da F Ter Brasileira. O artigo apresenta um breve estudo de estrutura similar do Exército dos EUA, com indicações à realidade brasileira, valendo-se o autor de sua experiência pessoal e profissional vivida junto ao CEF do Exército daquele país.

HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DO CEF DO EXÉRCITO DOS EUA

As principais potências bélicas desenvolvem suas doutrinas a partir de experiências próprias de combate, analisadas e tratadas dentro de um ambiente único de ensino e adestramento. Nos EUA, maior potência militar na atualidade – *o Fires Center of Excellence*, Centro de Excelência de Fogos (CEF), está localizado no *Fort Sill*, estado de Oklahoma. Ele tem suas origens no século dezenove quando ainda se desenvolviam combates entre militares americanos e indígenas, na consolidação daquela região

ao território norte-americano. O governo daquele país sentiu, à época, a necessidade de estabelecer uma base militar, cuja finalidade era defender os cidadãos americanos contra os constantes ataques indígenas. Sendo assim, em 8 de janeiro de 1869, foi fundado o posto do Exército dos EUA chamado *Fort Sill*, em referência ao

Brigadeiro General Joshua Sill, morto em combate durante a Guerra Civil Americana.

Posteriormente, em 1911, após os deslocamentos de algumas unidades de combate de artilharia, foi estabelecido no *Fort Sill* uma nova Escola de Fogos de Art Cmp, como uma unidade de ensino. Também foi estabelecido um destacamento de combate de apoio de fogo do corpo de fuzileiros navais norte-americano naquele local, em 1977. Cabe observar que, desde aquela época, havia uma integração de unidades de combate e unidades de ensino.

Finalmente, com a transferência da

Quais as implicações da criação de um Centro de Excelência de Fogos (CEF) para o Exército Brasileiro, considerando-se as consequências e reflexos que trariam à Força Terrestre ao longo do seu processo de transformação?

Escola de Artilharia Antiaérea do *Fort Bliss*, Texas, para o *Fort Sill*, em 2005, este complexo passou a ser chamado de *Fires Center of Excellence*.

O CEF teve importante participação na preparação de recursos humanos e materiais para áreas de conflito militar, ao longo dos últimos anos, dentre as quais pode-se destacar as seguintes participações:

- as operações de apoio às áreas conflituosas (bases em países árabes), tais como: o envio da 214^a Brigada de Fogos aos Emirados Árabes Unidos, em 2013, para apoiar às operações militares nos conflitos do Iraque e do Afeganistão; e o envio da 2^a Brigada de Artilharia Antiaérea (2^a BdaAAAe) à Turquia, em 2013, para apoiar as operações militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

- a 2^a Guerra do Iraque (Operation Iraqi Freedom): diversas tropas de apoio de fogo foram enviadas para este conflito.

Além daquelas do Exército dos EUA, o 11º Regimento de Fuzileiros Navais, composto dentre outras tropas, por três batalhões de Art Cmp e um batalhão de artilharia de foguetes (2009); e

- a Guerra no Afeganistão (Operation Enduring Freedom): dentre as tropas enviadas, pode-se citar o 6º Regimento de Artilharia de Campanha (6º Rgt Art Cmp), que enviou o 3º Batalhão de Artilharia de Campanha (3º Btl Art Cmp) ao citado conflito (2013); bem como, os 1º e 5º Batalhões de Artilharia do 11º Regimento de Fuzileiros Navais (2013).

O *Fort Sill* teve como concepção inicial a defesa territorial contra a ameaça indígena. Entretanto, após a chegada de unidades de artilharia, foi se tornando uma base de artilharia, recebendo a designação de Escola de Fogos de Art Cmp e, posteriormente, passou ser um Centro de Estudos de Artilharia.



Mísseis Patriot da 2^a BdaAAAe estacionados na cidade de Gaziantep, Turquia, aumentando a capacidade de defesa aérea turca.

NECESSIDADE DO CENTRO DE ESTUDOS DE ARTILHARIA

A intenção de desenvolver um Centro de Estudos de Artilharia foi elaborada após combates travados na primeira metade do século XIX, onde foi constatada a necessidade de aprimorar o apoio de fogo disponível do Exército dos EUA. Por esta razão foram concentrados esforços no sentido de encontrar soluções exequíveis para esta questão.

Desta forma, constata-se que a criação de um órgão destinado ao estudo e aperfeiçoamento do apoio ao combate (particularmente o apoio de fogo) teve como origem a identificação da importância do apoio de fogo ao combate, bem como, da necessidade de aprimoramento de sua eficiência.

SELEÇÃO DO LOCAL (TERRENO)

A região sul do estado de Oklahoma foi selecionada como berço do CEF do Exército dos EUA, devido ao atendimento a diversos aspectos específicos, dentre os quais podemos destacar os mais relevantes, tais como: a grande concentração de unidades de artilharia, tanto unidades vocacionadas ao combate, como aquelas destinadas ao desenvolvimento de doutrina; a existência de extenso território, cujas potencialidades podem ser aproveitadas para treinamento de tropas e desenvolvimento de doutrinas; bem como, a peculiar variedade de terreno apresentada, proporcionando dinamismo ao treinamento das frações.

Essas características conferiram ao citado local admirável vantagem sobre os demais locais cogitados. Desta maneira, constatou-se que neste novo local era possível treinar técnica e taticamente as unidades de apoio de fogo ao combate, ou seja, toda a teoria apreendida (ou desenvolvida / sugerida) em sala de aula poderia ser posta em prática no terreno.

APRECIACÃO DE REQUISITOS BÁSICOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DE UM CEF

A partir da análise da concepção do *Fort Sill*, pode-se constatar a necessidade do atendimento de alguns requisitos básicos para a implantação de um CEF, quais sejam:

- necessidade de aperfeiçoamento do apoio de fogo ao combate: a identificação deste requisito vai ao encontro de um dos objetivos da F Ter caracterizado pela constante busca da eficiência em combate, neste caso, do apoio de fogo ao combate;

- necessidade de um amplo campo de tiro: este fator é fundamental para o emprego de variados meios de apoio de fogo, tais como, armamentos de tiro tenso (canhão), armamento de tiro mergulhante (morteiros e obuseiros), foguetes, mísseis, dentre outros. Esses meios requerem campos de tiro extensos, devido aos seus elevados alcances;

- variedade de terreno: esta característica torna-se fundamental, uma vez que tal fato proporciona grande flexibilidade à preparação da tropa, durante o treinamento. Esse requisito torna possível realizar estudos de viabilidade de operações em diferentes ambientes (campo aberto, terreno acidentado, terreno encharcado, dentre outros), permitindo a tropa se adequar às situações distintas, desenvolvendo *modus operandi* próprio a cada proposta de terreno; e

- grande concentração e integração de tropas de artilharia e outros meios de apoio de fogo: o atendimento desta necessidade proporciona a padronização e difusão de conhecimentos entre tropas de natureza semelhante (que empregam meios de apoio de fogo); bem como, otimiza os custos logísticos.



Guarnição de um Sistema de Lançador Múltiplo de Foguetes Guiados (MGLRS) realizando treinamento, em *Fort Sill*.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UM CEF - ORGANOGRAMA DO CEF DO EXÉRCITO DOS EUA

O CEF foi estabelecido no *Fort Sill* em 2009. Em sua estrutura organizacional, o Centro conta com o comando, a 428^a Brigada de Artilharia de Campanha (428^a Bda Art Cmp), orientada para o ensino militar, a 434^a Bda Art Cmp, orientada para o treinamento militar básico para o combate, a 6^a Brigada de Artilharia Antiaérea (6^a BdaAAAe), orientada para o treinamento avançado dos artilheiros antiaéreos e a Academia de Formação de Sargentos de Artilharia (NCOA).

O Centro é comandado por um general de brigada, e possui as seguintes seções: Administração e Logística, Inteligência e Segurança, Operações, Comando e Controle; e Administração Financeira.

Além do CEF, o *Fort Sill* conta com outras duas Bda Art Cmp (75^a e 214^a Bda de Fogos), a 31^a Bda AAAe, uma Divisão de Treinamento (95^a) e organizações civis.

Do exposto acima, verifica-se duas características inerentes ao CEF, extremamente peculiares: a integração de unidades de combate com unidades de ensino e a integração da Art Cmp e AAAe. Desta maneira constata-se a existência de sinergia de trabalhos e esforços.

INTEGRAÇÃO DE UNIDADES (ENSINO x COMBATE)

A integração de unidades de ensino e unidades de combate constatada no *Fort Sill* e implementada em conflitos militares sugere a operacionalização de estudos desenvolvidos em salas de aula ou trazidos de experiências

de combates recentes (Afeganistão e Iraque) com a adequação da doutrina militar atual. Sendo assim, pode-se depreender que essa forma de organização permite que a teoria desenvolvida em sala de aula seja trabalhada em exercícios militares; bem como, possibilita o avanço doutrinário, a partir de experiências de combates recentes.

Sendo assim, a possibilidade de integração de unidades de combate com unidades de ensino permite melhores condições de se atingir elevados níveis de eficiência no apoio de fogo ao de combate.



Obuseiro Paladin durante um treinamento em *Fort Sill*.

INTEGRAÇÃO DE UNIDADES (Art Cmp x AAAe)

Esta integração pode ser constatada por meio do emprego conjunto de unidades de AAAe, de artilharia de tubo e de artilharia de mísseis e foguetes (as últimas inseridas na Art Cmp), algumas oriundas do *Fort Sill*, realizada em operações no Iraque, durante os anos de 2007 e 2008, conforme o descrito em artigo do periódico *Fires*, de março e abril de 2009. Tal integração está inserida no contexto do "Air Ground Integration" (AGI), e possui abrangência ampla, envolvendo coordenação do espaço terrestre e aéreo, e ainda operações conjuntas com outras unidades de combate, tais como a Aviação e a Força Aérea dos EUA.

Desta forma, a concepção de um CEF sinaliza um adequado caminho para o desenvolvimento da integração de esforços na atuação dos meios de apoio de fogo da F Ter, bem como, uma direção mais flexível no emprego das funções de combate: a integração da função de combate fogos com a função de combate proteção (defesa antiaérea).

LINHA DE ENSINO

A linha de ensino militar bético do Exército dos EUA contempla a formação básica do oficial em sua Academia Militar (*West Point*)

e sua especialização é realizada nos diversos fortes militares distribuídos no território dos EUA. O ensino militar bético específico da linha combatente, particularmente a especialidade de Art Cmp, está inserida dentro da 428^a Bda Art Cmp, no CEF e conta com os seguintes cursos militares: Treinamento Avançado de Artilharia, Curso Básico de Liderança de Oficiais, Curso de Aperfeiçoamento de Capitães, Curso Preparatório para o Comando, Curso Básico de Suboficiais e Curso Avançado de Suboficiais.

Além destes cursos, essa Brigada conta com uma Divisão de Alunos Internacionais, *International Student Division* (ISD) em inglês, uma Seção de Meteorologia e uma Seção de Técnica de Tiro.

Do apresentado, verifica-se que o funcionamento de grande parte dos cursos referentes à especialidade de artilharia é realizado no *Fort Sill*. Desta forma, pode-se depreender que tal medida favorece a integração e difusão de conhecimentos; bem como, a possibilidade da realização de exercícios internos conjuntos.

LINHA DE TREINAMENTO MILITAR BÁSICO E AVANÇADO DE COMBATE

A linha de treinamento militar básico do combatente na especialidade de Art Cmp, do CEF, está inserida dentro da 434^a Bda Art Cmp,

e conta com 4 (quatro) Btl Art para a formação do combatente básico. Posteriormente, os efetivos formados na supracitada brigada seguem para o treinamento avançado, cujas atividades são realizadas na 428^a Bda Art Cmp, responsável pela formação das diversas especializações da artilharia, bem como do aperfeiçoamento de seus quadros.

Tais unidades formam e aperfeiçoam constantemente efetivos militares com o propósito de capacitá-los para atuar nas frentes de combate, tais como nos casos do passado recente das tropas enviadas ao Iraque e ao Afeganistão, proporcionando-lhes a oportunidade de aplicar os conhecimentos

A preparação para o combate consiste numa série de treinamentos realizados em ciclos, de duração aproximada de um ano, cuja finalidade é preparar os recursos humanos e os meios de emprego militar para a atuação no conflito armado. Tais ciclos constam de etapas a serem vencidas pelas unidades designadas para o chamado *deployment* – cujo significado consiste na preparação e distribuição para missão. Essas unidades realizam diversos exercícios em campanha, procurando atingir objetivos que se apresentam com níveis de dificuldade gradual. Os recursos humanos destas unidades são avaliados e testados coletiva e individualmente, devendo atingir o nível necessário de adestramento para a certificação de sua preparação.

Além disso, os integrantes das unidades designadas para as regiões em conflito são submetidos a avaliações médicas e físicas, bem como, a treinamentos culturais e psicológicos, a fim de melhor capacitá-los aos desafios que encontrarão em combate. Soma-se a isso o intenso trabalho de preparação realizado junto às famílias dos militares designados para missões de

combate: como atividades de palestras informativas, integração entre famílias, trocas de experiências entre familiares de militares que já retornaram de missões de combate, dentre outras; buscando-se assim, minimizar os efeitos das guerras sobre a família militar.

Desta forma, observa-se a preparação intensa, organizada e eficiente das unidades integrantes do CEF permitindo às suas unidades integrantes a apresentação de resultados extremamente satisfatórios em



Peça do obuseiro L119-A2

adquiridos nas formações básica e avançada à experiência de combate.

Como já foi mencionado, o *Fort Sill* conta com outras duas Bda Art Cmp (214^a e 75^a), a 31^a Bda AAAe e organizações civis, além das unidades inseridas no CEF. Essas unidades enviam constantemente efetivos militares às frentes de combate, permitindo-lhes integrar as experiências adquiridas em combate ao desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (DMT).



combate.

ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO



Guarnição do obuseiro M777-A2

DOUTRINÁRIA

Quanto à atualização doutrinária, verifica-se, por exemplo, a existência de um documento empregado pelos militares em aperfeiçoamento chamado *White Paper*. Nesse documento constam informações acerca da DMT do Exército dos EUA, cujo conteúdo é constantemente atualizado, de acordo com as evoluções doutrinárias. Essas atualizações são elaboradas por meio das experiências adquiridas em combate e de experimentações propostas pelas unidades de ensino, proporcionando ao discente a oportunidade de desenvolver planejamentos mais aproximados à situação de combate atual.

Além disso, constata-se ainda, a existência de um banco de dados digital, conhecido como Army Knowledge Online (AKO), cuja finalidade é armazenar informações acerca de experiências diversas, seja de combate, de ensino, administrativa, dentre outras. Esse banco de dados pode ser acessado de qualquer plataforma com acesso à rede mundial de computadores, garantindo extrema flexibilidade ao usuário militar, bem

como permitindo ao mesmo compartilhar experiências militares à longa distância.

Do apresentado verifica-se a perfeita integração entre o ensino e a prática, contribuindo para o aperfeiçoamento da DMT. Desta forma, pode-se depreender que tal situação favorece sobremaneira o desenvolvimento e a consolidação de conhecimentos doutrinários.

O CENTRO DE EXCELÊNCIA DE FOGOS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O EB tem envidado grandes esforços no desenvolvimento doutrinário, como se observa na recente criação do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), no ano de 2010, cujas atribuições abrangem o planejamento, a coordenação e a condução das atividades do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

A END estabelece que as Forças Armadas devem ser equipadas, articuladas e adestradas, desde os tempos de paz, segundo as diretrizes do Ministério da Defesa, realizando exercícios singulares e conjuntos. Tal assertiva sinaliza a necessidade da manutenção dos níveis de adestramento da F Ter em constante atualização e aprimoramento; bem como a necessidade da realização de exercícios com tiro real, para aperfeiçoar os efetivos do EB.

A F Ter possui alguns centros de excelência, cujas características lhes conferem destacada posição dentro do contexto internacional, tais como o Centro de Instrução de Blindados, em Santa Maria – RS; o Centro de Instrução de Aviação do Exército, em Taubaté – SP; Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro – RJ; e o Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus – AM. A seção de doutrina desses centros emprega meios das organizações militares que os sediam em suas experimentações doutrinárias, apesar de não estarem nas condições existentes no *Fort Sill*.

O EB vem concentrando unidades



Lançamento da Pedra Fundamental do Forte Santa Bárbara em Formosa, GO.

de artilharia de foguetes, junto ao Forte Santa Bárbara, Formosa, GO. A reunião de unidades de apoio de fogo e unidades de defesa antiaérea e de busca de alvos permite a verificação do emprego integrado desses meios. A alocação de unidades de ensino e de combate dentro de um mesmo complexo administrativo, com módulos de integração de ações, possibilita a frequente e salutar realização de experimentações doutrinárias. Tal fato aperfeiçoa o desenvolvimento da doutrina, uma vez que a F Ter Brasileira não tem empregado seus meios de apoio de fogo em combate na atualidade.

A integração de unidades de Art Cmp, incluída a artilharia de mísseis e foguetes, unidades de AAe e outros meios de apoio de fogo, como ocorre no *Fort Sill*, pode ser tomada como referência para o que descreve a DMT brasileira, em especial no tocante à antiga composição básica de uma Artilharia

Divisionária (AD), conforme o manual de campanha C 6-21 – Artilharia da Divisão de Exército; ou até mesmo da atual modularidade de uma AD, enquadrada numa Força Terrestre Componente (FTC), conforme o que prescrevem os atuais manuais de campanha EB20-MC-10.202 e EB20-MC-10.301.

A criação de um CEF possibilita integrar todos os meios de apoio de fogo terrestres, especialmente unidades de combate com unidades de ensino, propiciando maior flexibilidade ao apoio de fogo. A integração de experiências adquiridas em combate com conhecimentos produzidos em sala de aula proporciona a orientação de modificações nas aplicações práticas de combate.

Além disso, e não menos importante, é a constatação da concentração de cursos de especialização e capacitação em armamentos e equipamentos destinados ao apoio de fogo, além de adestramento da função de combate

fogos, realizados num mesmo local. Este fator possibilitaria a integração de conhecimentos referentes à citada função de combate.

Como já foi mencionado, a implantação do CEF necessita um amplo campo de tiro para o emprego de variados meios de apoio de fogo, um terreno variado para maior flexibilidade na preparação da tropa e uma grande concentração de tropas de artilharia e de outros meios de apoio de fogo para padronizar e difundir o conhecimento, além de reduzir os custos logísticos.

Assim sendo, constata-se que a criação de um CEF permitiria à F Ter elevar a eficiência dos recursos humanos e materiais envolvidos no contexto de apoio de fogo ao combate, garantindo ao EB melhores resultados operacionais, bem como refletindo no aumento do prestígio da Instituição.

Verifica-se ainda, que a proposta de criação de tal órgão encontra-se inteiramente alinhada com o momento de transformação vivenciado pela F Ter, cujo desenvolvimento constituir-se-á um vetor de modernidade e aprimoramento.

Ao finalizar o presente artigo, é lícito afirmar que estudos e novas pesquisas sobre o tema podem e devem continuar a ser realizados a fim de possibilitar um constante aperfeiçoamento do emprego dos fogos diante das exigências da evolução da F Ter. Estudos detalhados sobre CEF dos exércitos de outras nações, sobre a integração de conhecimentos doutrinários e experiências de combate, sobre características de locais para alocação de um CEF da F Ter, são exemplos de temas que podem servir de base para futuros estudos sobre o referido assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em 23 jun. 2013.

ELLIOT, Dan LTC. Air Ground Integration in Unified Land Operations. Fires, a Joint Publication for US Artillery Professionals – Fort Sill, OK. March-April 2013.

Exército Brasileiro. Força Terrestre Componente – 1^a Edição. Brasília, DF, 2014.

_____. Força Terrestre Componente nas Operações – 1^a Edição. Brasília, DF, 2014.

_____. Missão e Subordinação do Centro de Doutrina do Exército. Disponível em: <<http://www.cdoutex.eb.mil.br>>. Acesso em 28 mai. 2014.

_____. Nota de Coordenação Doutrinária Nº 02 / 2013 – C Dout Ex, de 02 de maio de 2013.

_____. Projeto de Força do Exército Brasileiro. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2013.

NYE, W. S. Cabine and Lance. The Story of Old Fort Sill. University of Oklahoma Press, Norman, 1969.

SPIVEY, Towana. Silent Witness: The diary of a historic tree at Fort Sill. Fort Sill, OK: The Donning Company Publishers, 2010.

The Artillery Journal. A Joint Professional Fires Journal. Printed by the US Field Artillery Association – Fort Sill, OK. March-April 2012.

AMPLIO ESPECTRO INTERNACIONAL: PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA OPERAÇÃO COLIBRI

Tenente-Coronel Washington Harryson Alcoforado

O Tenente-Coronel de Infantaria Harryson é Oficial de Operações da Brigada de Infantaria Paraquedista. Foi declarado aspirante-a-oficial em 1994, tendo concluído o curso de Comando e Estado-Maior em 2012. Possui ainda os cursos Básico Paraquedista, de Mestre de Salto, de Salto Livre, de Operações na Selva e Intermediário de Inteligência. Com a carreira voltada para o emprego de tropa e atividades operacionais foi, também, instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil. Está nomeado instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (w_harryson@ig.com.br).



“Loucura? Sonho? Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira... mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.”

Monteiro Lobato

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), dentro da evolução da arte da guerra, objetivando sempre estar atualizada como tropa estratégica da Força Terrestre, tem buscado conhecer e adestrar seus soldados para fazer frente aos conflitos do século XXI, estando o conceito das operações no amplo espectro muito presente em seus exercícios e missões de emprego real [1]. Essa definição enfatiza que os conflitos atuais envolvem não somente o combate

entre Exércitos. As operações constituem-se na aplicação dos meios de combate, de forma simultânea ou sucessiva, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de garantia da lei e da ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais e de assistência humanitária, em ambiente interagências [2].

O plano de visitas do Exército Brasileiro (EB) a nações amigas enviou para a cidade de Saarlouis, estado de *Saarland*, Alemanha, no período de 14 a 17 outubro de 2014, três militares da Bda Inf Pqdt com o intuito de realizarem intercâmbio de técnicas aeroterrestres junto à *Luftlandebrigade 26 Graf Werder-Kaserne- SARRE*, 26ª Brigada Aerotransportada, tropa adestrada e inserida no emprego em conflitos contextualizados nas operações no amplo espectro.

Buscando melhor aproveitamento na troca de conhecimentos e futuras oportunidades na continuidade desse intercâmbio, a delegação brasileira foi propositalmente composta por um oficial superior com curso de Estado-Maior, tenente-coronel de Infantaria Washington Harryson Alcoforado, por um capitão aperfeiçoado de Infantaria, Humberto André Prazeres Guaita, e por uma praça especializada no curso de Dobragem e Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar (DoMPSA), o 2ª Sgt de Intendência Leandro Lourenço de Faria.



Manejo da metralhadora alemã MG 03 7,62mm

A LUFTLANDE BRIGADE 26 *GRAF WERDER-KASERNE* 26^a BRIGADA AEROTRANSPORTADA



Foto 2: Brasão da *Luftlande*

A *Luftlandebrigade 26 Graf Werder-Kaserne*, cujo lema é "Sempre pronto em qualquer lugar do mundo", teve sua criação na data de 23 de setembro de 1958 e sua atual

denominação em 20 de outubro do mesmo ano. Integra a atual Divisão de Operações Especiais juntamente com a *Luftlandebrigade 31* e o Comando de Forças Especiais [3].

Atualmente seu Quartel-General (QG) está localizado na cidade de Saarlois, situada no menor estado da Alemanha, *Saarland* ou *Sarre*, posicionado a sudoeste do país e com fronteiras com Luxemburgo e França.

O nome da cidade Saarlois, sede do QG da *Luftlandebrigade 26*, carrega em sua história uma longa lista de conflitos franco-germânicos, assim como o estado de Saarlande (*Sarre*). Tais acontecimentos remontam pelo menos quatro séculos de história, nos quais, por um grande período, ocorreram disputas entre a França e o que hoje conhecemos como Alemanha, sendo uma de suas causas a existência de carvão mineral no subsolo de Saarland, matéria-prima bastante procurada

a partir do século XVIII que se constituiu uma importante força motriz para a Revolução Industrial.

A *Luftlandebrigade* 26 tem 3.128 militares distribuídos em sete organizações militares (OM) e aquartelados em cinco localidades diferentes, incluindo *Saarloius*. As OM são: o Comando da *Luftlandebrigade* 26, que juntamente com a 260^a Companhia de Comando e a 26^a Companhia de Engenharia estão sediadas em *Saarlouis*. Na localidade de *Lebach*, encontra-se o 261º Batalhão Paraquedista e, na cidade de *Merzig*, o 262º Batalhão Logístico (inclui também as missões executadas pelo B DoMPSA, da Bda Inf Pqdt). Situados no estado vizinho da Renânia-Palatinado, encontram-se o 263º Batalhão Paraquedista e a 260^a Companhia de Reconhecimento, ambos na cidade de *Zweibrücken*. Na localidade de *Baumholder*, encontra-se o campo de instrução e parte do 261º Batalhão Paraquedista.

A *Luftlandebrigade* 26, como tropa estratégica da Alemanha, altamente adestrada e força expedicionária, a exemplo de quase todas as tropas aeroterrestres do mundo, possui as seguintes capacidades operacionais no amplo espectro [3]:

- Resgate e evacuação de não combatentes;
- Operações contra forças irregulares;
- Operações em profundidade (incursões aeroterrestres);
- Operações aeromóveis; e
- Operações de rápida intervenção.

Durante sua existência, principalmente a partir do ano de 1991, a *Luftlandebrigade* 26 participou de várias missões no exterior, tendo enviado tropas para participar de vários conflitos, por exemplo, no Iraque e Afeganistão, cujas capacidades enfatizam

o combate contra grupos extremistas que praticam o terrorismo, e de missões sob a égide de organismos internacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo de missões na Somália, Kosovo, Albânia e Congo. Experiências essas que permitiram a *Luftlandebrigade* 26 aperfeiçoar as capacidades operacionais citadas.

A partir de 2015, como parte da reestruturação das Forças Terrestres

Alemãs (*Heeres*), a qual prevê, dentre outros aspectos, a redução de efetivos militares, a *Luftlandebrigade* 26 será transformada em um regimento com a mesma denominação e o seu atual comando integrará a única Brigada Aerotransportada da Alemanha, passando a ser a *Luftlandebrigade* 1, tendo dois batalhões paraquedistas, o 26 e o 31, além das demais OM de manobra e de apoio ao combate.

Por sua vez, a atual Divisão de Operações

Especiais passará a ser denominada Divisão de Forças Especiais, sendo composta pelo já existente Comando de Forças Especiais e pela *Luftlandebrigade* 1. Essa divisão será a tropa do Exército Alemão (*Das Deutsche Heer*) que constituirá sua força de ação rápida, pronta para operar em qualquer parte do território alemão e, principalmente, no exterior, conforme as necessidades e interesses do Estado Germânico [4].

O INTERCÂMBIO

O intercâmbio de fato desenvolveu-se em três dias, com visitas às cidades das principais OM da *Luftlandebrigade* 26 e atividades culturais em localidades históricas, a exemplo da ida até *Trier*, cidade com mais de dois mil anos de existência.

A recepção e todas as medidas administrativas e operacionais voltadas para a delegação dos três militares da Bda Inf Pqdt foram executadas de forma exemplar e minuciosa pelos militares da *Luftlandebrigade* 26. Mesmo sendo os militares da Bda Inf Pqdt habilitados no idioma previsto para manter uma comunicação mínima e desejável, foi contratada uma intérprete pelo Ministério da Defesa da Alemanha, a brasileira e catarinense Michelle Dalmann, tradutora e intérprete juramentada para os idiomas português, alemão e espanhol.

A visita permitiu conhecer a *Luftlandebrigade* 26, sua estrutura organizacional, capacidades, limitações, missões desenvolvidas e visão de futuro, mostradas pelo oficial de operações, tenente-coronel *Jürgen Schedler* e pelo oficial de ligação e comunicação social, tenente-coronel *Mossmann*.

Astécnicas aeroterrestres se concentraram no conhecimento do material utilizado pelos paraquedistas alemães e nos processos para o lançamento de pessoal e carga. Um fato observado foi a grande semelhança com alguns materiais aeroterrestres empregados pela Bda Inf Pqdt, inclusive no uso do mesmo paraquedas T-10 e reserva com punho de comando lateral para o salto semiautomático.

Na atividade de intercâmbio, também foi feita a apresentação das aeronaves utilizadas para o salto de tropa com destaque

para o C-160 *Transall*, que lança até sessenta militares armados e equipados pela rampa e portas laterais, e o helicóptero CH-53G, que permite o lançamento de vinte militares somente pela rampa nas mesmas condições. Ambas as aeronaves são de fabricação alemã sendo que o C-160 foi desenvolvido em conjunto pela, então, Alemanha Ocidental, França e África do Sul. Já o CH-53G foi fabricado na Alemanha Ocidental sob licença da norte americana Sikorsky.

Além disso, a delegação participou do treinamento com armas coletivas juntamente com uma fração do 261º Batalhão de Paraquedista. Na ocasião, foram realizados tiros com as metralhadoras MG3 calibre 7,62mmX51mm, que é uma versão da MG-42 (a qual utilizava o calibre 7,62mmX57mm) recalibrada para utilizar a munição mais moderna e com a metralhadora HK MG4 calibre 5,56mmX45mm com mira laser.

A visita ao campo de instrução em *Baumholder* permitiu conhecer as instalações militares existentes desde 1930, voltadas para alojar os militares da *Luftlandebrigade* 26 que realizam treinamentos no campo, principalmente com emprego de armas coletivas, incluindo canhões. Na ocasião, a delegação da Bda Inf Pqdt pôde observar as armas utilizadas pela companhia pesada, do 261º Batalhão Paraquedista. Entre elas foi apresentado o morteiro pesado 120mm, similar ao utilizado pelo 8º Grupo de Artilharia

Foto 3. Veículo blindado Wiesel empregado como arma antcarro



Veículo blindado Wiesel empregado como arma antcarro

Paraquedista (8º GAC Pqdt) e outras OM do EB, e o veículo blindado *Wiesel*, aerotransportado e utilizado como arma anticarro.

LUFTLANDE BRIGADE 26 GRAF WERDER-KASERNE

26ª BRIGADA AEROTRANSPORTADA

Durante o período de intercâmbio, foram apresentados os exercícios tradicionais dos quais a *Luftlandebrigade 26* tem participado, muitos dos quais juntamente com tropas aeroterrestres de países da Europa integrantes da OTAN.

De todos os elencados na apresentação, foi destacada a Operação Colibri, exercício exclusivamente voltado para as tropas aeroterrestres, realizado desde o início da década de 1960 e criado para buscar fortalecer os laços de amizade, no campo militar, entre a França e a Alemanha, devido ao passado histórico de guerras entre as duas nações.

A Operação Colibri é realizada de forma alternada em território francês e alemão, com a possibilidade da participação de outras nações, mediante convite dos organizadores. Além das operações aeroterrestres com realização de saltos e lançamentos de cargas, o contexto do exercício se desenvolve dentro das capacidades operacionais das tropas aeroterrestres franco-germânicas.

Nos últimos anos, a Operação Colibri tem buscado explorar situações no contexto das operações no amplo espectro. Como exemplo, no ano de 2014, a edição da Colibri ocorreu na França e a missão executada foi o resgate e evacuação de não combatentes de um país fictício que se encontrava em estado de fragmentação e guerra civil [3].

A apresentação da Operação Colibri

permitiu à delegação da Bda Inf Pqdt identificar oportunidades para aumentar ainda mais os laços no campo militar entre o Brasil e a Alemanha, além de envolver também outra nação amiga, a França.

Sendo assim, a *Luftlandebrigade 26* demonstrou seu interesse na participação do Brasil, no futuro, no exercício combinado denominado Operação Colibri, bem como em participar do exercício de adestramento final da Bda Inf Pqdt, a tradicional Operação Saci,

que nos últimos três anos tem desenvolvido a capacidade de operações similares à tropa aeroterrrestre alemã, tais como evacuação de não combatentes, operações aeromóveis, combate contra forças irregulares, tudo explorando as operações no amplo espectro [1].

Além disso, a Operação Saci tem dado enfoque às incursões aeroterrestres com saltos em pistas de pouso e zonas

de lançamento aquáticas, permitindo, respectivamente, a conquista de aeródromos e o emprego das tropas paraquedistas na região amazônica [1]. A participação dos dois países em exercícios combinados fora dos seus respectivos territórios implicará o envolvimento de suas Forças Aéreas, fato identificado pela *Luftlandebrigade 26* e entendido pela delegação da Bda Inf Pqdt.

No caso do Brasil e Alemanha, por ocasião de suas participações em exercícios no território estrangeiro, o efetivo máximo sugerido estaria condicionado a uma subunidade mais o comando e o estado-maior de um batalhão de infantaria paraquedista, composta por até cento e cinquenta militares com todo seu equipamento, armamento e material aeroterrrestre, fato que no Brasil exigiria a necessidade do envolvimento e da

A delegação da Bda Inf Pqdt pôde observar as armas utilizadas pela companhia pesada do 261º Btl Pqdt, dentre as quais, o morteiro pesado 120mm, similar ao utilizado pelo 8º GAC Pqdt e outras OM do EB, e o veículo blindado *Wiesel*, aerotransportado e utilizado como arma anticarro.

participação da Força Aérea Brasileira com até duas aeronaves C-130 e, quem sabe no futuro bem próximo, dos novos KC-390, aeronaves em fabricação pela Empresa Brasileira de

Aeronáutica (EMBRAER), cujo conhecimento de sua existência despertou muito interesse e curiosidade dos pilotos da *Luftwaffe*, a Força Aérea da Alemanha.



Sprung aus der C 160 Transall.



Salto da aeronave C160 Transall, com paraquedas T10 e TW9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intercâmbio de técnicas aeroterrestres desenvolvido junto a *Luftlandebrigade 26*, na Alemanha, em 2014, foi, para ambas as nações amigas, mais do que uma simples visita para se conhecerem e trocarem experiências, foi acima de tudo uma porta de intenções para que o Brasil e a Alemanha aumentem ainda mais seus laços no campo militar, envolvendo suas tropas estratégicas e de pronto emprego.

O maior ganho da visita foi o grande interesse entre as duas tropas aeroterrestres em desenvolverem exercícios combinados, com ênfase nas operações no amplo espectro, aproveitando para isso duas atividades já existentes e tradicionais em cada país.

No Brasil, a Operação Saci é realizada anualmente como adestramento de toda a Bda Inf Pqdt. Na Alemanha, a Operação Colibri é um exercício combinado executado sempre com a França, alternando com sua realização essa nação amiga, mas também possibilitando a participação de outros países convidados. A Bda Inf Pqdt representa para a Força Terrestre do Brasil uma tropa

altamente operacional e em condições de ser empregada a qualquer momento em qualquer parte do território nacional e fora do país. A aproximação com a Alemanha é, sem dúvida, uma necessidade, principalmente nesse momento em que as duas forças terrestres realizam suas transformações alinhadas com as mudanças e ameaças do século XXI. Além disso, a Alemanha, país considerado potência militar e com fortes relações com o Estado Brasileiro, possui um exército experiente em conflitos com ênfase nas operações no amplo espectro.

Portanto, para o Exército Brasileiro e principalmente para a tropa aeroterrestre, a intensificação do intercâmbio com o Exército Alemão permitirá estreitar os laços de confiança entre as duas forças amigas. Nesse contexto, pode-se visualizar, para os anos de 2015 e 2016, o envio de observadores por parte da Alemanha e do Brasil, com a finalidade de iniciarem o que poderá ser o planejamento para a participação de tropas de ambas as nações nos exercícios denominados Operação Colibri e Operação Saci.



Operação COLIBRI 2013, prática de controle de disturbios

NOTAS/REFERÊNCIAS

- [1] ESCOTO, Roberto. **A Bda Inf Pqdt e os Conflitos do Século XXI: Assalto ou Incursão Aeroterrestre?** Doutrina Militar Terrestre em Revista – outubro a dezembro/2013.
- [2] ARAÚJO, Mário Lúcio Alves de. **Operações no Amplo Espectro: Novo Paradigma do Espaço de Batalha.** Doutrina Militar Terrestre em Revista – janeiro a março/2013.
- [3] REVISTA da *Luftlandebrigade 26 - SAARLAND – 1958-2013, 55 anos de existência.* Jul 2013.
- [4] REVISTA do Exército Alemão. **A Transformação da Força Terrestre.** Jul 2013



A ARTILHARIA DE CAMPANHA DA BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA: UM ESTUDO SOBRE SEU OBUSEIRO

Major André Mendes Pereira de Paula

O presente artigo tem o propósito de apresentar as principais características do obuseiro para atender, na visão do autor, às necessidades da brigada de infantaria mecanizada (Bda Inf Mec) e, ainda, elencar possíveis materiais para essa brigada, dentro de uma escala de prioridade, que sejam compatíveis com os requisitos a serem analisados.

O Major de Artilharia De Paula é o chefe da seção de pessoal do 4º Grupo de Artilharia Antiaérea, sediado em Sete Lagoas, MG. Foi declarado aspirante-a-oficial em 2000. Possui o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), estabelecimento de ensino no qual foi instrutor em 2011 e 2012. É especializado em Observação Aérea e possui o mestrado em ciências militares pela EsAO. Está selecionado para matrícula no Curso de Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (andrekarinna@hotmail.com).



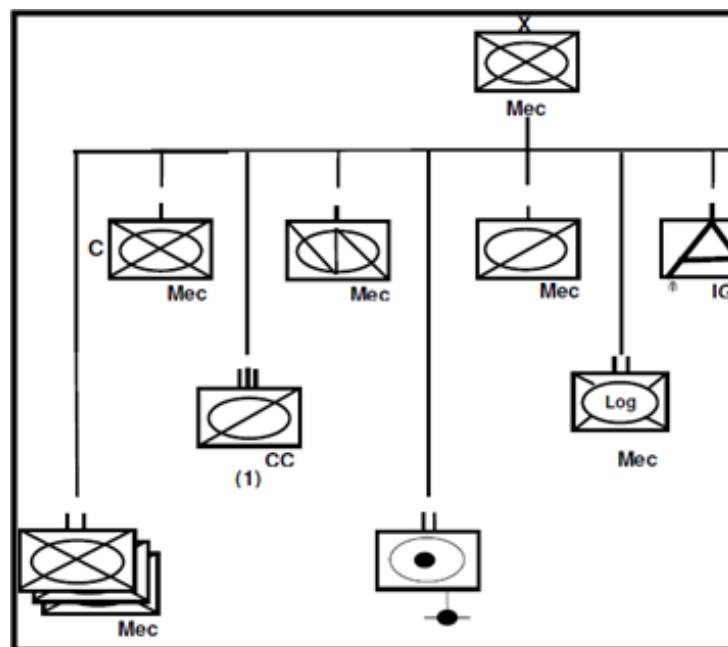
A BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA

No ano de 2010, o Exército Brasileiro (EB), a fim de cumprir o previsto na Estratégia Braço Forte e no Projeto de Força (PROFORÇA), aprovou diretrizes para implantação da Bda Inf Mec, força média composta por uma nova família de blindados e possuidora de grande mobilidade tática [1] e estratégica [2].

O estabelecimento da Bda Inf Mec visou a atender a necessidade de se possuir uma força média, mantendo mínima proteção blindada associada

com alta mobilidade tática e estratégica, permitindo, dessa forma, melhor adaptação às características do combate moderno.

Visualiza-se que a Bda Inf Mec, ainda sob experimentação doutrinária, possuirá uma composição semelhante a uma brigada convencional, podendo contar com o acréscimo de 1 (um) Regimento de Carros de Combate (RCC) [3], 1 (um) Batalhão de Engenharia de Combate Mecanizado e 1 (uma) Companhia de Infantaria Mecanizada Anticarro.



A referida brigada é vocacionada para ações que exijam alta mobilidade tática, relativa potência de fogo, proteção blindada e ação de choque. Possui capacidade para se dispersar amplamente e para se concentrar ou se reunir rapidamente. É apta para operações de aproveitamento do êxito e perseguição, além de outras missões convencionais.

Vale salientar que a Bda Inf Mec poderá ser empregada em missões de paz com a totalidade de seus meios, como força isolada ou como força multinacional, devendo estar preparada para os desafios que podem surgir, tais como, o combate em ambiente urbano, uma vez que essa grande unidade (GU) possibilita a mescla de infantaria desembarcada e blindados, fazendo com que os fuzileiros forneçam segurança contra as armas anticarro (AC) e as tropas mecanizadas ofereçam proteção blindada e potência de fogo para os fuzileiros.

Nesse contexto, a

Cabe destacar que a mobilidade estratégica da Bda Inf Mec está sendo atendida ao se priorizar nos Requisitos Operacionais Básicos (ROB) [4] para a NFBSR a capacidade de ser aerotransportado dentro de uma aeronave C-130, KC-390 ou similar.

Nesse sentido, a implantação da supracitada brigada levantou novos questionamentos sobre qual obuseiro comporia o seu grupo de artilharia de campanha (GAC) orgânico.

PROVÁVEIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBUSEIRO ORGÂNICO DA BDA INF MEC

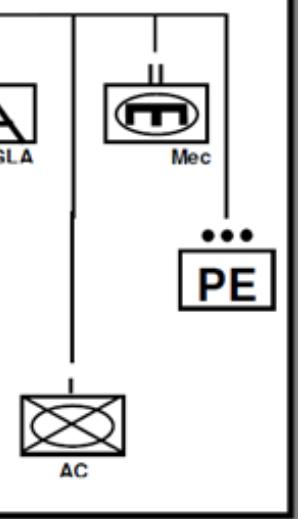
Com base nos conceitos da Bda Inf Mec listados anteriormente, podemos prever prováveis características técnicas que devem estar presentes no obuseiro orgânico do GAC dessa GU.

Mobilidade tática

É de fundamental importância que o sistema apoio de fogo possua a mesma capacidade de deslocamento e de transposição de obstáculos de sua brigada, a fim de possibilitar a manutenção do apoio de fogo adequado durante as diversas operações.

A composição veicular da Bda Inf Mec é distinta de outras GU, uma vez que é composta somente por viaturas sobre rodas, sendo que até mesmo o RCC possuirá apenas esse tipo de viaturas. Assim sendo, não se justifica empregar um obuseiro autopropulsado sobre lagarta (AP SL) sob pena da perda da continuidade do apoio de fogo durante o deslocamento nos variados tipos de terreno,

Estratégia Braço Forte (2008) apresenta a Nova Família de Blindados Sobre Rodas (NFBSR) que comporá a Bda Inf Mec, se subdividindo em dois grupos: o das viaturas blindadas médias e o das viaturas blindadas leves. A previsão inicial é do desenvolvimento de 17 (dezessete) viaturas, sendo 11 (onze) médias e 06 (seis) leves.



uma vez que as viaturas sobre lagartas (Vtr SL) possuem limitações distintas das Vtr SR.

Além disso, é importante atentar para

alguns detalhes ao designar o obuseiro dessa brigada, como por exemplo, se o material poderá transpor os mesmos números-classe de



15ª Bda Inf Mec em desfile.

pontes [5], se manterá a mesma velocidade, se terá uma capacidade similar de deslocamento em eixos de progressão dos diversos tipos e se possuirá a mesma capacidade de deslocamento no campo (*offroad*) que as Viaturas Blindadas sobre Rodas (VB Rd) do Batalhão de Infantaria Mecanizado (BI Mec) e do RCC.

Dessa maneira, pode-se deduzir que o obuseiro proposto, salvo melhor juízo, deverá ser sobre rodas e com um número-classe

similar [6] ao da NFBSR. A questão dos obuseiros serem autorrebodados (AR) ou autopropulsados (AP) sobre rodas, em tese, não interferiria em sua mobilidade, uma vez que ambos possuem o mesmo meio de tração (rodas), diferenciando-se somente pelo peso, proteção blindada e velocidade de entrada em posição (os AP apresentam maior rapidez).

Alcance e campo de tiro horizontal

A Bda Inf Mec, em razão de suas

características (mobilidade e proteção blindada), será capaz de realizar operações de movimento e com frentes e profundidades mais amplas, como por exemplo: movimentos retrógrados, marcha para o combate, aproveitamento do êxito e perseguição.

Porém, a operação que exige a maior frente com o máximo de centralização possível da Art Cmp é a defesa em posição, sendo, por conseguinte, critério lógico para definição de um alcance útil para esse material, uma vez que em operações de movimento a artilharia tende a ser descentralizada em subunidades, aumentando sua capacidade de apoio direto às unidades.

A defesa em posição é uma operação estática na qual existe a incerteza do combate e a necessidade de rápida concentração dos fogos, portanto a Artilharia de Campanha (Art Cmp) deve ser manter com o máximo grau de centralização possível. Dessa forma, é viável supor que o GAC da Bda Inf Mec deverá ter condições técnicas (alcance) para apoiar pelo fogo a sua brigada numa defesa em posição, com frente normal, sem a descentralização da direção do tiro [7] e do comando [8] (BRASIL, 2008).

Nesse diapasão, durante uma defesa de posição, haverá uma frente normal a defender de até 5,4 km por BI Mec, conforme os Dados Médios de Planejamento Escolar (DAMEPLAN) da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) (2008). Baseado numa frente normal com 3 (três) batalhões em primeiro escalão e com o RCC na

reserva, a Bda Inf Mec defenderia uma frente máxima de 16,2 km.

A Art Cmp, dentro de sua posição inicial no dispositivo de defesa, deverá possuir condições de bater toda a extensão do Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA) [9] e bater a frente dos Postos Avançados de Combate (PAC) [10] em condições de neutralizar as armas de tiro tenso do inimigo (BRASIL, 2000).

Analisando que a extensão do LAADA pode ser de até 16,2 km, que o PAC se encontra normalmente até 2 km do LAADA (alcance das armas de tiro tenso) e que 4 km é o alcance útil da maioria dos canhões dos carros de combate (CC) da atualidade, pode-se estipular teoricamente que o obuseiro deverá ter, no mínimo, um alcance útil acima dos 20 km.

Portanto, é factível, também, afirmar que o campo de tiro horizontal do obuseiro deverá ser, a princípio, o mais amplo possível para que a Art Cmp possa apoiar operações da Bda Inf Mec em larga frente como, por exemplo, os movimentos retrógrados, cuja frente pode chegar a 36 km, segundo os DAMEPLAN da EsAO (2008).

Por fim, a Bda poderá ser empregada isoladamente num Teatro de Operações (TO), necessitando que a Art Cmp tenha o máximo de flexibilidade possível proporcionada por seu campo de tiro horizontal, de preferência 6400'' (milésimos), o que equivale a 360° (graus).

Calibre

Segundo o Manual de Campanha C 6-1 (1997), o obuseiro é um armamento que possui um tubo de comprimento médio, velocidade inicial média e que pode operar

QUADRO DE FRENTE E PROFUNDIDADE A DEFENDER (DAMEPLAN EsAO 2008)

| Elemento (Valor) | Frente normal (m) | | Larga frente (m) | |
|---------------------------------|-------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Frente | Profundidade | Frente | Profundidade |
| BI Mec | 3.200 a 5.400 | até 4.000 | 5.400 a 7.000 | 4.000 |
| | | | 8.800 (a) | — |
| (a) Dispositivo em linha | | | | |

com grandes ângulos de elevação. Além disso, é classificado em calibre leve (até 120mm, inclusive), médio (acima de 120mm até 160mm, inclusive), pesado (acima de 160mm até 210mm, inclusive) e muito pesado (acima de 210mm).

Nos anos 80, iniciou-se uma tendência de padronização do calibre 155 mm, tendo em vista que o referido calibre propiciava maior alcance, alto grau de eficácia, centralização, além de possuir uma inigualável variedade de munições, já que as munições de precisão são compatíveis somente com o calibre médio (MCKENNEY, 2007).

O calibre 155mm/52 [11] é, atualmente, o padrão definido pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para apoio às brigadas médias e pesadas, pois proporciona maior emassamento de fogos, maior profundidade (alcance) às forças de manobra, bem como a utilização de toda a gama de munições especiais existentes. O calibre 105 mm seria o mais adequado para garantir o apoio de fogos às forças aerotransportadas e aeromóveis para o emprego em ambiente de montanha (GRILLO; MIMOSO, 2010).

Vale ressaltar que o morteiro pesado (Mrt P) 120 mm, presente nas tropas mecanizadas e blindadas, apresenta menor peso, maior alcance e maior raio de ação da granada do que o obuseiro de calibre 105 mm (exceção feita a materiais como o *Light Gun*, que possuem alcance diferenciado).

Dessa maneira, pode-se inferir que o calibre médio é, teoricamente, o calibre ideal para o obuseiro pesquisado, proporcionando à Bda Inf Mec maior alcance, precisão, poder de fogo e variedade de munições.

PRIORIZAÇÕES DE REQUISITOS OPERACIONAIS

Sabendo que é improvável a existência de algum armamento que possua todos os requisitos operacionais estipulados, foi realizada pesquisa em 2012, com dois grupos de oficiais de artilharia, com a finalidade de verificar quais seriam as características prioritárias para o obuseiro da Bda Inf Mec, dentro de uma ordem de prioridade de 1 (um) a 6 (seis).

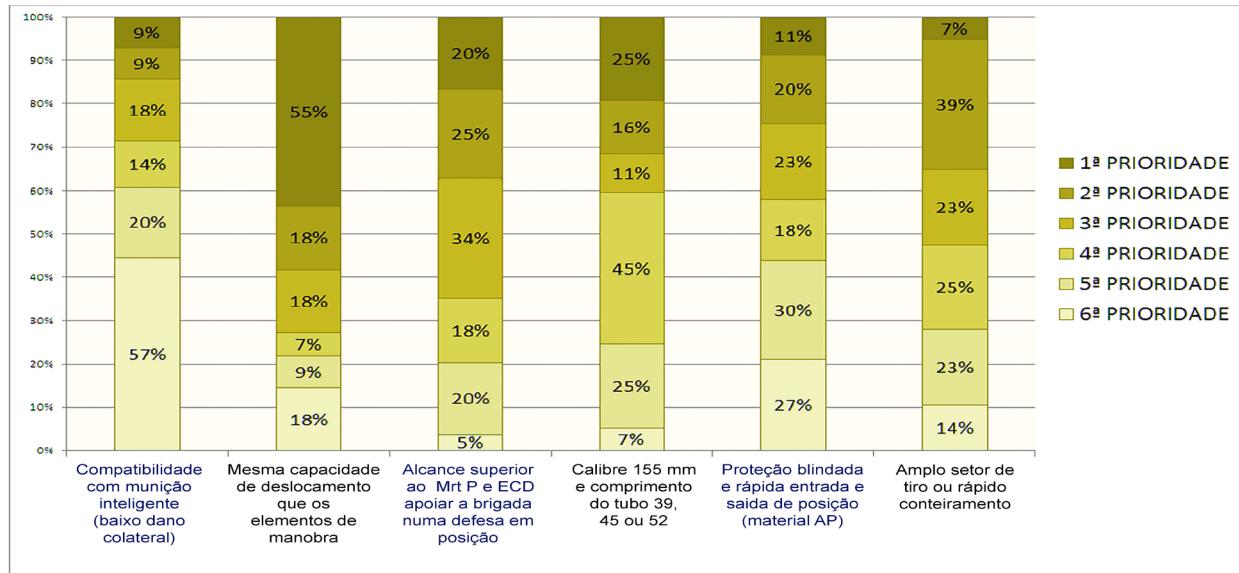
Sabendo que é improvável a existência de algum armamento que possua todos os requisitos operacionais estipulados, foi realizada pesquisa em 2012, com oficiais de artilharia, para verificar quais seriam as características prioritárias para o obuseiro da Bda Inf Mec.

Sendo assim, foi contabilizada a opinião de cada oficial dentro das prioridades, chegando aos seguintes resultados:

- 1^a prioridade: mesma capacidade de deslocamento sobre rodovias, pontes e campos, e ainda, a manutenção de uma velocidade similar ao blindado;
- 2^a prioridade: amplo setor de tiro ou rápido conteiramento [12];
- 3^a prioridade: alcance superior ao Mrt P 120 mm e com capacidade de apoiar adequadamente a Bda Inf Mec numa operação de grande centralização, como a defesa em posição;
- 4^a prioridade: calibre 155 mm e comprimento de tubo 39, 45 ou 52 calibres;
- 5^a prioridade: proteção blindada e rápida entrada e saída de posição; e
- 6^a prioridade: compatibilidade com munição inteligente.

Com base na referida pesquisa, pode-se afirmar que o principal requisito para o obuseiro orgânico da Bda Inf Mec é que o material empregado na Art Cmp deve possuir a mesma mobilidade estratégica e tática do restante da brigada. Em seguida, a preocupação recai sobre as condições técnicas

da peça, como a flexibilidade de setor de tiro, o calibre, o comprimento e o alcance útil de apoio.



COMPARATIVO DE OBUSEIROS

Com base na literatura disponível, foi realizada uma comparação entre os obuseiros autopropulsados sobre rodas (APSR) ou autorrebocados (AR) mais conhecidos e os principais requisitos operacionais levantados, a fim de verificar qual material seria a melhor opção para a Bda Inf Mec brasileira.

Foram comparados os seguintes obuseiros: *Caesar* 155mm/52 cal, autopropulsado sobre rodas, de fabricação francesa; M777A2, 155mm/52 cal, autorrebocado, de fabricação americana; *Atmos* 2000, 155mm/52 cal, autopropulsado sobre roda, de fabricação israelense;



Obuseiro *Caesar* 155mm/52 cal.



Obuseiro M777A2, 155mm/52 cal.



Obuseiro Atmos 2000, 155mm/52 cal.



Obuseiro L118 Light Gun, 105mm.

e L118 *Light Gun*, 105mm, autorrebocado, de fabricação inglesa.

Os requisitos foram colocados na ordem de prioridade, com base nas pesquisas realizadas, de modo que os obuseiros que atendessem aos requisitos operacionais receberiam um sinal (✓). Destaca-se que foi analisado o obuseiro 105 mm AR L 118, com

a finalidade de se possuir uma linha de ação alternativa com um material de artilharia existente no EB e que possua o mínimo de requisitos necessários para o emprego na Bda Inf Mec. O quadro abaixo apresenta quais os requisitos operacionais cada armamento atenderia, dentro da prioridade elencada na pesquisa.

| REQUISITOS OPERACIONAIS BÁSICOS | CAESAR | M777A2 | ATMOS 2000 | L118 |
|--|--------|--------|------------|------|
| Transportável no KC-390 ¹¹ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Transportável no C-130 ¹¹ | ✓ | ✓ | | ✓ |
| Peso compatível com a NFBR | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Amplo setor de tiro ou rápido conteiramento | ✓ | | ✓ | ✓ |
| Alcance superior a 20 km | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Calibre 155 mm | ✓ | ✓ | ✓ | |
| Comprimento do tubo de 39, 45 ou 52 calibres | ✓ | ✓ | ✓ | |
| Proteção Blindada | ✓ | | ✓ | |
| Compatibilidade com munição inteligente | | ✓ | | |
| Carregamento automático ou parcialmente automático | ✓ | ✓ | ✓ | |

CONCLUSÃO

Pode-se verificar que o obuseiro 155 mm AP SR *Caesar* apresenta todos os requisitos operacionais listados, com exceção da compatibilidade com munições inteligentes guiadas pelo sistema de posicionamento global (*global positioning system - GPS*), o que distingue esse material como uma excelente opção para a nossa artilharia. O fato de ser um obuseiro autopropulsado de baixo peso, com proteção blindada relativa, calibre 155 mm, comprimento de tubo 52 calibres, carregamento semiautomático, além de possuir peso, velocidade e autonomia similares à NFB SR, o torna extremamente vocacionado para o emprego na Bda Inf Mec.

O obuseiro 155 mm AR M777A2 vem demonstrando sua eficácia junto às forças médias dos EUA e Canadá, mesmo sendo um obuseiro autorrebocado, o que revela sua falta de proteção blindada e menor rapidez de entrada e saída de posição. Porém, conforme o quadro da página anterior, seu diferencial é a sua grande mobilidade, alcance compatível e capacidade de realização do tiro com munição inteligente, o que o torna um apoio de fogo eficaz no combate aproximado e no combate urbano.

O obuseiro 155 mm APSR *Atmos* 2000 foi descartado, já que o referido equipamento não teria condições de ser embarcado no

C-130 existente no Brasil, devido ao seu peso de 22 toneladas exceder a capacidade de carga dessa aeronave (18 toneladas) [13].

Como solução alternativa e de menor custo, verifica-se que o obuseiro 105 mm AR L118 é um material possível de emprego, pois possui uma excelente mobilidade, além de um alcance compatível com a Bda Inf Mec quando empregada a munição *base bleed*. [14]

Com a finalidade de permitir o desenvolvimento de obuseiro nacional ou seminacional compatível com a Bda Inf Mec, necessita-se de um estudo, em médio prazo, junto à AVIBRAS e por meio de parcerias, com o objetivo de projetar um obuseiro sobre rodas embarcável nas aeronaves C-130 e KC-390 utilizando, se possível, o chassi do sistema Astros II.

Finalmente, é importante a análise dos principais obuseiros citados neste artigo, bem como sobre a possibilidade de desenvolvimento de um obuseiro, a fim de que sejam verificados novos elementos, tais como transferência de tecnologia e logística de material, a fim de efetivar a adoção de algum desses armamentos antes do término da implantação da Bda Inf Mec, ou seja, até 2019, maximizando o seu poder relativo de combate e proporcionando, dessa forma, um apoio de fogo adequado e eficaz.

NOTAS/REFERÊNCIAS

- [1] Mobilidade estratégica - aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações.
- [2] Mobilidade tática - aptidão para se mover dentro do teatro de operações.
- [3] Dotado de Viaturas Blindadas de Combate Carro de Combate Sobre Rodas (VBC CC SR), porém até o momento só existe o ROB das Viaturas Blindadas de Reconhecimento Média (VBR - Me).
- [4] Características de um material (armamento/equipamento) restritas aos aspectos operacionais.
- [5] O número-classe de uma ponte é um número inteiro e representa o maior número-classe de uma viatura que essa ponte é capaz de suportar com segurança. Deve ser dada ênfase ao fato de que é um número e não um peso (BRASIL, 1996).
- [6] O número-classe de viatura representa o efeito do peso da Vtr sobre uma ponte ou portada. Esse efeito depende do peso bruto da viatura (Brasil, 1996).
- [7] A centralização da direção de tiro é caracterizada pela possibilidade que tem um Cmt Art de, com

rapidez e precisão, concentrar a maioria dos fogos de sua Art sobre um ou vários alvos e transportá-los para outros, quando necessário.

[8] Entende-se por centralização do comando o exercício do controle tático e logístico das unidades ou subunidades de artilharia.

[9] Linha que baliza o limite anterior das forças que guarnecem a Área de Defesa Avançada e recebem a missão de impedir o acesso do inimigo à referida área ou que pretenda destruí-lo (BRASIL, 2000).

[10] Postos que alertam sobre a aproximação do inimigo, conduzindo fogos de apoio, iludindo o inimigo quanto à localização da Posição Defensiva e, dentro do possível, retardam a progressão da força inimiga (BRASIL, 2002).

[11] Calibre de 155 mm com o comprimento do tubo igual a 52 vezes o calibre.

[12] Conteiramento é o ancoramento da peça ao solo para estabilizá-la.

[13] Entrevista não estruturada realizada, em 2012, com o especialista em aerotransporte Suboficial Magno Ney Felippe, coordenador de hangar e instrutor de Load Master C-130 do 1º GTT com 27 anos de experiência em embarque de cargas.

[14] *Base bleed* é um sistema utilizado para aumentar o alcance da artilharia, em torno de 30%.

BRASIL. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Pub 101-0-1: Dados Médios de Planejamento (DAMEPLAN). Ed. 2008, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Estado-Maior do Exército. C 2-20: Regimento de Cavalaria Mecanizado 2. ed. Brasília: EGGCF, 2002.

_____. _____. C 2-30: Brigada de Cavalaria Mecanizada 2. ed. Brasília: EGGCF, 2000.

_____. _____. C 5-34: Vade-Mécum de Engenharia. 3. ed. Brasília, DF, 1996.

_____. _____. C 6-1: Emprego de Artilharia de Campanha 2. ed. Brasília: EGGCF, 1998.

_____. Secretaria-Geral do Exército. Boletim do Exército N° 4/2011, de 28 de janeiro de 2011. Brasília, DF, 2011.

Direção de Formação/EPA. As novas munições de Artilharia de Campanha. Boletim de informação e divulgação Ano XI/II Série da Escola Prática de Artilharia. [s.l.], 2010.

GRILLO, Antonio José Ruivo; MIMOSO, José Carlos Pinto. A evolução do subsistema armas e munições: implicações para a artilharia de campanha portuguesa. Boletim de informação e divulgação Ano XI/II Série da Escola Prática de Artilharia. [s.l.], 2010.

MCKENNEY, Janice E. The organizational History of Field Artillery 1775-2003. Washington: US Army, 2007.

PLATONOW, Vladimir. Governo e Embraer firmam contrato para produção de aviões para Aeronáutica e Marinha. Agência Brasil. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> >. Acesso em: 30 mai. de 2012.

Robert A. Johnson

Este artigo foi originalmente publicado pela Escola de Guerra do Exército dos Estados Unidos, em seu periódico Parameters, Vol 44, no. 1, Spring 2014, sendo traduzido pelo General de Brigada Douglas Bassoli, Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Bagé – RS, pós-graduado nesse estabelecimento de ensino e ex-oficial de ligação junto ao Centro de Armas Combinadas – Fort Leavenworth, Kansas (dbassoli@uol.com.br).

O Dr. Robert Johnson é palestrante e diretor do Programa de Pesquisa "O Caráter Mutante da Guerra" (CCW, sigla em inglês), na Universidade de Oxford. O CCW é um programa que reúne acadêmicos, militares e formuladores de política para discutirem as tendências dos conflitos de hoje e de amanhã. Possui especialização regional no Oriente Médio e atua como conselheiro em estratégia, segurança e estabilização para as Forças Armadas britânicas, estadunidenses, canadenses e australianas, entre outras.



PREVENDO OS AMBIENTES OPERATIVOS DO FUTURO

A longo da história, tem sido difícil para os que vivem o dia a dia identificar as mudanças no caráter da guerra, particularmente durante longos períodos de paz. Apesar de algumas tendências e princípios de estratégia e relações internacionais serem possivelmente mais duradouros, é o aspecto mutável das condições, das formas de aplicação da tecnologia, da adaptação e da dinâmica do conflito que torna desafiador o exercício de prever e, por consequência, de planejar.

A dificuldade de realizar previsões não impediu o surgimento de assertivas ousadas e algumas visões distópicas têm sido propaladas em publicações sensacionalistas e, aparentemente, até em estudos sérios.

Entre os modernos profetas da destruição, que preveem uma anarquia Hobbesiana, estão nomes consagrados, como Robert Kaplan, Francis Fukuyama, Samuel B. Huntington e,

apesar de menos apocalíptico, David Kilcullen [1]1. Martin van Creveld e Philip Bobbitt sugerem que o Estado está em declínio terminal nas relações internacionais, o que abriria caminho para o caos e a guerra [2]. Outros afirmam que a guerra seria conduzida "no meio do povo", com terríveis resultados em termos de baixas civis. Ao fazer referência ao caráter do conflito futuro, a Doutrina Militar oficial do Reino Unido de 2009 cita, em termos exclusivamente negativos, um campo de batalha "híbrido" que seria inevitavelmente "contestado, congestionado, desordenado, conectado e restrito" [3] .

Trabalhos relacionados ao estudo das tendências globais preveem um futuro violento, permeado por recursos naturais em crescente escassez, pressões climáticas e crescimento da população mundial. Entretanto, tais projeções são absolutamente contraditórias com as conclusões de Steve Pinker, Andrew Mack e Havard Hegre, mais especificamente quando dizem que a guerra, tanto de pequena quanto de grande escala, estaria em declínio [4]. Trabalhos estatísticos da *Upsala University*, que incorporam todos os indicadores-padrão de conflitos desde 1945, preveem uma redução no número de guerras e no total de baixas nos próximos cinquenta anos.

No passado, tentativas de prever o futuro da guerra foram igualmente contraditórias. Sempre foi algo tentador prender-se a valores e estruturas de força sobre os quais se tinha forte convicção e minimizar o peso de verdades menos palatáveis. A opção por hipóteses

de que gostamos, em vez das verdades absolutas, tem sido um problema comum. Entretanto, algumas projeções, descartadas como absurdas por alguns contemporâneos, acabaram provando sua precisão com o tempo. Seletividade, exagero, opção pelo absurdo, predileções e temores contemporâneos, mal-entendidos e previsões de longo termo mal colocadas foram características das previsões sobre as guerras do futuro feitas no passado. E todas elas ainda dominam o presente [5]5.

Há muitas razões para explicar porque fazer previsões é tão difícil, mesmo quando aparentemente há “tendências” positivistas óbvias a nos guiar. É tentador fazer projeções baseadas nos tipos de guerra que parecem ser as prevalentes nos dias atuais e assumir que, pelo futuro previsível, todas as guerras irão cair no mesmo padrão. Analistas militares querem identificar as características da guerra do futuro com alguma precisão, não apenas porque programas de desenvolvimento tecnológico caros dependem de seu julgamento, mas porque treinar especialistas é um processo demorado e os governos demandam sucesso com a máxima eficiência. A dificuldade está no fato de que o sucesso é condicionado pelo contexto.

É essencial obter clareza sobre o objetivo [de cada guerra], mas sua dinâmica muda com frequência as condições que vigoravam no início do conflito. Assim, os objetivos evoluem tão rapidamente e de modo tão abrangente quanto o próprio conflito. As tendências observadas no passado recente dão-nos fortes indicações sobre a guerra no futuro próximo, mas ainda requerem cautela. Estados falidos, terrorismo internacional guiado por ideologias radicais e a diminuição da capacidade de estados ocidentais para influenciar eventos e populações talvez possam caracterizar o futuro imediato. No entanto, o verdadeiro valor da história não está em invocar analogias diretas. Tampouco encontraremos respostas sendo seletivos, na tentativa de nos adequar a uma agenda

particular, como ocorre muitas vezes. Ao contrário, o valor da história está em encorajar-nos a refletir criticamente para encontrar respostas e questionar as premissas positivistas que obscurecem nosso campo de visão.

Estamos sujeitos ao fluxo da história e não podemos escapar inteiramente do nosso presente. Mas devemos procurar nos libertar de suposições não fundamentadas sobre o futuro, empregando o pensamento crítico.

A GUERRA E AS MUDANÇAS CADA VEZ MAIS RÁPIDAS

Avaliações recentes sobre o ambiente operativo do futuro enfatizam tendências visíveis no presente. O relativo declínio econômico do ocidente, comparado ao crescimento da manufatura chinesa – um fenômeno não necessariamente inevitável no futuro – tem gerado previsões de que o mundo irá se tornar mais multipolar. Dada a brevidade do momento unipolar dos Estados Unidos da América, após a Guerra Fria, não surpreende que haja multipolaridade. Mas associá-la a um relativo declínio econômico do Ocidente é ilógico e não algo automático.

De fato, o crescimento do potencial militar da China e a ambiguidade advinda dos planos de longo termo de Pequim – citados com tal regularidade e desconfiança que o confronto agora parece atingir uma condição aceitável de inevitabilidade – talvez nunca ocorra, mesmo no Pacífico [6]. A China fornece tropas de paz para as Nações Unidas e está principalmente voltada para a sua segurança doméstica. Temores acerca do seu potencial para conduzir uma guerra cibernética geralmente desconsideram o desejo do governo chinês de monitorar a sedição interna. A República Popular da China é particularmente sensível quanto à integridade de suas fronteiras – uma atitude que não pode ser considerada irracional, dadas as ameaças que sofreu nas fronteiras em 1950, 1960, 1962 e 1979.

E o mais importante: a China está contida em suas ambições por sua interdependência com o Ocidente e a economia global. Ela depende dos mercados tanto quanto do apoio que recebe de sua própria população.

Outra afirmação comum é de que o enquadramento legal das operações conduzidas por países ocidentais irá se tornar menos flexível e os militares já expressam seu temor de que serão de tal modo restringidos por ele, que não poderão mais manobrar no futuro [7]. Assessores jurídicos são fundamentais nas operações de baixa intensidade entre populações e nas ações de contraterrorismos, mas teriam menos influência nas campanhas de alta intensidade. De fato, é preciso notar que, em geral, a assessoria jurídica nos países ocidentais tem facilitado as operações, em vez de impedi-las. O verdadeiro obstáculo é a aversão ao risco e o medo de judicialização das operações nos níveis estratégico e de elaboração das políticas. Há preocupações, por exemplo, quanto às operações psicológicas, a vigilância e a busca de alvos, atividades intrínsecas às operações de contraterrorismo.

A terceira assertiva prevê que os ambientes operativos do futuro serão urbanos, com o rápido crescimento populacional exercendo pressões insustentáveis sobre a infraestrutura e os recursos. Uma agravante viria das mudanças climáticas, vistas como catalisadoras de maior incidência de desastres naturais, afetando particularmente as cidades litorâneas – e as forças do Ocidente poderiam ter seu emprego em regiões

devastadas. As crises de recursos – que, supõe-se, seriam um gatilho para a guerra – são vislumbradas como atingindo um estágio agudo no futuro, no qual as demandas por energia começariam a exceder os estoques e as reservas disponíveis. As primeiras a serem afetadas, imagina-se, seriam as cidades com populações empobrecidas. É verdade que há probabilidade de ocorrerem ajustes significativos, mas esses ajustes serão ditados pelo mercado: os custos tornam-se muito altos e os consumidores e os estados são forçados a buscar alternativas, mas a guerra nem sempre será a consequência disso. O mapeamento dos pontos de estrangulamento entre demanda e suprimento disponível e do poder relativo dos estados, das cidades e dos atores não estatais talvez produza alguma correlação com os conflitos do futuro. Todavia, essas correlações não podem ser consideradas deterministas.

As avaliações mais precisas de como será a guerra no futuro próximo estão baseadas no presente. Estas preveem grandes

movimentos insurgentes, eclodindo em áreas rurais e urbanas, profundamente enredadas na política local e disfrutando da simpatia – senão do apoio – das populações locais. Iraque, Afeganistão e Somália têm sido caracterizadas como intervenções ocidentais de larga escala que antagonizaram povos, ameaçaram interesses escusos e foram marcadas por mal elaboradas tríades de fins, modos e meios. Mesmo nos casos em que o intento não é a intervenção deliberada, é possível que, no curto prazo, as tentativas de

O verdadeiro obstáculo é a aversão ao risco e o medo de judicialização das operações nos níveis estratégico e de elaboração das políticas. Há preocupações quanto às operações psicológicas, a vigilância e a busca de alvos, atividades intrínsecas às operações de contraterrorismo.

levar ajuda humanitária a uma população em meio à guerra – ou uma missão de manutenção da paz mal conduzida – poderiam produzir complicações e obrigações similares.

Como a capacidade militar convencional dos Estados Unidos é tão superior e o confronto nuclear é algo tão inimaginável, muitos acreditam que todos os futuros adversários do Ocidente irão empregar guerra irregular ou não convencional. Alguns afirmam que as guerras “por procuração” serão mais comuns [8]8. Alguns desses “procuradores” poderão não ser forças militares convencionais, variando de companhias militares privadas a corporações e instituições financeiras transacionais.

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos sugerem que os ataques futuros a alvos ocidentais serão dirigidos a pontos fracos específicos. Esses alvos serão invariavelmente não militares, como a população civil, embaixadas e a infraestrutura. E são exatamente essas vulnerabilidades que devem ser a preocupação das Forças Armadas ocidentais, até porque as agências civis não têm capacidade para protegê-las. Para enfrentar essas fraquezas, é possível que seja necessária uma reavaliação radical do papel e das funções dos exércitos, juntamente com a nova constatação de que o ambiente operativo futuro tem probabilidades iguais de estar no estrangeiro e na esfera interna [9].

A ansiedade sobre as vulnerabilidades ocidentais tem produzido muita especulação acerca da “e-guerra”, de cenários de contraterrorismo, de batalhas inter-robóticas e do futuro do poder aéreo não tripulado para conduzir ataques a distância. O problema é que esses instrumentos podem não caracterizar a guerra do futuro, ainda que sejam confortavelmente previsíveis para aqueles que os advogam ou criticam. Os analistas militares ocidentais são rápidos em identificar os padrões com os quais eles estão familiarizados, mesmo nas ocasiões nas quais

tendem a ser seletivos, a exagerar as ameaças e ignorar futuras oportunidades. Muito disso é cultural. Noções clawsevitianas de poder decisório – a política da decisão – e resultados rápidos são altamente atraentes, mesmo considerando que a guerra pode ser, em essência, não decisiva, prolongada, dinâmica e imprevisível.

Uma característica corrente da guerra, podemos notar, é a crescente digitalização, com ênfase nas métricas de busca de alvos, fogos, vigilância e efeitos. A firme evolução desse fenômeno tem sido obscurecida pelos recentes debates sobre técnicas de contrainsurgência. Ainda assim, os temas são intimamente relacionados, pois, no nível tático, os insurgentes empenham-se em sobrecarregar esses sistemas superiores com inúmeros alvos e várias formas para atacar, incluindo ações suicidas. As equipes de forças especiais ainda precisam realizar vigilância cerrada para permitir que armas computadorizadas possam engajar seus alvos. E elas frequentemente devem estar mescladas à população local ou recrutar colaboradores, empregando pessoas com alto grau de empatia e entendimento das necessidades de atores não estatais e de suas agendas [10].

Apesar das tentativas de eliminar a fricção no contraterrorismo e na contrainsurgência com as novas tecnologias, a tropa e os seus sistemas *high-tech* ainda estão vulneráveis ao cansaço, às falhas técnicas e às decisões erradas tomadas por comandantes cansados, estressados e cada vez mais escrutinizados. A névoa da informação pode ser um obstáculo menor na guerra convencional, mas insurgentes sempre tentarão subverter os sistemas informacionais – confundir, mantendo-se ocultos. O ritmo enormemente acelerado da guerra convencional adequa-se bem aos sistemas tecnológicos ocidentais, mas isso não acontece com a guerra no meio do povo por períodos prolongados, uma vez que nestes casos, a fricção impõe-se de modo mais enfático.

A principal suposição, muitas vezes repetida, considera que as operações ocidentais no futuro serão expedicionárias, já que não existem estados capazes de ameaçar os Estados Unidos ou o continente europeu. Os que desejam evitar o caráter prolongado típico das operações terrestres – como no Afeganistão – defendem a necessidade de operações aéreas e navais ou, no máximo, uma estrutura de força terrestre mais leve. Os advogados dessa postura raramente reconhecem as limitações do poder aéreo que foram recentemente expostas nas operações no Kosovo. Os “navalistas”, ansiosos por

enfatizar o modo como os governos poderiam manter sua liberdade de ação sem ficarem enredados em campanhas terrestres, dão menor atenção às vulnerabilidades do poder naval em litorais congestionados ou ao fato de que, no passado as decisões das guerras ocorreram tanto em terra quanto no mar. Os que vislumbram forças terrestres leves engajando-se em operações de manutenção da paz parecem não levar em conta as consequências que adviriam se tais missões entrassem em dificuldades, o que poderia resultar em acirramento do combate e no risco de uma derrota catastrófica.



Soldado Brasileiro no Haiti

A lógica ocidental [por trás da decisão] de manter forças leves para os combates nos anos 2001-03 era [justificada pela] manutenção de agilidade, redução da cauda logística e para evitar o antagonismo do povo local contra qualquer presença militar ostensiva de larga escala. Os Estados Unidos

visaram especificamente a evitar qualquer ideia de ocupação do Afeganistão, para que não se repetissem os erros soviéticos de 1979. Em 2001, havia uma crença considerável na capacidade do poder aéreo em produzir resultados sem [que houvesse] empenho terrestre substancial [11]. Na verdade, o

raciocínio que defende forças terrestres menores conduz à maior vulnerabilidade e menos inteligência, o que só poderia ser compensado por uma grande disponibilidade de poder aéreo. Ainda assim, apesar do advento dos ataques de precisão e da melhoria dos sistemas de busca de alvos, apostar no poder aéreo tem causado aumento no número de baixas civis. Esta solução provou ser contraprodutiva na sequência das operações, nas quais as forças ocidentais se viram envolvidas na condução de política local [a reconstrução do país – N. do T.]. O poder aéreo não pôde, sozinho, proporcionar a segurança para o estabelecimento de um novo governo. A partir das operações na Líbia, em 2011, ressurgiu o entusiasmo pelas operações aéreas como forma de evitar o emprego de forças terrestres.

Ataques limitados com mísseis foram postulados nas operações contra o regime sírio em 2013. Tem levado algum tempo para que os governos ocidentais percebam que seus métodos de guerra e de estabilização, bem como seus planejamentos para as campanhas e suas doutrinas, não podem ser considerados superiores. Eles têm sido obrigados a mudá-los constantemente, à medida que as operações evoluem no tempo.

Novas tecnologias – de veículos remotamente pilotados à robótica – e novos métodos – como a negação de serviço ou a interrupção cibernética – não podem garantir a vitória, como não pode a crença no poder aéreo e naval nos primórdios do século XXI. A novidade proporcionada por tecnologias nunca garantiu o sucesso por si só – é a integração do novo com os métodos e os meios efetivos que possibilita a vantagem tática ou estratégica.

Este tem sido particularmente o caso das aeronaves não tripuladas dotadas de mísseis. Tem havido muito debate sobre o caráter legal e ético de matar alvos em países que não estão em guerra com o Ocidente – como o Iêmen e o Paquistão – e em torno da remoção de insurgentes do campo de batalha por

meio de prisões extrajudiciais, ou, ainda, da apreensão de suspeitos de serem combatentes [12]. A verdade é que inimigos do Ocidente subvertem as leis ocidentais; atacam enquanto estão misturados à população civil local, não têm compromisso com a verdade em suas operações de informação e declaram abertamente que sua intenção é infringir baixas em massa àqueles que não se submetem às suas ideias. A preocupação ocidental de proteger as populações, internalizada profundamente a partir do advento dos bombardeios maciços durante as guerras mundiais, não está entre as prioridades de muitos dos beligerantes não ocidentais. Ainda que sejam [soluções] perturbadoras e não palatáveis segundo os [padrões] ocidentais, em geral é a intimidação, o medo de retaliação e o poder militar esmagadoramente superior que têm obrigado populações a submeterem-se, e não o ético engajamento seletivo, tão valorizado pelo Ocidente [13].

Ainda assim, as inconsistências podem ser exploradas [negativamente]. Os ataques com drones, sem que haja regras de engajamento claras, provoca uma erosão dos limites entre guerra e paz, alimentando e facilitando a argumentação de grupos não estatais de que eles também têm o direito de contra-atacar no cenário internacional.

Ambientes urbanos e periféricos, nos quais o controle governamental não é exercido ou não está claro, apresentam-se como os maiores problemas para as forças de segurança e, em algumas situações, forças militares podem assumir temporariamente o papel de autoridade governamental, com os poderes legais para isso. Pensar em segurança interna é algo menos atraente às forças terrestres ocidentais do que conduzir guerras além das fronteiras de seus países. A segurança interna é vista como uma forma de policiamento e não como uma atividade militar. O triste histórico relacionado à segurança interna e à coerção de populações, ainda que tenha sido um papel tradicional dos

exércitos antes do século XIX, podem parecer um anátema ao profissionais das armas.

De qualquer modo, é preciso dar mais ênfase ao objetivo de trazer os adversários à mesa de negociação como um parâmetro para medir o sucesso. As negociações devem ser vistas como norma, e não a exceção, no conceito de guerra total militar, que considera a vitória [somente] com a destruição dos meios que permitem [ao inimigo] resistir [14]. Tratar a guerra como a continuação da política por outros meios significa dizer que a vitória é uma correlação entre fins, modos e meios... e que é um processo contínuo, não um estado final.

Acima de tudo, a inabilidade para prevermos o futuro com confiança pode nos ajudar a explicar porque temos o desejo de procurar pelo novo enquanto nos prendemos àquilo que nos é familiar, quando estamos planejando hipóteses de guerra. Ainda assim, em um ambiente operativo do futuro, novos e antigos conceitos de guerra irão coexistir. Enquanto

alguns contendores estarão empregando novos sistemas de armas e operações de informação, outros estarão atacando infraestruturas e tentando cooptar populações por meio de ressentimentos religiosos. E haverá aqueles que estarão cavando trincheiras e travando combate corpo a corpo. Não haverá padrão previsível, pois cada conflito terá seu próprio contexto.

O discurso sobre a guerra do futuro está repleto de tentativas de encontrar padrões, e as incertezas do presente são projetadas para o amanhã, geralmente de modo exagerado [15]. Avaliações menos sensacionalistas não

possuem o mesmo apelo, atraem menor atenção e, quando provadas errôneas, são tomadas como exemplos da complacência [de quem as produziu]. Tendências históricas de longo prazo são difíceis de identificar: ninguém pode estar certo de que a tendência identificada é correta. Ademais, é impossível ignorar as características das guerras do presente.

Parece que o mundo, por enquanto, vive um período de conflitos não convencionais. E as projeções são confrontadas com os padrões identificados – o que ajuda a explicar por que os que empregam estatísticas para provarem suas teses sobre a guerra do futuro se sentem tão confiantes quanto os catastrofistas.

As contradições inerentes a essas análises nos sugerem que, na verdade, não há garantias de que os padrões ou trajetórias sejam confiáveis. Não é uma verdade inexorável que as guerras não convencionais de baixa intensidade de hoje irão se repetir, até mesmo no futuro próximo. É possível (até mesmo

que aconteçam

episódios de guerra interestatal de grande intensidade e altamente destrutivas, talvez incluindo uma limitada troca de agressões com armas nucleares táticas.

Como indica David Kilcullen no seu recente *"Out of the Mountains: the Coming Age of the Urban Guerrilla"* ("Saindo das Montanhas: a próxima Era da Guerrilha Urbana", em tradução livre), [a dificuldade] não está na falta de familiaridade e na imprevisibilidade das tendências de mudança, mas no ritmo com que essas mudanças ocorrem [16]. Ele argumenta que as atuais instituições, estados, governos e forças armadas

O fato é que as cidades podem ser desbordadas ou contidas, tanto quanto podem se tornar parte do espaço de batalha. São todas interdependentes com outras cidades.

O sistema urbano consiste não apenas do ambiente construído, mas das redes que o sustentam e servem.

estão sobrecarregados pela magnitude da instabilidade das novas megacidades e pelo ritmo da nova conectividade. Mais especificamente, ele argumenta que o futuro ambiente operativo serão as cidades e não os estados, com os conflitos do futuro provavelmente concentrados na periferia de

sem experiência e serem utilizadas por estudantes do ensino médio para identificar posições de atiradores de elite do regime líbio. Essa conectividade se apresenta tanto no nível local quanto no internacional e irá sobrecarregar forças militares convencionais e instituições de governo.



Operação São Francisco no Complexo da Maré

grandes centros urbanos litorâneos nos países em desenvolvimento, onde grupos armados não estatais – como cartéis, gangues de rua e caudilhos – estejam disputando recursos e influência.

Além disso, Kilcullen ilustra como a conectividade moderna – como as redes sociais – apresentam tanto desafios quanto oportunidades nesse novo ambiente operativo. Essas ferramentas podem mobilizar manifestantes como na Primavera Árabe, manter uma economia informal em Mogadíscio, treinar soldados e armeiros

Quando defendemos uma tese sobre qual será o ambiente operativo do futuro, podemos perder de vista os indícios de continuísmo. Se é verdade que as cidades serão potencialmente o berço das agitações populares, também é possível afirmar que essas concentrações urbanas são dependentes das áreas do interior. O fato é que as cidades podem ser desbordadas ou contidas, tanto quanto podem se tornar parte do espaço de batalha. São todas interdependentes com outras cidades, portos, infraestrutura de transporte e seu entorno, o que, como afirma

Kilcullen, significa que o sistema urbano consiste não apenas do ambiente construído, mas das redes que o sustentam e servem.

Indo mais além, é preciso reconhecer a importância dos aspectos legais e ideológicos do ambiente operativo, uma vez que é grande a possibilidade de produzirem restrições à forças de segurança, particularmente se elas tiverem que enfrentar ataques terroristas em massa como o de Mumbai, uma contaminação em massa, ou operações de baixa intensidade contra populações pobres e carentes, que se manifestem com violência contra as privações a que estão submetidas.

Kilcullen reitera que é pouco provável que ansiedades históricas geradas por recursos, ameaças e reputações deixem de ser fatores causadores de guerras. É provável que as finalidades das guerras permaneçam previsíveis, mas que os modos e meios para conduzi-las sejam transformados significativamente. Ainda assim, o modo tradicional de conduzir a guerra continuará a existir. O uso da força como um instrumento da política – o que parece inevitável – ainda pode ser estratificado em guerra limitada, ameaça de guerra a *l'outrance* (em termos de armas de destruição em massa) e tentativas de neutralizar um inimigo por meio da derrota de sua estratégia. Entretanto, novos meios (que irão surgir) durante este século podem abrir novas possibilidades e novos modos para atingir os fins estratégicos.

No futuro, em vez de uma única crise global, haverá variados confrontos por recursos e pressões populacionais, diferentes em cada região [17]. Algumas delas, por sua escala, poderão acelerar rapidamente. Suprimentos limitados e a exaustão ou os altos custos de extração de recursos – como energia, água e alimentos – também irão afetar as regiões com intensidade variada; provavelmente mais o mundo em desenvolvimento do que o mundo desenvolvido. O *Global Environment Outlook* de 1999 previu conflitos por água no norte da África e no Oriente Médio entre os anos 2000

e 2025, ainda que os conflitos ideológicos e de governança tenham predominado naquelas regiões até agora [18]. As pressões financeiras também provaram ser muito mais do que isotrópicas: a falta de crédito nos países em desenvolvimento os deixa vulneráveis à agitação interna. Há muitos que preveem que a desigualdade e o desemprego de jovens irão aumentar nos próximos trinta anos, o que pode gerar um correspondente aumento do número de grupos descontentes que optem por adotar ações violentas.

Ainda assim, há um risco de que [toda essa argumentação] esteja sendo exagerada: ataques terroristas à infraestrutura têm efeito limitado no tempo e não são capazes de destruir sistemas na sua totalidade.

A verdadeira vulnerabilidade do Ocidente seria exposta por um colapso econômico da China, a partir de uma agitação social, e por uma estagnação do comércio e do intercâmbio financeiro globais. No entanto, a revolução digital promete aumentar o Produto Interno Bruto global em ritmo e extensão muito maiores do que durante a revolução industrial. É provável que o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas produza tanto benefícios significativos quanto resultados indesejados. Enquanto o mapeamento do genoma humano em 2000 consumiu cinquenta milhões de dólares e vários anos para ser concluído, hoje podemos obtê-lo em um dia, ao custo de menos de mil dólares [19]. Essa pesquisa médica avançada permitiu aos Estados Unidos obter uma vantagem estratégica significativa, nas relações mundiais. O mesmo é válido para a revolução da informação que está em curso. Mais informações são geradas a cada dois dias do que o total produzido ao longo dos últimos dois mil anos [20]. A consequência é que as insatisfações serão amplificadas mais rapidamente a um público maior do que antes. Mas também haverá soluções que poderão ser obtidas mais rapidamente. Essas possibilidades sugerem que haverá maior

volatilidade nos domínios informacional, físico, de infraestrutura e de ideias.

TENDÊNCIAS PARA A GUERRA DO FUTURO

O caráter das guerras irá mudar com tanta frequência no futuro quanto mudou no passado, mas haverá continuísmos marcantes, como o terrorismo e os protestos de massa violentos. Haverá, quase certamente, um aumento significativo de guerras irregulares nas cidades e guerras sistêmicas.

Há dez tendências para a guerra do futuro: ações irregulares em áreas urbanas, que exploram vulnerabilidades da infraestrutura; porosidade; dispersão; profundidade; furtividade (*stealth*, no original, em inglês); miniaturização do poder de combate; privatização da violência; descentralização; operações sistêmicas nodais; e precisão.

Nas grandes cidades, imagina-se que o terrorismo de baixa intensidade possa ocorrer com maior probabilidade. Conflitos prolongados necessitam de significativa mão de obra militar e policial e operações de mídia controladas. Na guerra do futuro, as milícias urbanas talvez obtenham acesso a armamento mais letal, incluindo mísseis terra-ar, armas anticarro e contaminantes químicos e biológicos. No combate urbano, as forças militares encontrariam a autoridade civil colapsando, várias agências trabalhando em suas agendas dentro do mesmo espaço físico e uma população civil vulnerável esperando por ajuda.

A guerra sistêmica é igualmente não convencional, pois envolve ataques ao

sistema financeiro, desgastando economias locais para criar regiões e povos dependentes, participações difusas e de massa em ações contra os estados e os governos, operações de informação, crimes cibernéticos, bloqueios cibernéticos, ações disruptivas de guerra eletrônica, ataques biológicos seletivos em porções da sociedade, colapsos energéticos e contaminação de água e comida. Cada tipo de ação é caracterizada por uma ênfase na natureza sistêmica de suas consequências: são concebidos para interromper, degradar, desacreditar ou destruir sistemas dos quais dependem os estados e as populações.

Os processos de engajamento [de alvos] têm afetado o campo de batalha desde o início da era industrial, à medida que armamentos mais letais e com maior precisão e alcance os tornaram mais abrangentes. Enquanto, em 1863, [a batalha de] Gettysburg ocorreu em um espaço de poucas milhas, a Segunda Guerra Mundial foi caracterizada como um conflito que se estendeu a vários teatros por todo o

mundo, requerendo a mobilização de economias domésticas e de suas populações. Desde 1945, o mundo tem sido afetado tanto por guerras não convencionais quanto por guerras convencionais e ostensivas. A natureza interconectada da economia e do sistema de comunicações mundiais significa que, mesmo o menor dos ataques terroristas, alcança toda a população mundial.

Intimamente ligada à ideia de dispersão está o ocultamento – ou a furtividade – com pequenas organizações operando fora das vistas, ou tentando permanecer ocultas em meio à população ou em partes remotas do

Pensar em segurança interna é algo menos atraente às forças terrestres ocidentais do que conduzir guerras além das fronteiras de seus países. A segurança interna é vista como uma forma de policiamento e não como uma atividade militar.

território. Curiosamente, apesar das afirmações de que organizações clandestinas são particularmente ameaçadoras ao Ocidente, assinaturas digitais estão cada vez mais difíceis de esconder. As forças estatais modernas ficaram muito mais expostas e vulneráveis e, no futuro, a camuflagem nos conflitos no meio do povo irá requerer completa miscigenação.

Desde a Revolução Industrial, a engenharia de precisão tem permitido surgir menores e mais eficientes sistemas de armas, enquanto os avanços na física e na química têm aumentado seu poder explosivo. Ao mesmo tempo, tem sido possível desenvolver plataformas que são menores, mas que carregam o mesmo ou maior poder de combate. Metralhadoras – antes grandes e desajeitadas – agora são portáteis. Depois da bomba atômica, foram desenvolvidas novas gerações de artefatos nucleares até que se tornou possível produzir um dispositivo nuclear tão pequeno quanto uma granada de artilharia. Pode-se imaginar que, no futuro próximo, haverá sistemas de armas de grande magnitude que serão transportáveis por indivíduos. Dessa tendência pode-se deduzir que cada cidade, porto ou província é potencialmente um espaço de batalha.

É provável que o combate se torne cada vez mais individualizado no futuro próximo, à medida que grupos cada vez menores passem a reclamar o direito de recorrer à guerra, equipando-se com poder de combate significativo. O aumento do número de empresas de segurança e de companhias militares privadas, tanto no ambiente

interno, quanto nas missões de segurança expedicionárias, parece ser uma tendência que irá se manter. Esse fenômeno torna mais fácil a condução de guerras “por procuração”, com grupos e indivíduos de fachada equipados e treinados tanto por agentes estatais quanto não estatais. Combatentes irregulares assameses, cartéis de droga mexicanos, piratas somalis e combatentes do delta do Níger têm conseguido conduzir campanhas prolongadas contra seus governos, interesses nacionais e grandes companhias, nos seus próprios termos.

A propagação do poder e das comunicações ocorrida no ocidente desde o final do século XIX – e que agora alcançou todo o globo – causou reflexos no modo como se conduz a guerra. O desenvolvimento da tecnologia e das comunicações – antes reservado à elite e ao estado – chegou à população e tornou-se um elemento importante para o desenvolvimento de conflitos de natureza irregular.

A habilidade de impor degradação nodal ou sistêmica ao inimigo, afetando sua capacidade de resistir, comandar ou de comunicar-se, será a característica marcante da guerra do futuro. Irá representar uma forma de “e-envolvimento”.

A descentralização também trouxe mais poder às forças do Estado: rádios portáteis e comunicações móveis permitem que pequenas frações e indivíduos isolados desfrutem de consciência situacional avançada, tanto para localizar alvos quanto para manobrar no terreno. Maior especialização significa maior conectividade. Interoperabilidade e descentralização são essenciais para uma entrega de efeitos eficaz.

O desenvolvimento tecnológico continua a ampliar a precisão e a superioridade com os quais se conduzem os ataques a distância com efeitos considerados aceitáveis. Meios mais precisos irão demandar mais combatentes

técnicos, aptos a utilizar esses recursos tanto na ofensiva quanto na defensiva. Entre os exemplos estão a nova geração de antimísseis e os veículos semiautônomos. Deverá haver plataformas multiuso, capazes de operar em solo, no mar e no ar, com capacidade eletrônica, bem como equipes de forças especiais em menor número, altamente treinadas e muito bem equipadas – cuja vulnerabilidade poderá ser compensada por uma ampla gama de opções de apoio (em transporte, inteligência, fogos, especialização e logística). Mas, em todas as operações conduzidas pelo estado, a ênfase será na precisão, juntamente com a dissimulação, a dispersão e a adaptação às ameaças geradas por grupos não estatais e de fachada que se utilizam de ataques clandestinos. Novos sistemas serão necessários para atuar com precisão em ambientes urbanos, em arranhas-céus, no subsolo, sob a água e no espaço. No futuro, se as forças pretendem estar aptas a destruir forças terroristas mescladas ou operando junto às populações, terão que dispor de precisão ainda maior do que na atualidade e, o que é mais importante, de maior velocidade na aquisição de alvos.

A habilidade de impor degradação nodal ou sistêmica ao inimigo, afetando sua capacidade de resistir, comandar ou de comunicar-se, será a característica marcante da guerra do futuro, envolvendo a paralisação das comunicações e grande ênfase nas guerras psicológica, informacional, cibernética e, até mesmo, neurológica. Irá representar uma forma de “e-envolvimento”, furtivo e clandestino. Esses nodais serão parte de uma gama mais ampla de operações contra as principais ameaças geradas por inimigos situados entre as populações domésticas.

IMPLICAÇÕES PARA AS FORÇAS ARMADAS CONTEMPORÂNEAS

Deduzir é algo difícil e, em um artigo curto como este, as deduções são necessariamente seletivas. Ainda assim, a superficialidade e

as afirmações impactantes podem provocar o pensamento crítico. Será mediante intercâmbio fundamentado [de ideias] que poderemos desafiar as pressuposições, redefinir nossas conclusões e permanecer alertas para os erros de avaliação. É com esse espírito que as conclusões a seguir são oferecidas.

No futuro, as forças farão uso da furtividade, operando sistematicamente por redes de comunicações e pela exploração das vulnerabilidades da sociedade. Farão emprego da guerra da informação para espalhar o medo e o pânico, mas também irão conduzir o combate cinético em meio às populações. Seus objetivos serão a destruição dos sistemas financeiros, da infraestrutura e da vontade de manter a resistência. Esse tipo de guerra não convencional será muito mais frequente do que as guerras prolongadas e de alta intensidade do passado – apesar de que estas ainda poderão ocorrer. E a militarização do espaço parece ser algo iminente.

Para enfrentar essas ameaças, os estados devem identificar suas próprias vulnerabilidades e adotar ações para minimizá-las, mesmo que isso signifique reorganizar suas Forças Armadas. Preparar-se para essa forma de combate difusa, dispersa e clandestina também significará adotar novas medidas para a defesa civil. No conflito antiterror do futuro, as operações psicológicas e de informação serão essenciais. É possível que a preparação [das tropas] em tempo de paz ocorra em meio a operações de segurança de longa duração (por vezes em ambiente doméstico), a operações de manutenção da paz ou a operações de combate ao terrorismo ou de contrainsurgência. É provável que as forças sejam desdobradas em resposta a informações específicas obtidas pela inteligência, em ações de grande mobilidade e com duração excepcionalmente rápida. Os ataques serão semelhantes a incursões. A inteligência será o esteio das operações, mas alvos de oportunidade irão surgir de modo

fugaz, exigindo resposta rápida e precisa. A aplicação inteligente dos conceitos da tática será tão crítica para o sucesso quanto a capacidade [das tropas] de se comunicarem com toda sorte de agências civis.

As atuais tendências de guerra fornecem um guia incompleto sobre o ambiente operativo futuro, mas nos dão certos indícios sobre qual direção seguirmos. As questões relacionadas à porosidade, à dispersão, à profundidade, à furtividade, à miniaturização do poder de combate, à privatização da violência, à descentralização, à precisão, às operações nodais sistêmicas e à vulnerabilidade da infraestrutura irão afetar vários domínios: físico, ideacional, informacional e de infraestrutura, particularmente em relação às cidades e aos sistemas. A gramática da guerra, nessas áreas, mudou.

Os comandantes que forem capazes de compreender as cidades e suas áreas periféricas, sua morfologia, suas conexões e suas vulnerabilidades terão significativa vantagem para o emprego de seus meios, seja em operações regulares, irregulares, seja "por procuração". A habilidade para entender a nova inter-relação que rege os vários sistemas – sejam eletrônicos, urbanos, baseados em recursos ou informacionais – irá definir a "alfabetização militar", no futuro. As forças militares serão forçadas a se adaptar ao novo ambiente – ou terão que encarar a derrota. Uma forma de aumentar a capacidade de adaptar-se é enfatizando a importância da inovação, da improvisação e da adaptação, usando o passado como um guia fundamental para o desenvolvimento educacional e a mudança institucional.



NOTAS/REFERÊNCIAS

[1] Robert D. Kaplan, "The Coming Anarchy", (The Atlantic, February 1994), disponível em:< <http://www.theatlantic.com/ideastour/archive/kaplan.mhtml>>, publicada no Brasil como "À Beira da Anarquia" (Ed. Futura, 2000); Francis Fukuyama, "The End of History and the Last Man (New York: Free Press, 1992), publicada no Brasil como "O Fim da História e o Último Homem" (Ed. Gradiva, 1999); Samuel B. Huntington, "Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order" (New York: Simon and Schuster, 1996), publicada no Brasil como "O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial" (Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997); David Kilcullen, "Out of the Mountains"(London: Hurst & Co., 2013).

[2] Martin van Creveld, "The Fate of the State", Parameters 26, no. 1 (Spring 1996): p. 4-18; Philip Bobbit, "The Shield of Achilles"(New York: Penguin, 2003).

[3] Rupert Smith, "The Utility of the Force"(Londres: Allen Lane, 2005), publicado no Brasil como "A Utilidade da Força – A Arte da Guerra no Mundo Moderno" (Ed. Edições 70, 2008); Ministério da Defesa da Grã-Bretanha, "The Future Character of Conflict" (MOD, DCDC Strategic Trends Programme, February 2, 2010).

[4] Steve Pinker, "The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined" (New York: Viking Books, 2011); Andrew Mack, "More Secure World" – palestra na ANU, fevereiro de 2011; Håvard Hegre et al, "Predicting Armed Conflict, 2010-2050", International Studies Quarterly 55(2) (2013): p. 1-21.

[5] Veja Antulio J. Echevarria II, "Imagining Future War: The West's Technological Revolution and Visions of Wars to Come 1880-1914 (New York: Praeger, 2007).

[6] Para uma visão alternativa, veja Christopher Coker, "The Improbable War: China, the United States and the Logic of Great Power Conflict" (Londres: Hurst, 2014).

[7] Akbar Ahmed, "The Thistle and the Drone: How America's War on Terror Became a Global War on Tribal Islam"(New York: Brookings, 2013).

[8] Andrew Mumford, "Proxy Warfare"(Cambridge: Polity, 2013).

[9] As implicações são que as Forças Policiais podem ser compelidas a desenvolver mais capacidades paramilitares ou, talvez, que as forças militares sejam levadas a executar tarefas de ajuda militar à governabilidade civil com mais frequência e, ainda, a imiscuir-se em tarefas policiais.

[10] Diane E. Davis and Anthony W. Pereira, eds., "Irregular Armed Forces and their Role in Politics and State Formation" (Cambridge University Press, 2003), 149-177; Austin Long, "Going Old School – US Army Special Forces Return to the Villages", Foreign Policy, July 21, 2010, disponível em:< http://afpaf.foreignpolicy.com/posts/2010/07/21/going_old_school_us_army_special_forces_return_to_the_villages>; Charles Tilly, "The Politics of Collective Violence"(Cambridge University Press, 2003), p. 19.

[11] D. M. Drew, "US Airpower Theory and the Insurgent Challenge: A Short Journey to Confusion", Journal of Military History, 62 (1998): 809-32.

[12] Kenneth Roth, "What Rules Should Govern US Drone Attacks?" The New York Review, March 25, 2013, p. 16-18.

[13] Os mais bem documentados e mais extensivos exemplos de emprego de terror contra insurgências incluem a aniquilação bolchevique da resistência branca na guerra civil russa e a destruição nazista das atividades da resistência francesa no centro e no sul da França, durante a Segunda Guerra Mundial.

[14] Richard Hobbs, "The Myth of Victory: What is Victory in War? "(Boulder, CO: Westview, 1979).

[15] Até agora, as mudanças na história da humanidade têm sido progressivas, com eventos periódicos e episódicos que causam ruptura, subsequentemente interpretados como "pontos de virada". Para Clausewitz e Jomini, o grande ponto de virada de seu tempo foi a Revolução Francesa. Mas, para muitos historiadores militares, esses momentos foram identificados ou como batalhas decisivas ou como tecnologias de impacto, ou, ainda, como conquistas individuais de determinados comandantes. Esses determinismos são desafiados pela corrente principal da história e da ciência social, mas parecem ter conseguido certa longevidade no meio militar. Veja Jeremy Black, "Rethinking Military History"(Londres: Routledge, 2004).

[16] David Kilcullen, "Out of the Mountains: The Coming Age of the Urban Guerrilla" (Oxford: Oxford Univeristy Press, 2013).

[17] Em um trabalho recente, McKinsey and Company afirmam que as mudanças demográficas e o crescimento de mercados emergentes irão pressionar os recursos globais em um nível sem precedentes. Os preços dos alimentos crescerão em 40 % até 2030 e haverá um déficit de 30% entre a energia disponível e as demandas por petróleo e gás. É provável que haja um déficit em torno de 40% entre o suprimento e as demandas de água. O consumo de carne irá crescer no mundo, aumentando a pressão na busca por terras.

[18]. Michael T. Klare, "Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict" (New York: Metropolitan Owl, 2001). Os estados mais vulneráveis a conflitos são: Somália, República Democrática do Congo, Sudão e Sudão do Sul. Áreas com risco significativo incluem: Chade, Iemém, Afeganistão, Haiti, República Centro-Africana, Zimbabwe, Iraque, Costa do Marfim, Paquistão, Guiné, Guiné-Bissau e Nigéria.

[19]. Palestra de McKinsey na Universidade de Oxford, 28 de novembro de 2013.

[20] Ibid.



ORIENTAÇÕES AO AUTOR

A Doutrina Militar Terrestre em Revista é uma publicação do Estado-Maior do Exército, editada nas versões digital e impressa, com tiragem limitada. O portal do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), www.cdoutex.eb.mil.br, é a principal forma de acesso à revista.

A publicação foi concebida para oferecer um fórum de debates que favoreça o livre fluxo de ideias sobre temas de interesse militar, sobretudo no que diz respeito à evolução da Doutrina Militar Terrestre (DMT). A publicação prioriza os debates em torno de conceitos e experiências inovadoras na condução de operações militares, de modo a apoiar a evolução da doutrina do Exército e, consequentemente, de seus sistemas de educação, instrução e adestramento.

O C Dout Ex está convencido de que a divulgação de artigos com pontos de vista antagônicos sobre um mesmo tema contribui para o enriquecimento do debate de ideias, cujos efeitos positivos refletir-se-ão na produção doutrinária da Força Terrestre (F Ter). O C Dout Ex não só deseja incentivar a produção de trabalhos inovadores, mas também espera receber textos de autores que contestem ou apresentem sua discordância.

A aprovação, seleção e publicação de um artigo dá ao C Dout Ex o direito de reproduzi-lo e utilizá-lo para fins profissionais, escolares e acadêmicos. Por ser uma publicação oficial, o autor faz a cessão de seus direitos autorais ao Exército.

São de interesse da Revista textos que discutam a política e a estratégia de Defesa Nacional; conhecimentos sobre os níveis tático, operacional e estratégico da guerra; organização e doutrina; logística; sistemas de armas e equipamentos; conceitos e concepções adotados por forças militares estrangeiras; liderança e administração; e história militar – na realidade, qualquer assunto relevante e de interesse atual que possam ter efeitos sobre a concepção estratégica e a doutrina da F Ter. Os artigos que apresentem soluções adotadas por forças militares estrangeiras devem destacar os aspectos de interesse para o EB. A Revista prioriza artigos originais, que ainda não tenham sido publicados em outros periódicos nem estejam previstos para tal.

O artigo deve ser entregue no editor de texto Microsoft Word, contendo de cinco a doze páginas, sem considerar notas, referências e ilustrações, utilizando fonte HumstSlab712 BT, tamanho 12 e espaçamento simples entre as linhas e parágrafos.

A equipe editorial revisará os artigos, sugerindo alterações aos autores, para que sejam ajustados aos padrões gramaticais aceitos e ao estilo específico da publicação.

Ao final do texto, acrescente um breve extrato de seu currículo, destacando a formação acadêmica e os cargos e funções civis ou militares que reforcem sua credibilidade. Inclua o seu e-mail para facilitar o contato com os leitores.

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.

- *E-mail:* carneiroha@hotmail.com ou portal.cdoutex@gmail.com
- *Telefones:* (61) 3415-5239 e (61) 3415-6804
- *RITEX:* 860-5239 ou 860-6804

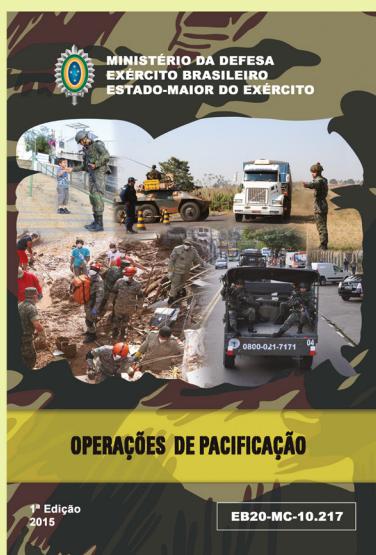
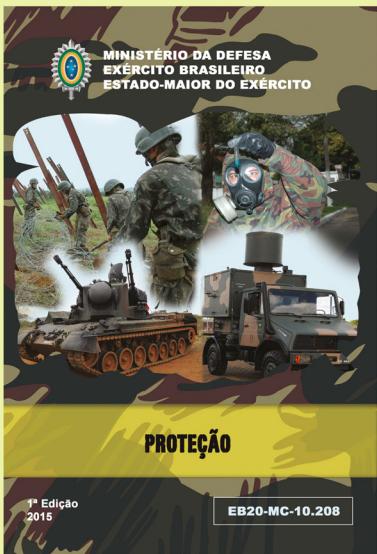
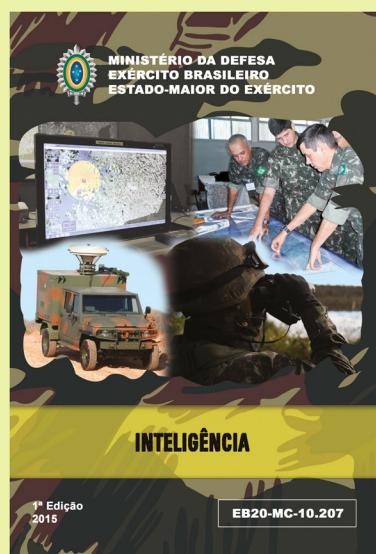
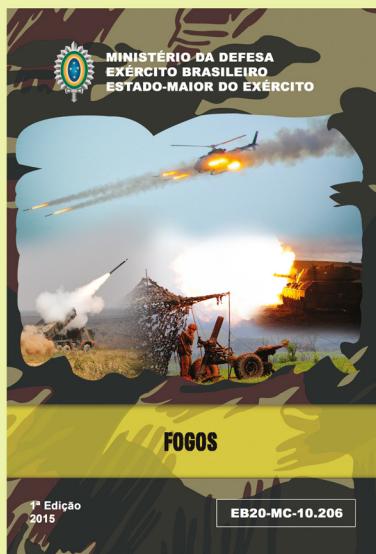
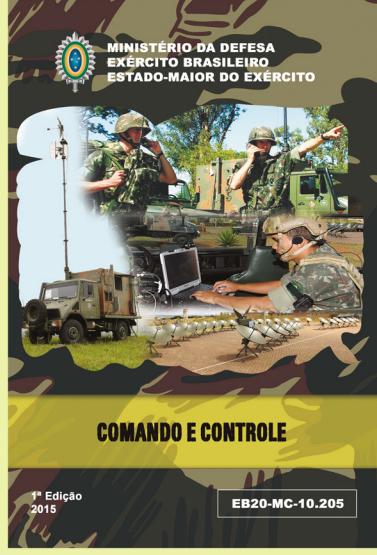
PARTICIPE! PUBLIQUE SEU ARTIGO!



CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO

NOVA SÉRIE DE MANUAIS DE DOUTRINA

2015



A serem disponibilizados em breve: www.cdoutex.eb.mil.br